

SONAE/
RELATÓRIO
& CONTAS
2009/

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

SONAE, SGPS, SA

BALANÇOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis	10	2.781.177.575	2.507.943.036
Activos intangíveis	11	440.038.498	440.299.161
Propriedades de investimento	12	1.676.623.981	1.683.441.521
Propriedades de investimento em desenvolvimento	12	119.846.837	158.561.052
Diferenças de consolidação	13	746.340.691	697.267.362
Investimentos em associadas	6	74.649.393	142.663.495
Outros investimentos	7, 9 e 14	18.127.492	12.978.175
Activos por impostos diferidos	21	230.214.508	206.954.689
Outros activos não correntes	9 e 15	21.176.312	21.283.515
Total de activos não correntes		6.108.195.287	5.871.392.006
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	16	603.003.189	560.433.179
Clientes	9 e 17	208.066.473	215.062.609
Outras dívidas de terceiros	9 e 18	163.392.565	145.992.505
Estado e outros entes públicos	19	55.070.469	89.597.166
Outros activos correntes	20	183.987.418	165.902.105
Investimentos	9 e 14	57.679.031	63.556.763
Caixa e equivalentes de caixa	9 e 22	172.229.871	184.360.904
Total de activos correntes		1.443.429.016	1.424.905.231
Activos não correntes detidos para venda		-	9.893.174
TOTAL DO ACTIVO		7.551.624.303	7.306.190.411
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	23	2.000.000.000	2.000.000.000
Acções Próprias	23	(136.911.861)	(138.568.275)
Reservas Legais		163.229.581	161.705.974
Reservas e resultados transitados		(896.913.017)	(952.178.592)
Resultado líquido do exercício atribuível aos Accionistas da Empresa-mãe		93.760.817	80.035.669
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-mãe		1.223.165.520	1.150.994.776
Interesses Minoritários	24	477.968.755	411.549.101
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.701.134.275	1.562.543.877
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos bancários	9 e 25	1.208.324.810	1.281.262.524
Empréstimos obrigacionistas	9 e 25	1.671.134.222	1.684.214.319
Credores por locações financeiras	9, 25 e 26	29.357.393	28.701.579
Outros empréstimos	9 e 25	35.170.709	22.274.691
Outros passivos não correntes	9 e 28	240.267.403	155.464.158
Passivos por impostos diferidos	21	326.420.118	330.908.680
Provisões	33	50.607.367	57.086.975
Total de passivos não correntes		3.561.282.022	3.559.912.926
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	9 e 25	232.966.928	258.905.967
Empréstimos obrigacionistas	9 e 25	64.848.660	99.930.567
Credores por locações financeiras	9, 25 e 26	7.803.032	5.829.172
Outros empréstimos	9 e 25	7.935.788	5.405.466
Fornecedores	9 e 30	1.220.401.450	1.050.238.562
Outras dívidas a terceiros	9 e 31	254.854.646	233.899.872
Estado e outros entes públicos	19	86.627.709	71.507.795
Outros passivos correntes	32	411.152.042	455.647.053
Provisões	33	2.617.751	2.369.154
Total de passivos correntes		2.289.208.006	2.183.733.608
TOTAL DO PASSIVO		5.850.490.028	5.743.646.534
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		7.551.624.303	7.306.190.411

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	4º Trimestre 2009 (Não auditado)	4º Trimestre 2008 (Não auditado)	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Vendas	36	1.317.452.411	1.224.164.092	4.549.719.919	4.168.562.332
Prestações de serviços	36	281.583.829	295.520.414	1.115.457.155	1.184.541.613
Variação de valor das propriedades de investimento	37	(29.855.184)	(72.717.918)	(142.684.216)	(115.805.475)
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	38	12.064.547	5.797.628	46.568.216	16.056.782
Proveitos e ganhos financeiros	39	3.641.933	13.024.900	16.691.189	43.101.223
Outros proveitos	40	116.873.399	135.102.425	414.502.429	455.789.170
Custo das vendas	16	(1.016.369.629)	(944.780.224)	(3.580.874.024)	(3.303.986.732)
Fornecimentos e serviços externos	41	(290.488.507)	(302.990.345)	(1.112.751.419)	(1.177.241.538)
Custos com o pessoal	42	(171.724.405)	(168.231.021)	(654.698.188)	(612.404.391)
Amortizações e depreciações	10 e 11	(72.762.490)	(71.945.919)	(294.133.483)	(273.819.162)
Provisões e perdas por imparidade	33	(7.890.492)	(19.140.909)	(28.207.470)	(35.512.894)
Custos e perdas financeiras	39	(28.254.988)	(67.122.503)	(139.477.904)	(216.811.915)
Outros custos	43	(33.398.980)	(50.543.285)	(99.289.713)	(114.990.028)
Ganhos ou perdas relativos a empresas associadas	6	(1.509.333)	8.776.695	(5.365.399)	8.952.847
Resultado antes de impostos		79.362.111	(15.085.970)	85.457.092	26.431.832
Imposto sobre o rendimento	44	(14.022.051)	16.017.574	(11.836.862)	12.646.440
Resultado líquido consolidado do exercício	45	65.340.060	931.604	73.620.230	39.078.272
Atribuível a:					
Accionistas da Empresa-mãe		61.931.270	26.936.411	93.760.817	80.035.669
Interesses Minoritários		3.408.790	(26.004.807)	(20.140.587)	(40.957.397)
Resultados por acção					
Básico	47	0,033148	0,014426	0,050192	0,042864
Diluído	47	0,033083	0,014426	0,050087	0,042864

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008*(Montantes expressos em Euros)*

	Notas	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Resultado líquido consolidado do exercício	45	73.620.230	39.078.272
Varição nas reservas de conversão cambial		29.981.805	(24.389.309)
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial		3.897.962	(7.417.795)
Varição no justo valor dos activos disponíveis para venda		6.474.000	7.304.000
Varição no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa		(13.322.929)	(30.435.394)
Imposto diferido relativo à variação no justo valor dos instrumentos financeiros derivados		2.481.121	7.088.257
Outro rendimento integral do exercício		29.511.959	(47.850.241)
Total rendimento integral consolidado do exercício		<u>103.132.189</u>	<u>(8.771.969)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa-Mãe		122.307.030	39.947.217
Interesses Minoritários		<u>(19.174.841)</u>	<u>(48.719.186)</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
 (Montantes expressos em euros)

	Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe								Resultado Líquido do Exercício	Total	Interesses Minoritários (Nota 24)	Total do Capital Próprio
	Reservas e Resultados Transitados											
	Capital Social	Acções Próprias	Reservas Legais	Reservas de Conversão Cambial	Reservas de Justo Valor	Reservas de Cobertura	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total				
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	2.000.000.000	(138.568.275)	160.880.817	25.481.974	-	4.449.821	(1.166.627.627)	(975.815.015)	284.044.038	1.169.660.748	448.365.507	1.618.026.255
Total rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(29.733.295)	5.327.654	(15.682.811)	-	(40.088.452)	80.035.669	39.947.217	(48.719.186)	(8.771.969)
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2007												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	825.157	-	-	-	283.218.881	284.044.038	(284.044.038)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(56.016.000)	(56.016.000)	-	(56.016.000)	(2.475.031)	(58.491.031)
Aquisições e alienações parciais de empresas de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.508.575)	(20.508.575)
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.604.140	36.604.140
Outros	-	-	-	-	-	-	(2.597.189)	(2.597.189)	-	(2.597.189)	(1.717.754)	(4.314.943)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	2.000.000.000	(138.568.275)	161.705.974	(4.251.321)	5.327.654	(11.232.990)	(942.021.935)	(790.472.618)	80.035.669	1.150.994.776	411.549.101	1.562.543.877
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	2.000.000.000	(138.568.275)	161.705.974	(4.251.321)	5.327.654	(11.232.990)	(942.021.935)	(790.472.618)	80.035.669	1.150.994.776	411.549.101	1.562.543.877
Total rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	31.921.890	6.474.000	(9.849.677)	-	28.546.213	93.760.817	122.307.030	(19.174.841)	103.132.189
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2008												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	1.523.607	-	-	-	78.512.062	80.035.669	(80.035.669)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(56.050.049)	(56.050.049)	-	(56.050.049)	-	(56.050.049)
Entrega de acções próprias a colaboradores	-	1.656.414	-	-	-	-	-	-	-	1.656.414	-	1.656.414
Responsabilidades associadas aos Planos de Incentivos de Médio Prazo	-	-	-	-	-	-	3.869.586	3.869.586	-	3.869.586	346.915	4.216.501
Aquisição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.233.850	54.233.850
Alienações parciais de empresas de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.133.713	26.133.713
Outros	-	-	-	-	-	-	387.763	387.763	-	387.763	4.880.017	5.267.780
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	2.000.000.000	(136.911.861)	163.229.581	27.670.569	11.801.654	(21.082.667)	(915.302.573)	(733.683.436)	93.760.817	1.223.165.520	477.968.755	1.701.134.275

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração,

SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Montantes expressos em euros)

		31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:	Notas		
Recebimentos de clientes		5.666.094.946	5.303.693.940
Pagamentos a fornecedores		(4.264.161.794)	(4.208.396.201)
Pagamentos ao pessoal		(657.642.924)	(605.764.104)
Fluxos gerados pelas operações		<u>744.290.228</u>	<u>489.533.635</u>
Pagamento/(recebimento) de imposto sobre o rendimento		(14.620.799)	(16.616.170)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		<u>14.923.069</u>	<u>(6.692.573)</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><u>744.592.498</u></u>	<u><u>466.224.892</u></u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	48	59.174.933	123.090.637
Activos fixos tangíveis e propriedades de investimento		33.009.963	25.714.084
Activos intangíveis		375.517	6.209.293
Juros e proveitos similares		16.608.941	27.913.003
Empréstimos concedidos		3.516.674	8.612.239
Dividendos		803.489	554.007
Outros		<u>4.761.606</u>	<u>-</u>
		<u>118.251.123</u>	<u>192.093.263</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	48	(51.450.921)	(76.986.407)
Activos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(539.590.330)	(592.118.629)
Activos intangíveis		(40.344.537)	(51.595.045)
Empréstimos concedidos		(2.696.603)	(39.149.825)
Outros		<u>(1.548.360)</u>	<u>(6.810.325)</u>
		<u>(635.630.751)</u>	<u>(766.660.231)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u><u>(517.379.628)</u></u>	<u><u>(574.566.968)</u></u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		11.750.205.223	7.124.370.355
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		-	1.608.000
Outros		<u>73.467.788</u>	<u>-</u>
		<u>11.823.673.011</u>	<u>7.125.978.355</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(11.819.240.802)	(6.669.559.059)
Juros e custos similares		(161.180.023)	(193.401.577)
Reduções de capital e prestações suplementares		(1.046.014)	(632.564)
Dividendos		(60.422.373)	(62.326.616)
Outros		<u>(5.617.767)</u>	<u>(220.898.528)</u>
		<u>(12.047.506.979)</u>	<u>(7.146.818.344)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u><u>(223.833.968)</u></u>	<u><u>(20.839.989)</u></u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>3.378.902</u>	<u>(129.182.065)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>(2.121.363)</u>	<u>3.477.519</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	22	<u>142.965.988</u>	<u>275.625.572</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	22	<u><u>148.466.253</u></u>	<u><u>142.965.988</u></u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE, SGPS, SA ("Sonae Holding") tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4 a 7 como Grupo Sonae ("Sonae"). Os negócios da Sonae e as áreas de actuação encontram-se indicados no Relatório de Gestão e na Nota 50.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adoptadas na União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias e empreendimentos conjuntos, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para determinados instrumentos financeiros e propriedades de investimento que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2009:

	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Com aplicação obrigatória no exercício de 2009:	
IFRS 1 / IAS 27 – Emendas (Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada)	01-01-2009
IAS 39 – Emendas (Reclassificação de activos financeiros)	01-07-2008
IFRS 2 – Pagamentos baseados em acções - Emendas (Condições de aquisição e cancelamento)	01-01-2009
IAS 23 – Custo de empréstimos obtidos (revista)	01-01-2009
IAS 32 / IAS 1 – Emendas (Instrumentos financeiros com uma opção venda e obrigações decorrentes de uma liquidação)	01-01-2009
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (revista)	01-01-2009
IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes	01-07-2008
IFRS 8 – Segmentos operacionais	01-01-2009
IFRS 7 – Emendas (Divulgações sobre mensurações pelo justo valor e sobre o risco de liquidez)	01-01-2009
Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2007)	Várias (usualmente 01-01-2009)

A entrada em vigor durante 2009 das normas acima referidas não provocou impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas, com excepção das alterações ao nível de apresentação e divulgação, decorrentes da entrada em vigor das alterações ao IAS 1 e do IFRS 8, pelo facto das políticas contabilísticas adoptadas serem já consistentes com algumas das novas normas. Adicionalmente, o Grupo tinha já no início do 2008 adoptado antecipadamente as alterações relativas ao IAS 40 – Propriedades de Investimento integradas nos Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2007).

O IAS 1 introduziu alteração de terminologia assim como alterações ao nível do formato e conteúdo das demonstrações financeiras. O IFRS 8 substituiu a anterior IAS 14 e implicou uma redefinição dos segmentos relatáveis do Grupo e da informação a relatar nos mesmos, requerendo que estes sejam reportados de acordo com o reporte interno efectuado à gestão, e não necessariamente com base numa lógica de negócio ou geográfica, conforme requerido pela IAS 14.

	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Com aplicação obrigatória após 2009:	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	01-07-2009
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	01-01-2010

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	01-01-2010
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	01-01-2010
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	01-07-2009
IFRIC 9 e IAS 39 – Emendas (Reavaliação de derivados embutidos)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-06-09
IAS 39 – Emendas (Itens cobertos elegíveis)	01-07-2009
IFRIC 17 – Distribuição aos proprietários de activos que não são caixa	01-07-2009
IFRIC 18 – Transferência de activos provenientes de clientes	Transferências em ou após 01-07-09

As normas aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, mencionadas acima, não foram adoptadas pela Sonae em 2009, em virtude de a sua aplicação não ser obrigatória para este exercício económico, e a Sonae ter decidido não as adoptar antecipadamente.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Sonae decorrentes da adopção dessas normas, com excepção das alterações do IFRS 3, e consequente alteração ao nível da IAS 27.

As alterações ao IFRS 3 e IAS 27 vêm trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) ao apuramento do goodwill; (b) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados por interesses minoritários); (c) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (d) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; (e) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo; e (f) cálculo do resultado na venda da participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pela Sonae:

a) Investimentos financeiros em empresas da Sonae

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Sonae), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica Interesses Minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, a Sonae absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, a Sonae apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pela Sonae tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, podendo tal mensuração ser concluída num prazo de 12 meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o

justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício na rubrica "Outros proveitos", após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos adquiridos. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas/vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição/até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que a Sonae detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 4.

b) Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível à Sonae.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis na rubrica de "Outros proveitos".

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível à Sonae.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 5.

c) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde a Sonae exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor de investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.d)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do exercício na rubrica "Ganhos ou perdas relativos a empresas associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção da Sonae nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando a Sonae tenha assumido compromissos para com a associada.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmemente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 6.

d) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae, empresas controladas conjuntamente e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, foram registadas na rubrica Diferenças de consolidação (Nota 13) ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 6). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte da Sonae (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica "Reserva de conversão cambial".

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

e) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados transitados.

As diferenças de consolidação e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2008	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Dólar Americano	0,69416	0,71896	0,71855	0,68350
Franco Suíço	0,67404	0,66230	0,67340	0,63044
Libra Inglesa	1,12600	1,12324	1,04987	1,25890
Novo Leu Romeno	0,23651	0,23606	0,24860	0,27178
Real Brasileiro	0,39820	0,36282	0,30830	0,37657
Zloty Polaco	0,24364	0,23153	0,24076	0,28570

2.3 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção dos activos fixos tangíveis são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso, os quais representam activos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes activos fixos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros proveitos" ou "Outros custos".

2.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e outras construções em centros comerciais detidos para auferir rendimento ou valorização do capital ou ambos e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento em desenvolvimento que não reúnam as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável encontram-se registadas ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Atendendo a que as mesmas correspondem essencialmente a activos fixos tangíveis que se irão qualificar no futuro como propriedades de investimento, são classificadas separadamente no balanço consolidado na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento".

São consideradas propriedades de investimento, de acordo com os IFRS, as propriedades de investimento em desenvolvimento, que reúnam as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável.

Considera-se que as propriedades de investimento em desenvolvimento reúnem as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável quando existe uma probabilidade elevada de a propriedade ser concluída num prazo relativamente curto. É considerado que existe uma probabilidade elevada de a propriedade ser concluída num prazo relativamente curto quando, cumulativamente, são reunidas as seguintes condições:

- o terreno encontra-se adquirido
- existe licença de construção
- está assinado o contrato de financiamento da propriedade
- está iniciada a construção da propriedade
- estão negociados os contratos de locação com as lojas-âncora ou com os possíveis locatários

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações semestrais efectuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os activos da Sonae que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização ou, no caso das propriedades de investimento em desenvolvimento, quando a sua promoção passa a ser considerada irreversível, de acordo com as condições acima indicadas. Até ao momento em que o activo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo activo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica de "Propriedades de investimento em desenvolvimento", como se de um activo fixo tangível se tratasse (Nota 2.3). A partir desse momento, esses activos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) a essa data é registada directamente na demonstração dos resultados na rubrica de "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

2.5 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae, sejam controláveis pela Sonae e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos intangíveis.

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de actividades empresariais) são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 6 anos, com excepção dos direitos de gestão de instalações e licenças do operador da rede móvel e fixa, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As licenças de operador de rede móvel e de rede fixa são amortizadas pelo período de tempo estimado de concessão.

Os direitos de gestão de instalações, fundamentalmente do segmento de Centros Comerciais, encontram-se a ser amortizados linearmente durante o período estimado de utilização do direito (períodos que variam entre 10 e 15 anos).

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

2.6 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

a) Locações em que a Sonae age como locatário

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou se inferior ao valor presente dos pagamentos mínimos a efectuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

b) Locações em que a Sonae age como locador

As locações em que a Sonae age como locador referem-se na maior parte dos casos a contratos com os lojistas dos centros comerciais. Os contratos com os lojistas dos centros comerciais são estabelecidos usualmente por um período de seis anos e definem por norma o pagamento de uma renda fixa mensal, debitada antecipadamente, uma renda variável, debitada nos casos em que as vendas mensais do lojista excedem o limite definido contratualmente, e o pagamento da quota-parte nas despesas de manutenção geral do centro comercial (despesas comuns). Pode igualmente ser estabelecido nos contratos o pagamento de um direito de ingresso pelo lojista e a concessão, pelo locador de descontos (usualmente nos três primeiros anos do contrato) na renda fixa. Os contratos podem ser renovados ou revogados por ambas as partes, sendo que no caso de revogação por parte do lojista este tem por dever pagar uma taxa de cessão definida contratualmente. Caso a renovação seja proposta pelo locador esta deverá igualmente pagar uma compensação (indenização) ao lojista.

De acordo com as respectivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as rendas devidas (rendas fixas e variáveis) e as quotas-partes nas despesas de manutenção (despesas comuns), reconhecidas como proveito na demonstração dos resultados no exercício a que respeitam. Os custos (nomeadamente os descontos na renda fixa e indemnizações), assim como os direitos de ingresso e taxas de cessão relativos às locações operacionais, são reconhecidos como custo ou proveito na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos ou auferidos. Este procedimento é consistente com o adoptado pela entidade especializada independente que determina o justo valor das propriedades de investimento a que os contratos de locação se referem.

2.7 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

2.8 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

2.9 Imparidade dos activos não correntes, excepto Diferenças de consolidação

São efectuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros proveitos". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos, ou projectos imobiliários classificados em existências ou propriedades de investimento em desenvolvimento, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida quando aqueles activos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.11 Existências

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzidos dos valores dos descontos obtidos ou estimados obter ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor de realização das existências, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em Custo das vendas.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.13 Instrumentos financeiros

A Sonae classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço consolidado conforme identificado na Nota 9.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sonae adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados no balanço consolidado como Investimentos correntes.

A Sonae classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção, exceptuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de "Reservas de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) nas rubricas de "Proveitos e Ganhos financeiros" ou "Custos e Perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber não correntes

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 9.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço consolidado deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma reflectir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa da Sonae tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de activos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos colectivos, nomeadamente ao nível do segmento Telecomunicações. Evidência objectiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos da Sonae após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.10. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Sonae utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding".

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de "Proveitos e Ganhos financeiros" e "Custos e Perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados.

Os critérios utilizados pela Sonae para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para as rubricas de "Proveitos e Ganhos financeiros" e "Custos e Perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica "Reservas de cobertura", são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objectivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio ("forwards") de empréstimos obtidos e operações comerciais que, contudo, não configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, não receberam tratamento de "hedge accounting", mas que permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae pretende cobrir o risco cambial.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente "forwards" cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou "hedge accounting", são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

h) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registados(as) em "Outras reservas", incluída em "Outras reservas e resultados transitados".

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Outros empréstimos", no balanço consolidado.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes activos.

2.14 Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae Holding e/ou das suas filiais cotadas (no caso da Sonae Sierra o indexante é o seu "Net Asset Value") e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

Quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de acções próprias, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das acções atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. O justo valor das opções sobre acções é determinado com base no modelo de "Black-Scholes". A responsabilidade é registada a crédito da rubrica de Outras reservas, no capital próprio, por contrapartida de Custos com o pessoal.

Quando a liquidação é efectuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de acções ou opções sobre acções atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em Custos com pessoal e Outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.15 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.16 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.17 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes de prestações de serviços incluem as rendas fixas e variáveis debitadas aos lojistas, despesas comuns recuperadas dos lojistas, comissões geradas com a actividade de mediação de seguros, e receitas de exploração de parques de estacionamento e são reconhecidos no exercício a que respeitam.

Os proveitos decorrentes de direitos de ingresso e taxas de cessão nas lojas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de "Outros proveitos" e "Prestações de serviços", respectivamente, quando facturados aos lojistas. Os custos decorrentes dos descontos concedidos sobre a renda fixa e as compensações, são reconhecidos na demonstração consolidada de resultados nas rubricas de "Prestações de serviços" (a deduzir às mesmas) e de "Outros custos", respectivamente, quando concedidos aos lojistas.

Relativamente à actividade de prestação de serviços de agenciamento de viagens, o reconhecimento de proveitos verifica-se no momento da facturação ao cliente do serviço contratado. No encerramento de cada período contabilístico são feitos os ajustamentos necessários nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes no sentido de reconhecer o rédito

associado a serviços já prestados mas cuja facturação ainda não tinha ocorrido, bem como as despesas de subcontratos associados.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente. Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

A receita relacionada com as comissões geradas com a actividade de mediação de seguros, é registada no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respectivo prémio. Relativamente aos prémios recebidos, não é efectuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efectivo recebimento do prémio, momento em que o Grupo assume a obrigação da entrega do montante de prémio líquido de comissão à Companhia de Seguros respectiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, o Grupo procede ao registo da Comissão no momento em que é informado do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos ou descontos em futuras compras, pelos segmentos de retalho e telecomunicações, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica "Outra dívidas de terceiros".

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.18 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio a Sonae contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.13.g)).

2.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.20 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- d) Cálculo das responsabilidades associadas aos programas de fidelização de clientes;
- e) Determinação do justo valor de propriedades de investimento e de instrumentos financeiros derivados;
- f) Recuperabilidade de activos por impostos diferidos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.21 Contratos de seguros e resseguros

De forma a otimizar os custos de seguro suportados, a Sonae efectua através de uma filial, operações de resseguro sobre apólices de empresas filiais e relacionadas do Grupo Efanor, exclusivamente sobre seguros não vida.

A filial da Sonae actua como intermediária nas operações de seguro de forma a otimizar as coberturas e retenções coerentes com cada negócio, assegurando uma gestão efectiva de seguros a nível mundial, sendo o risco retido imaterial no contexto dos resseguros efectuados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

A provisão para prémios não adquiridos (Nota 33) corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere e é calculada para cada contrato em vigor.

Na provisão para sinistros (Nota 33) é registada o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros já ocorridos e não participados, e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão. As provisões registadas pela Sonae não são descontadas.

As provisões técnicas de resseguro cedido (Activo – Nota 15) são determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro concedido, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, a Sonae avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro.

2.22 Informação por segmentos

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 50.

2.23 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 2.13.g), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 2.2.e).

Reservas de justo valor:

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da reavaliação ao justo valor de investimentos disponíveis para venda conforme referido na Nota 2.13.a).

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Introdução

O objectivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a actividade operacional da Sonae, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a actividade dos seus negócios.

Devido à natureza diversificada da Sonae, esta está exposta a uma diversidade de riscos financeiros pelo que, quando aplicável, cada Sub-Holding é responsável por, definir as suas próprias políticas de gestão de risco financeiro, acompanhar a sua exposição individual e implementar as políticas aprovadas. Assim sendo, para alguns riscos, não existem políticas de gestão de riscos transversais a toda Sonae mas sim, quando apropriado, políticas de risco individuais e adaptadas às características de cada negócio e cada Sub-Holding, podendo todavia existir princípios orientadores comuns. As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível das Comissões Executivas e/ou Conselho de Administração, consoante o caso de cada área de negócio e os riscos são identificados e monitorizados pelos respectivos Departamentos Financeiros e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo das Sociedades.

A Comissão de Finanças coordena e analisa, entre outras responsabilidades, as políticas de gestão de riscos financeiros globais da Sonae. O Departamento de Finanças da Sonae Holding é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros da Sonae para efeitos de reporte sendo também responsável por apoiar cada Sub-Holding na gestão individual dos riscos de moeda, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento através do Corporate Dealing Desk. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efectuado quer ao nível da Sub-Holding, numa base diária, quer numa base consolidada para a reunião mensal da Comissão de Finanças.

3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

3.2.1) Risco de Crédito associado a Instrumentos Financeiros

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal da suas operações de cobertura), ou de empréstimos a associadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham, no mínimo, uma notação de crédito BBB da Standard & Poor's e/ou Baa2 da Moody's ou equivalente, sendo esta informação fornecida através de sistemas de informação de mercado independentes;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Pontualmente existem Sub-Holdings que podem definir um limite máximo de exposição por contraparte ou regras ainda mais conservadoras do que as atrás descritas;
- Excepções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela respectiva Comissão Executiva / Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, a Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos

financeiros contratadas e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pelos respectivos Departamentos Financeiros e os desvios reportados à Comissão Executiva / Conselho de Administração respectivo(a) e à Comissão de Finanças.

3.2.2) Risco de Crédito nas actividades comercial e operacional de cada negócio

Neste caso devido às especificidades de cada negócio, e consequentemente da diferente tipologia dos riscos de crédito, cada Sub-Holding determina qual a política mais apropriada, estando as mesmas abaixo descritas. Todavia as políticas pautam-se por alguns princípios transversais de prudência, conservadorismo e implementação de mecanismos de controlo.

- Unidades de Retalho

O risco de crédito no âmbito da sua actividade operacional corrente é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permite avaliar a viabilidade dos devedores no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito, fundamentalmente originado pelas vendas efectuadas a outros operadores de retalho ou pelos adiantamentos ou débitos efectuados a fornecedores.

- Centros Comerciais

O risco de crédito resulta essencialmente do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais geridos pela Sub-Holding e das restantes dívidas de terceiros. O acompanhamento do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais, é efectuado pela adequada avaliação de risco efectuada antes da aceitação de lojistas nos centros comerciais e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada lojista.

- Telecomunicações

A exposição ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Sub-Holding. A Sonaecom recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuam para mitigar este risco.

- Gestão de Investimentos

O risco de crédito no âmbito da actividade operacional corrente é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito, fundamentalmente originado pela prestação de serviços relativa a agências de viagens.

- Sonae Holding

A Sonae Holding não tem qualquer actividade comercial relevante para além das actividades normais de um gestor de portfólio de participações. Como tal numa base regular, a empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal da suas operações de cobertura, aplicando os princípios referidos no ponto 3.2.1).

Adicionalmente a Sonae Holding poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua actividade de gestor de portfolio (compra ou venda de participações), mas nessas situações excepcionais são implementados mecanismos e acções, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, etc) com a supervisão da Comissão Executiva.

O montante relativo a clientes, outros devedores e outros activos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Sonae ao risco de crédito.

3.3 Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua actividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos, constituída por obrigações de longo prazo, financiamentos de longo prazo do tipo “project finance”, mútuos, operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de Dezembro de 2009, o total da dívida bruta consolidada é de 3.258 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2008 era de 3.387 milhões de euros).

O objectivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua actividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas actividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2009 a maturidade média da dívida da Sonae (considerando a dívida da Sonae Sierra a 100%) foi de aproximadamente 5,1 anos (2008: 5,7 anos);
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respectivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 25, 26, 28, 29, 30, 31e 32, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de Dezembro de 2009, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2010 é de 314 milhões de euros (365 milhões de euros com vencimento para 2009) e em 31 de Dezembro de 2009 a Sonae tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 784 milhões de euros (605 milhões de euros em 2008) com compromisso inferior ou igual a um ano e 339 milhões de euros (259 milhões de euros em 2008) com compromisso superior a um ano.

Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de Dezembro de 2009 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos correntes de 230 milhões de euros (248 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009). Face ao anteriormente exposto a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da actividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

3.4 Risco de taxa de juro

3.4.1) Políticas

Uma vez que cada Sub-Holding opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não há uma política única para a Sonae, mas sim políticas individuais adaptadas ao tipo de exposição existente e que são descritas abaixo. Como anteriormente mencionado, ao nível consolidado, na Comissão de Finanças, bem como ao nível de cada Sub-Holding, a exposição da Sonae é regularmente monitorizada. Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de juro transversal, relativamente à contratação de derivados para gerir o risco de taxa de juro, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae, abaixo referidos:

- A actividade de cobertura das empresas da Sonae não é considerada como uma actividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objectivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respectiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;
- Todas as transacções deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela respectiva Comissão Executiva / Conselho de Administração e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

- Unidades de Retalho

A exposição da sub-holding à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objectivo da Sonae Investimentos é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua actividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

- Centros Comerciais

As receitas e “cash-flows” da Sonae Sierra são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo, bem como os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas da Sonae Sierra, se encontram unicamente dependentes da evolução das taxas de juro do Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro a longo prazo, a Sonae Sierra contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de “cash-flows” (“swaps” ou “zero cost collars” de taxa de juro) os quais representam coberturas perfeitas desses financiamentos de longo prazo, tendo em algumas situações optado igualmente por fixar a taxa de juro dos financiamentos nos primeiros anos desses contratos e irá analisar a possibilidade de contratar posteriormente “swaps” ou “zero cost collars” de taxa de juro, para cobrir os seus fluxos de caixa no período remanescente desses contratos de financiamento.

- Telecomunicações

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido a baixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) da sub-holding, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Sonaecom apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. A Sonaecom segue os princípios comuns adoptados pela Sonae atrás referidos na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro.

Uma vez que a totalidade do endividamento do segmento de Telecomunicações (Nota 50) se encontra indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a sub-holding acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nominais acordados.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Os negócios abrangidos por este segmento de negócios estão expostos ao risco de taxa de juro decorrentes essencialmente dos empréstimos bancários de curto prazo ou de empréstimos remunerados recebidos dos accionistas que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores (i) alavancagem financeira controlada, sendo implementada de forma conservadora no que respeita à utilização de financiamento bancário, e pela (ii) provável correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) de alguns dos negócios, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge").

- Sonae Holding

A Sonae Holding está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas do balanço (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps, FRA's e opções). A totalidade da dívida da Sonae Holding encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro ou FRA's), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae Holding minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objectivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade, e consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco ao nível individual é também mitigado pelo facto da Sonae Holding conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas actividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A actividade de cobertura da Sonae Holding não é considerada como uma actividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objectivos não especulativos e deverá respeitar rigorosamente os princípios atrás definidos.

3.4.2.) Análises de Sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da

reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;

- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae em 31 de Dezembro de 2009 seria inferiores em cerca de 15 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2008 seria inferiores em cerca de 10 milhões de euros). O capital próprio (incluindo interesses minoritários e excluindo o resultado líquido) em resultado do efeito da variação da taxa de juro ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2009 seria superior em cerca de 16 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2008 seria superior em cerca de 16 milhões de euros).

3.5 Risco de taxa de câmbio

3.5.1) Políticas

A Sonae tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes jurisdições, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada Sub-Holding opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não está definida uma política uniforme para toda a Sonae, mas sim políticas individuais para cada Sub-Holding tal como seguidamente descrito. A exposição da Sonae ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transacção (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados no balanço em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio). Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de câmbio transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco de taxa de câmbio, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 3.4.1).

- Unidades de Retalho

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae Investimentos está apenas exposto ao risco taxa de câmbio nas transacções relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da selecção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objectivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

- Centros Comerciais

A actividade operacional de cada empresa incluída na consolidação é desenvolvida essencialmente no país em que opera e consequentemente a grande maioria das suas transacções são mantidas na divisa do país em que a participada opera. A política de cobertura deste risco específico por cada uma das participadas passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

A sub-holding opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto, na Malásia, na Irlanda, entre outros, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sonaecom a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Sonaecom tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, a Sonaecom recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição da Sonaecom ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à actividade operacional.

- Gestão de Investimentos

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros.

Relativamente ao negócio de Corretagem de Seguros, que é desenvolvido em diferentes áreas geográficas, quando há transacções mantidas numa divisa diferente da do país em que a participada opera, a exposição ao risco cambial é minimizada através da contratação de instrumentos derivados de cobertura.

- Sonae Holding

A Sonae Holding enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transacção de taxa de câmbio decorrente de transacções comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efectuada a gestão do risco cambial com o objectivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transacções realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae Holding cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo à aprovação prévia da Comissão Executiva.

3.5.2) Exposição e Análise de Sensibilidade

A 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 os montantes de activos e passivos (em euros) da Sonae registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

	Activos		Passivos	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Euro	-	-	926.516	127.595
Real Brasileiro	4.855.304	13.746.578	8.426.783	1.972.126
Libra Inglesa	693.369	592.721	3.812.122	3.549.021
Dólar Americano	2.183.739	6.499.470	7.266.004	7.556.866
Outras moedas	479.603	113.439	245.033	20.169

Os montantes acima apresentados apenas incluem activos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dada a imaterialidade da exposição ao risco cambial por via dos activos e passivos monetários à data do balanço não é apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.6 Risco de preço e de mercado

A Sonae está exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efectuados geralmente tendo em conta objectivos estratégicos, uma vez que a empresa não transacciona activamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 7.

Em 2007, a Sonae contratou um Total Return Swap (TRS), tendo por subjacente acções da Sonae Holding. Conforme explicado na Nota 23, o Total Return Swap não permitiu o desreconhecimento destas acções próprias, e como tal, uma mudança na cotação das acções da Sonae Holding e da Sonae Capital SGPS, SA (cujo direito foi adquirido pela Sonae Holding no processo de cisão ocorrido com esta subsidiária em finais de 2007) terão um impacto sobre os fluxos de tesouraria por meio do TRS. Se a cotação das acções da Sonae Holding e Sonae Capital SGPS, SA tivesse sido 1% superior/inferior a Sonae teria recebimentos/pagamentos adicionais de 1,3 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2008 o efeito seria de 0,7 milhões de euros).

4 EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2008	
		Directo	Total	Directo	Total
Sonae - SGPS, S.A.	Maia	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Unidades de Retalho					
Arat Inmuebles, SA	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Azulino Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) BB Food Service, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	-	-
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Best Offer - Prestação de Informações por Internet, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bikini, Portal de Mulheres, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Bom Momento - Comércio Retalhista, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	-	-
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Carnes do Continente - Indústria e Distribuição Carnes, SA	a) Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, SA	a)	Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Continente Hipermercados, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Difusão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Edições Book.it, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Efanor - Design e Serviços, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, SA	a)	Madeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Farmácia Selecção, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	a)	Maia	54,55%	54,55%	49,00%	49,00%
	Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Global S - Hipermercado, Lda	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Good and Cheap - Comércio Retalhista, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
1)	Hipotética - Comércio Retalhista, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
3)	Sonaerp – Retail Properties, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Infofield - Informática, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Inventory - Acessórios de Casa, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Just Sport - Comércio de Artigos de Desporto, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
	Marcas MC, zRT	a)	Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	MC - SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-

	Modalfa - Comércio e Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Modalloop – Vestuário e Calçado, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
	Modelo Continente Hipermercados, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Continente Seguros - Sociedade Mediação, SA	a)	Porto	100,00%	87,50%	100,00%	100,00%
	Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Hipermercados Trading, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo.com - Vendas p/Correspond., SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	NA - Comércio de Artigos de Desporto, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	NA - Equipamentos para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5)	Pharma Concept – Actividades em Saúde, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
	Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Solaris Supermercados, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Capital Brasil, Lda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Sonae Center Serviços II, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	-	-
6)	Sonae Investimentos, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Retalho España - Servicios Generales, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)	Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Sport Zone - Comércio de Artigos de Desporto, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone Espanã - Comércio de Articulos de Deporte, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5)	Têxtil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses	80,37%	80,37%	-	-
	Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Todos os Dias - Com. Ret. Expl. C. Comer., SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Valor N, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Well W - Electrodomésticos e Equipamentos, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
	Worten - Equipamento para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Worten España Distribución, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7)	Zippy – Comércio e Distribuição, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
8)	Zippy - Comércio Y Distribución, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Telecomunicações

	Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, SA	a)	Maia	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, SA	a)	Maia	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
9)	We Do Technologies Australia PTY Limited	a)	Austrália	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
10)	We Do Poland Sp.Z.o.o.	a)	Posnan (Polónia)	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
11)	Cape Technologies (U.K) Limited	a)	Cardiff (U.K.)	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Cape Technologies Limited	a)	Dublin (Irlanda)	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Digitmarket - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	75,10%	40,72%	75,10%	40,52%
	Lugares Virtuais, SA	a)	Maia	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	M3G - Edições Digitais, SA	a)	Maia	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Magma - Operação de Titularização de Créditos	c)	Portugal	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Mainroad Serviços em Tecnologias de Informação, SA	a)	Maia	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Miauger - Org. Gestão Leilões Electrónicos, SA	a)	Maia	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Per-Mar - Sociedade de Construções, SA	a)	Maia	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Praesidium Services Limited	a)	Berkshire (U.K.)	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%

	Praesidium Technologies Limited	a)	Berkshire (U.K.)	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Público - Comunicação Social, SA	a)	Porto	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Saphety Level - Trusted Services, SA	a)	Maia	86,99%	47,17%	86,99%	46,93%
	Sonae Telecom, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Sonaecom - Serviços de Comunicação, SA	a)	Maia	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Sonaecom BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Sonaecom, SGPS, SA	a)	Maia	55,12%	54,23%	53,95%	53,95%
	Sonaetelecom, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	Tecnológica Telecomunicações Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,99%	54,17%	99,99%	53,89%
12)	Telemilénio - Telecomunicações Soc.Unipessoal, Lda	a)	Lisboa	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	We Do Brasil - Soluções Informáticas, Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,91%	54,28%	99,91%	53,90%
14)	We Do Cape Technologies Americas, Inc.	a)	Miami (USA)	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	We Do Consulting - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	We Do Technologies (UK) Limited	a)	Berkshire (U.K.)	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	We Do Technologies BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	We Do Technologies Egypt Limited Liability Company	a)	Cairo (Egipto)	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
	We Do Technologies Mexico S. de RL	a)	Cidade do México	100,00%	54,23%	100,00%	53,95%
Gestão de Investimentos							
13)	ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,00%	-	-
13)	ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros, Ltda	a)	Brasil	99,98%	50,00%	-	-
13)	ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,00%	-	-
13)	Fontana Corretora de Seguros Ltda	a)	Brasil	99,99%	50,01%	-	-
13)	Herco Consultoria de Risco e Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	-	-
13)	Larim Corretora de Resseguros Ltda	a)	Brasil	99,99%	50,01%	-	-
13)	Lazam/mds Correctora Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	45,00%	45,00%
	MDS - Corretor de Seguros, SA	a)	Porto	100,00%	50,01%	100,00%	100,00%

15)	MDS, SGPS, SA	a)	Maia	50,01%	50,01%	100,00%	100,00%
1)	MDS Consultores, SA	a)	Maia	100,00%	50,01%	-	-
13)	Miral Administração e Corretagem de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	-	-
	Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	b)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
13)	RSI Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	-	-
13)	Terra Nossa Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	-	-

Outras

Libra Serviços, Lda	a)	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Investments, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae RE, SA	a)	Luxemburgo	99,92%	99,92%	100,00%	100,00%
Sonaecenter Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos, SA	a)	Maia	80,00%	70,00%	80,00%	70,00%
Sontel, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

- 1) Filiais constituídas no exercício;
- 2) Aumento de capital em 26 de Maio de 2009 totalmente subscrito pelo grupo, passando a partir dessa data a deter o controlo da filial e a incluí-la pelo método de consolidação integral. Anteriormente incluída pelo método da equivalência patrimonial;
- 3) Ex - IGI - Investimento Imobiliário, SA;
- 4) Ex - Modelo Continente - Operações de Retalho SGPS, SA;
- 5) Filiais adquiridas no exercício;
- 6) Ex - Sonae Distribuição, SGPS, SA;
- 7) Ex - Efanor - Indústria de Fios, SA;
- 8) Ex - Sonaecor - Comércio Y Distribución, SA;
- 9) Ex - Cape Asia Pac Pty Limited;
- 10) Ex - Cape Poland Sp.Z.o.o.;
- 11) Filial liquidada no exercício;
- 12) Filial absorvida por fusão na Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, SA;
- 13) Aquisição de acções representativas de 55% do capital social em 22 de Julho de 2009, passando a partir dessa data a deter o controlo da filial e suas participadas e a incluí-las pelo método de consolidação integral;

14) Ex - Cape Technologies Americas, Inc.;

15) Diminuição de percentagem de detenção com manutenção de controlo em resultado da venda de acções da MDS SGPS, SA e do aumento de Capital realizado na filial, integralmente subscrito pelo parceiro.

a) Controlo detido por maioria dos votos;

b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de administração;

c) Controlo determinado ao abrigo da SIC 12 - Entidades de Finalidades Especiais.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

5 EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

As empresas controladas conjuntamente, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008 são as seguintes:

FIRMA		Sede Social	Percentagem de capital detido			
			31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2008	
			Directo	Total	Directo	Total
Centros Comerciais						
	3DO Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	3DO Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	3shoppings - Holding, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Aegean Park, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	Airone - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	ALEXA Administration GmbH	Berlim (Alemanha)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	ALEXA Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
1)	Alexa Asset GmbH & Co	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	25,00%	-	-
	ALEXA Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	Algarveshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Avenida M-40, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
2)	Avenida M-40, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Cascaishopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Cascaishopping Holding I, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Centro Colombo - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%

	Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Clérigosshopping - Gestão do Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Coimbrashopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Colombo Towers Holding, BV	The Hague (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Craiova Mall BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Dortmund Tower GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Dos Mares - Shopping Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Dos Mares - Shopping Centre, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	El Rosal Shopping, SA	Madrid (Espanha)	70,00%	35,00%	70,00%	35,00%
	Estação Viana - Centro Comercial, SA	Viana do Castelo	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
1)	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shopping Center, SA	São Paulo (Brasil)	50,00%	3,99%	-	-
	Fundo Investimento Imob. Shopping Parque D. Pedro Shopping, SA	São Paulo (Brasil)	100,00%	21,25%	100,00%	24,36%
	Gaiashopping I - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Gaiashopping II - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
3)	Gli Orsi - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Gli Orsi 1 Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Guimarãesshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
4)	Harvey Dos Iberica, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	-	-
5)	Le Terrazze – Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	-	-
4)	Le Terrazze – Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Iberian Assets, SA	Madrid (Espanha)	49,78%	12,48%	49,78%	12,48%
	Inparsa - Gestão de Galeria Comerc., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Ioannina Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	KLC Holdings XII, SA	Luxemburgo	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	La Farga - Shopping Centre, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	12,48%	100,00%	12,48%
	Larissa Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	Lembo Services Ltd	Chipre	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Loop 5 - Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Luz del Tajo - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Luz del Tajo, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%

Madeirashopping - Centro Comercial, SA	Funchal (Madeira)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
MaiaShopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
MC Property Management, SA	Atenas (Grécia)	75,00%	18,75%	75,00%	18,75%
Münster Arkaden, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Norte Shopping Retail and Leisure Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Norteshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
Pantheon Plaza BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Paracentro - Gestão de Galerias Comerciais, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Park Avenue Developement of Shopping Centers, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial SA	Ponta Delgada (Açores)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Parque D. Pedro 1, BV Sarl	Luxemburgo	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Parque D. Pedro 2, BV Sarl	Luxemburgo	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Parque Principado, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Pátio Boavista Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,91%	100,00%	23,76%
Pátio Goiânia Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,91%	100,00%	23,76%
Pátio Londrina Empreendimentos e Participações, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,91%	100,00%	23,76%
Pátio Penha Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	99,99%	23,91%	99,99%	23,76%
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,91%	100,00%	23,76%
Pátio Sertório Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,91%	100,00%	23,76%
Pátio Uberlândia Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,91%	100,00%	23,76%
Plaza Eboli - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Plaza Eboli, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Plaza Mayor Holding, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Plaza Mayor Parque de Ócio, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Plaza Mayor Parque de Ócio, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Plaza Mayor Shopping, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	50,00%
Plaza Mayor Shopping, SA	Madrid (Espanha)	75,00%	18,79%	75,00%	37,50%
Ploi Mall BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Pridelease Investments, Ltd	Cascais	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project 4, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

	Project SC 1, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Project SC 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 1 - Shopping Centre, GmbH	Viena (Áustria)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 5, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 6, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 7 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 8 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 9 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 10 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Brazil 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Four SA	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 2 (two), Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 3 (three), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 4 (four), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany Shopping Centre 1 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany Shopping Centre 2 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
6)	Project Sierra Holding Portugal V, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Italy 1 - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Italy 2 - Development of Shopping Centres, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Italy 3 - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Italy 5 - Development of Shopping Centres Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra One Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Portugal I - C.Comercial, SA	Maia	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Project Sierra Portugal II - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Portugal IV - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
3)	Project Sierra Portugal V - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Portugal VI - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Portugal VII - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

	Project Sierra Portugal VIII - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 2 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 3 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Project Sierra Spain 3, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 6 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 6, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 7 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 7, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
3)	Project Sierra Srl	Bucaresta (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Three Srl	Bucaresta (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Two Srl	Bucaresta (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	River Plaza BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	River Plaza Mall, Srl	Bucaresta (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	S.C. Microcom Doi Srl	Bucaresta (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SC Aegean, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	SC Mediterranean Cosmos, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Shopping Centre Colombo Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Shopping Centre Parque Principado, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Sierra Asset Management - Gestão de Activos, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Brazil 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	Sierra Charagionis Development of Shopping Centers, SA	Atenas (Grécia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Sierra Charagionis Property Management, SA	Atenas (Grécia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Sierra Corporate Services - Apoio à Gestão, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Corporate Services Holland, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Development of Shopping Centres Greece, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Developments - Serviços de Promoção Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Developments Germany GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

Sierra Developments Germany Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments Iberia 1, Promoção Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments Italy, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments Romania SRL	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments Spain - Promociones de Centros Comerciales, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Enplanta, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,91%	100,00%	23,76%
Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, BV	Amesterdão (Holanda)	50,10%	25,05%	50,10%	25,05%
Sierra GP, Limited	Guernesey (U.K.)	100,00%	49,99%	100,00%	49,99%
Sierra Investimentos Brasil Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,91%	100,00%	23,76%
Sierra Investments (Holland) 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Investments (Holland) 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Investments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Investments SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Italy Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Management Germany, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Management II - Gestão de Centros Comerciais, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Management Italy, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Management New Tech.Bus. - Serv.Comu.CC, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Management Portugal - Gestão de Centros Comerciais, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Management Spain - Gestión de Centros Comerciales, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Management, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Property Management Greece, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Property Management, Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sonae Sierra Brasil, Ltda	São Paulo (Brasil)	95,20%	23,91%	94,54%	23,76%
Sonae Sierra Brazil, BV Sarl	Luxemburgo	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Sonae Sierra, SGPS, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
SPF - Sierra Portugal	Luxemburgo	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
SRP - Parque Comercial de Setúbal, SA	Maia	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%

	Torre Ocidente - Imobiliária, SA	Maia	50,00%	12,50%	50,00%	12,50%
7)	Torre Oriente - Imobiliária, SA	Maia	50,00%	12,50%	50,00%	12,50%
	Unishopping Administradora, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,91%	100,00%	23,76%
	Unishopping Consultoria Imobiliária, Ltda	São Paulo (Brasil)	99,98%	23,91%	99,98%	23,76%
	Valecenter, Srl	Milão (Itália)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Via Catarina - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
1)	Vuelta Omega, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	12,53%	-	-
	Weierstadt Shopping BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, SA	Madrid (Espanha)	49,83%	12,48%	49,83%	12,48%
Telecomunicações						
	Unipress - Centro Gráfico, Lda	Vila Nova de Gaia	50,00%	27,11%	50,00%	26,97%
	Vipu ACE	Lisboa	50,00%	27,11%	50,00%	26,97%
Gestão de Investimentos						
	Equador & Mendes - Agência de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	37,50%	50,00%	37,50%
3)	Geotur - Viagens e Turismo, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Marcas do Mundo - Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Movimentos Viagens - Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Nova Equador Internacional, Agência de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	37,50%	50,00%	37,50%
4)	Puravida - Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	-	-
	Nova Equador P.C.O. e Eventos, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	37,50%	50,00%	37,50%
	Raso SGPS, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
3) 8)	Raso - Viagens e Turismo, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Viagens y Turismo de Geotur España, S.L.	Madrid (Espanha)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%

- 1) Filiais constituídas no exercício;
- 2) Filial para a qual foi solicitada a insolvência;
- 3) Filiais fusionadas no exercício;
- 4) Filial adquirida no exercício;
- 5) Ex - Helios Property, Srl;
- 6) Filial absorvida por fusão na River Plaza Mall, Srl com efeitos a 1 de Abril de 2009;
- 7) Filial alienada no exercício;
- 8) Filial que resulta do processo de fusão entre a Geotur – Viagens e Turismo, SA e a Star – Viagens e Turismo, SA.

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação proporcional, conforme indicado na Nota 2.2.b).

Os valores agregados, excluindo eliminações de intra-grupo, correspondentes às percentagens de detenção das empresas controladas conjuntamente incluídas pelo método proporcional nas demonstrações consolidadas do exercício podem ser resumidos como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Activos não correntes	4.508.730.523	4.540.862.267
Activos correntes	256.002.590	512.569.665
Passivos não correntes	1.652.852.079	1.749.706.883
Passivos correntes	375.513.257	561.933.408
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Proveitos	218.136.156	184.557.267
Custos	304.508.331	296.759.268

Adicionalmente, na Nota 50 a informação relativa a Centros Comerciais corresponde aos contributos das empresas acima referidas deste segmento para as demonstrações financeiras consolidadas, as quais são integradas pelo método proporcional.

6 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2009 e de 31 de Dezembro de 2008 são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor de Balanço	
		31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2008		31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
		Directo	Total	Directo	Total		
Unidades de Retalho							
2) Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	Maia	54,55%	54,55%	49,00%	49,00%	-	62.813.335
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	1.551.585	1.142.245
Centros Comerciais							
1) 8ª Avenida Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	21,00%	100,00%	21,00%	-	-
1) Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	10,50%	50,00%	10,50%	-	-
Campo Limpo Lda	S. Paulo (Brasil)	20,00%	4,70%	20,00%	4,70%	1.712.614	1.136.276
1) Gaiashopping I - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	10,50%	50,00%	10,50%	-	-
1) Gaiashopping II - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	21,00%	100,00%	21,00%	-	-
1) Loureshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	21,00%	100,00%	21,00%	-	-
Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, SA	Atenas (Grécia)	39,90%	5,00%	39,90%	5,00%	3.376.307	3.557.098
1) Oeste Retail Park - Gestão de G.Comer., SA	Maia	50,00%	10,50%	50,00%	10,50%	-	-
1) Rio Sul - Centro Comercial, SA	Lisboa	50,00%	10,50%	50,00%	10,50%	-	-
1) Serra Shopping - Centro Comercial, SA	Covilhã	50,00%	10,50%	50,00%	10,50%	-	-
4) SIC Indoor - Gest. Suportes Publicitários, SA	Lisboa	35,00%	17,50%	35,00%	17,50%	-	-
1) Sol Retail Park - Gestão de G. Comerc., SA	Maia	50,00%	10,50%	50,00%	10,50%	-	-
SPF - Sierra Portugal Real Estate, Sarl	Luxemburgo	42,00%	21,00%	42,00%	21,00%	32.013.766	38.597.922
Telecomunicações							
SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA	Porto	45,00%	24,40%	45,00%	24,37%	-	-
Gestão de Investimentos							
Cooper Gay (Holding) Limited	U.K.	32,12%	16,06%	32,12%	32,12%	35.995.121	33.863.022
3) Lazam Corretora, Ltda	Brasil	100,00%	50,01%	45,00%	45,00%	-	1.553.597
Total						74.649.393	142.663.495

- Os valores nulos de participação resultam da aplicação do método da equivalência patrimonial ao consolidado do Sierra Portugal Real Estate que detém estas participações;
- Aumento de capital em 26 de Maio de 2009 totalmente subscrito pelo grupo, passando a partir dessa data a deter o controlo da filial e a incluí-la pelo método de consolidação integral (Nota 8);

- 3) Aquisição de ações representativas de 55% do capital social em 22 de Julho de 2009, passando a partir dessa data a deter o controlo da filial e a incluí-la pelo método de consolidação integral (Nota 8);
- 4) Empresa liquidada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.c).

Os valores agregados dos principais indicadores financeiros destas associadas, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, podem ser resumidos como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Total de Activos	1.189.131.004	1.144.530.713
Total de Passivos	945.768.301	758.543.421
Proveitos	194.580.395	312.438.219
Custos	206.996.722	287.264.367

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas, foi o seguinte:

	31.Dezembro.2009			31.Dezembro.2008		
	Valor da proporção nos capitais próprios	Diferenças de consolidação	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais próprios	Diferenças de consolidação	Total do investimento
<u>Investimentos em associadas</u>						
Saldo em 1 de Janeiro	105.402.825	37.260.670	142.663.495	51.468.671	22.079.969	73.548.640
Aumento de capital em associadas	6.955.606	-	6.955.606	33.095.032	-	33.095.032
Alienações durante o exercício	(1.718.550)	-	(1.718.550)	(2.567.481)	-	(2.567.481)
Redução de capital em associadas	(733.808)	-	(733.808)	(4.167.889)	-	(4.167.889)
Mudança de método de consolidação (Nota 8)	(69.027.699)	(1.439.401)	(70.467.100)	37.315.321	8.384.445	45.699.766
Diferenças de consolidação apuradas no exercício	-	-	-	(13.701.796)	13.701.796	-
Equivalência patrimonial						
Efeito em resultados	(5.365.399)	-	(5.365.399)	8.952.847	-	8.952.847
Efeito em capitais próprios e minoritários	(2.288.892)	5.604.041	3.315.149	(4.338.872)	(4.151.833)	(8.490.705)
Imparidade de investimentos em associadas	-	-	-	(168.690)	(1.765.850)	(1.934.540)
Transferências	-	-	-	(484.318)	(987.857)	(1.472.175)
	<u>33.224.083</u>	<u>41.425.310</u>	<u>74.649.393</u>	<u>105.402.825</u>	<u>37.260.670</u>	<u>142.663.495</u>

O valor relativo a mudança de método de consolidação corresponde em 2009 a: (i) aquisição do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede e (ii) aquisição de participação nas empresas da área dos seguros no Brasil (Lazam, de acordo com Nota 8). Em 2008 corresponde à alienação das empresas que constituem o Sierra Portugal Fund.

7 EMPRESAS DO GRUPO, EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE, EMPRESAS ASSOCIADAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO E OUTROS INVESTIMENTOS NÃO CORRENTES

As empresas do Grupo e associadas excluídas da consolidação e outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor de Balanço	
		31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2008		31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
		Directo	Total	Directo	Total		
Unidades de Retalho							
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	7,14%	7,14%	7,14%	7,14%	4.988	4.988
Insco - Insular de Hipermerc., SA	Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	748.197	748.197
Centros Comerciais							
Ercasa Cogeneracion SA	Grancasa (Espanha)	10,00%	1,25%	10,00%	1,25%	23.949	23.949
Telecomunicações							
Altitude, SGPS, SA	Lisboa	11,54%	6,26%	11,54%	6,23%	1.000.000	1.000.000
Lusa - Agên. de Notícias de Portugal, SA	Lisboa	1,38%	0,75%	1,38%	0,88%	197.344	197.344
Gestão de Investimentos							
1) Puraída - Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	-	1.584.193
Outros investimentos						16.153.014	9.419.504
Total (Nota 14)						18.127.492	12.978.175

(1) Filial incluída pelo método proporcional no exercício.

Em 31 de Dezembro de 2009 estão incluídos em "Outros investimentos" 13.778.000 euros (7.304.000 euros em 31 de Dezembro de 2008) relativos ao activo registado correspondente à valorização das acções Sonae Capital, SGPS, SA atribuídas às acções Sonae Holding, não desreconhecidas conforme explicado na Nota 23.

Adicionalmente, com excepção dos investimentos acima indicados, todos os restantes estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, atendendo ao facto de que se tratam de investimentos em acções não cotadas.

8 ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

8.1 As principais aquisições de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram as seguintes (Nota 4 e 5):

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		À data da aquisição	
		Directo	Total
Unidades de Retalho			
Fundo de Investimentos Imobiliário Fechado Imosede	Maia	54,55%	54,55%
Pharma Concept - Actividades em Saúde, SA	Matosinhos	100,00%	100,00%
Têxtil do Marco, SA	Marco de Canavese	80,37%	80,37%
Centros Comerciais			
Harvey Dos Iberica, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%
Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%
Gestão de Investimentos			
a) ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias, Ltda	Brasil	100,00%	50,00%
a) ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros, Ltda	Brasil	99,98%	50,00%
a) ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Brasil	100,00%	50,00%
a) Fontana Corretora de Seguros Ltda	Brasil	99,99%	50,01%
a) Herco Consultoria de Risco e Corretora de Seguros, Ltda	Brasil	100,00%	50,01%
a) Larim Corretora de Resseguros Ltda	Brasil	99,99%	50,01%
a) Lazam/mds Correctora Ltda	Brasil	100,00%	50,01%
a) Miral Administração e Corretagem de Seguros, Ltda	Brasil	100,00%	50,01%
Puravida - Viagens e Turismo, SA	Lisboa	50,00%	50,00%
a) RSI Corretora de Seguros, Ltda	Brasil	100,00%	50,01%
a) Terra Nossa Corretora de Seguros, Ltda	Brasil	100,00%	50,01%

a) A área de Seguros do segmento Gestão de Investimentos, cuja empresa dominante é a MDS SGPS, SA, foi alargado durante o corrente exercício através de operação de concentração resultante do roll-up da participação na Lazam/MDS – Corretora, Ltda., tendo dado origem à assumpção de controlo sobre esta empresa e suas participadas, a maioria das quais adquiridas no final do primeiro semestre de 2009, e a uma diminuição de percentagem de interesse na MDS, SGPS, SA.

Tendo em consideração que o processo de aquisição da Lazam/MDS apenas foi concluído no segundo semestre de 2009 e que foi necessário re-expressar para IFRS as demonstrações financeiras das suas subsidiárias adquiridas, não foi concluído o processo de imputação do justo valor nos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, nomeadamente no que respeita a activos intangíveis adquiridos e não reconhecidos. Desta forma, o goodwill apurado com esta aquisição encontra-se expresso de forma provisional, tomando por base as demonstrações financeiras das filiais adquiridas sendo expectável a finalização do respectivo cálculo até ao final do 1º semestre de 2010.

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009:

	Data de aquisição				31.Dezembro.2009
	Unidades de Retalho	Gestão de Investimentos	Centros Comerciais	Total	Total
Activos líquidos adquiridos					
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 10 e 11)	148.261.419	3.242.527	-	151.503.946	200.383.628
Propriedades de investimento	-	-	9.131.609	9.131.609	9.131.609
Existências	759.076	-	-	759.076	759.076
Impostos diferidos activos	153.728	-	-	153.728	153.728
Outros activos	11.667.237	2.442.239	8.500.391	22.609.867	12.644.686
Caixa e equivalentes a caixa	7.984.499	2.278.028	501.512	10.764.039	1.292.730
Empréstimos	-	(74.063)	-	(74.063)	(8.959.576)
Impostos diferidos passivos	(3.119.234)	-	(1.083.090)	(4.202.324)	(4.061.142)
Outros passivos	(24.794.944)	(28.538.968)	(12.493.149)	(65.827.061)	(42.859.909)
	140.911.781	(20.650.237)	4.557.273	124.818.817	168.484.830
Diferenças de consolidação (Notas 13 e 40)	145.131	53.095.700	1.204.488	54.445.319	
Transferências de investimentos em associadas (Nota 6)	(61.384.427)	(9.082.673)	-	(70.467.100)	
Aquisição de suprimentos	1.977.451	84.193	-	2.061.644	
Interesses minoritários	(63.575.392)	7.919.350	1.422.192	(54.233.850)	
	18.074.544	31.366.333	7.183.953	56.624.830	
Custo de aquisição					
Pagamentos efectuados	17.402.534	29.782.140	7.183.953	54.368.627	
Custos suportados com a aquisição	117.000	-	-	117.000	
Adiantamento efectuado	-	1.584.193	-	1.584.193	
Valores em dívida	555.010	-	-	555.010	
	18.074.544	31.366.333	7.183.953	56.624.830	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição					
Pagamentos efectuados	17.402.534	31.366.333	7.183.953	55.952.820	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(7.984.499)	(2.278.028)	(501.512)	(10.764.039)	
	9.418.035	29.088.305	6.682.441	45.188.781	

O Goodwill gerado no segmento de Gestão de Investimentos justifica-se pelo facto de não ter sido concluído o processo de imputação do justo valor a activos e passivos adquiridos, bem como pelo facto de tal investimento representar a assumpção de controlo das operações do Grupo no Brasil, em estados onde, anteriormente, a Lazam/MDS não detinha operação, o que potencia a criação de valor por via de sinergias e crescimentos representáveis, os quais não poderão ser separados do valor do goodwill por não cumprirem os critérios de reconhecimento de activos intangíveis.

Os impactos das aquisições na demonstração de resultados foram os seguintes:

	31.Dezembro.2009			
	Retalho	Gestão de Investimentos	Centros Comerciais	Total
Proveitos operacionais	6.061.153	9.897.677	-	15.958.830
Custos operacionais	(1.688.736)	(9.227.537)	(13.169)	(10.929.442)
Resultado financeiro	(51.909)	(17.383)	(185.635)	(254.927)
Resultado antes impostos	4.320.508	652.756	(198.804)	4.774.460
Imposto sobre o rendimento	(1.295.301)	(398.196)	(124.479)	(1.817.976)
Resultado líquido	3.025.207	254.560	(323.283)	2.956.484

Caso as aquisições tivessem sido reportadas a 1 de Janeiro de 2009, os proveitos operacionais viriam aumentados em cerca de 28,500,000 euros.

8.2 Exclusões do consolidado

Em finais de 2009 e, após a não aceitação por parte do banco dos planos propostos pela Avenida M4o para renegociar a dívida bancária, a Administração desta subsidiária decidiu requerer o processo de insolvência da Avenida M4o. Na sequência deste pedido o Grupo considera que o controlo desta subsidiária se encontra perdido, pelo que, consequentemente, procedeu à sua exclusão das contas consolidadas com efeitos a 31 de Dezembro de 2009. Os efeitos desta exclusão podem ser analisados como segue:

	Avenida M4o
Activos líquidos	
Propriedades de investimento (Nota 12)	11.528.388
Outros activos	853.697
Caixa e equivalentes a caixa	140.894
Empréstimos	(19.546.556)
Impostos diferidos passivos	-
Outros passivos	(27.173.267)
	(34.196.844)
Imparidades de activos	26.263.623
Mais / (menos) valia na exclusão (Nota 38)	7.933.221
	-
Valor de alienação	-
	-
Fluxos de caixa líquido	(140.894)

8.3 As principais alienações de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		À data de alienação	
		Directo	Total
Centros Comerciais			
Torre Oriente - Imobiliária, SA	Maia	50,00%	12,50%

Os efeitos da alienação podem ser analisados como segue:

	Centros Comerciais
Activos líquidos alienados	
Propriedades de investimento (Nota 12)	8.887.000
Outros activos	448.778
Caixa e equivalentes a caixa	40.663
Empréstimos	-
Impostos diferidos	(961.577)
Outros passivos	(5.047.666)
	3.367.198
Ganho/(Perda) na alienação	706.755
Preço da alienação	4.073.953
Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação	
Recebimentos efectivados	4.073.953
Caixa e equivalentes a caixa alienados	(40.663)
	4.033.290

9 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.13, foram classificados como segue:

Activos financeiros

	Notas	Activos registados a justo valor por resultados (Nota 27)	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Derivados de cobertura (Nota 27)	Sub-total	Activos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de Dezembro de 2009								
Activos não correntes								
Outros investimentos	7 e 14	-	-	18.127.492	-	18.127.492	-	18.127.492
Outros activos não correntes	15	-	15.088.439	-	12.991	15.101.430	6.074.882	21.176.312
		-	15.088.439	18.127.492	12.991	33.229.922	6.074.882	39.303.804
Activos correntes								
Cientes	17	-	208.066.473	-	-	208.066.473	-	208.066.473
Outras dívidas de terceiros	18	-	163.392.565	-	-	163.392.565	-	163.392.565
Investimentos	14	365.122	57.313.909	-	-	57.679.031	-	57.679.031
Caixa e equivalentes de caixa	22	-	172.229.871	-	-	172.229.871	-	172.229.871
		365.122	601.002.819	-	-	601.367.941	-	601.367.941
		365.122	616.091.258	18.127.492	12.991	634.596.863	6.074.882	640.671.745
A 31 de Dezembro de 2008								
Activos não correntes								
Outros investimentos	7 e 14	-	-	12.978.175	-	12.978.175	-	12.978.175
Outros activos não correntes	15	-	12.394.378	-	75.002	12.469.380	8.814.135	21.283.515
		-	12.394.378	12.978.175	75.002	25.447.555	8.814.135	34.261.690
Activos correntes								
Cientes	17	-	215.062.609	-	-	215.062.609	-	215.062.609
Outras dívidas de terceiros	18	-	145.992.505	-	-	145.992.505	-	145.992.505
Investimentos	14	72.483	60.956.604	-	2.527.676	63.556.763	-	63.556.763
Caixa e equivalentes de caixa	22	-	184.360.904	-	-	184.360.904	-	184.360.904
		72.483	606.372.622	-	2.527.676	608.972.781	-	608.972.781
		72.483	618.767.000	12.978.175	2.602.678	634.420.336	8.814.135	643.234.471

Passivos financeiros

	Notas	Passivos registados a justo valor por resultados (Nota 27)	Derivados de cobertura (Nota 27)	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de Dezembro de 2009							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários	25	-	-	1.208.324.810	1.208.324.810	-	1.208.324.810
Empréstimos obrigacionistas	25	-	-	1.671.134.222	1.671.134.222	-	1.671.134.222
Credores por locação financeira	25	-	-	29.357.393	29.357.393	-	29.357.393
Outros empréstimos	25	-	34.584.190	586.519	35.170.709	-	35.170.709
Outros passivos não correntes	28	-	-	206.187.331	206.187.331	34.080.072	240.267.403
		-	34.584.190	3.115.590.275	3.150.174.465	34.080.072	3.184.254.537
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	25	-	-	232.966.928	232.966.928	-	232.966.928
Empréstimos obrigacionistas	25	-	-	64.848.660	64.848.660	-	64.848.660
Credores por locação financeira	25	-	-	7.803.032	7.803.032	-	7.803.032
Outros empréstimos	25	79.039	7.823.283	33.466	7.935.788	-	7.935.788
Fornecedores	30	-	-	1.220.401.450	1.220.401.450	-	1.220.401.450
Outras dívidas a terceiros	31	-	-	254.854.646	254.854.646	-	254.854.646
		79.039	7.823.283	1.780.908.182	1.788.810.504	-	1.788.810.504
		79.039	42.407.473	4.896.498.457	4.938.984.969	34.080.072	4.973.065.041
A 31 de Dezembro de 2008							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários	25	-	-	1.281.262.524	1.281.262.524	-	1.281.262.524
Empréstimos obrigacionistas	25	-	-	1.684.214.319	1.684.214.319	-	1.684.214.319
Credores por locação financeira	25	-	-	28.701.579	28.701.579	-	28.701.579
Outros empréstimos	25	-	21.646.496	628.195	22.274.691	-	22.274.691
Outros passivos não correntes	28	-	-	96.875.210	96.875.210	58.588.948	155.464.158
		-	21.646.496	3.091.681.827	3.113.328.323	58.588.948	3.171.917.271
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	25	-	-	258.905.967	258.905.967	-	258.905.967
Empréstimos obrigacionistas	25	-	-	99.930.567	99.930.567	-	99.930.567
Credores por locação financeira	25	-	-	5.829.172	5.829.172	-	5.829.172
Outros empréstimos	25	475.849	4.894.131	35.486	5.405.466	-	5.405.466
Fornecedores	30	-	-	1.050.238.562	1.050.238.562	-	1.050.238.562
Outras dívidas a terceiros	31	-	-	233.899.872	233.899.872	-	233.899.872
		475.849	4.894.131	1.648.839.626	1.654.209.606	-	1.654.209.606
		475.849	26.540.627	4.740.521.453	4.767.537.929	58.588.948	4.826.126.877

A 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 os instrumentos financeiros registados a justo valor por resultados são apenas os derivados que não se qualificam como de cobertura (Nota 27).

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O quadro abaixo detalha os instrumentos financeiros que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado activo;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado;

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

	31.Dezembro.2009		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros mensurados a justo valor			
Investimentos	13.778.000	365.122	-
Derivados	-	12.991	-
	13.778.000	378.113	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor			
Derivados	-	42.486.512	-
	-	42.486.512	-

10 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total activos fixos tangíveis
Activo bruto:							
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	1.603.905.332	1.456.158.023	17.782.684	248.965.168	32.171.873	165.234.836	3.524.217.916
Investimento	16.264.040	6.464.011	208.858	15.312.439	2.534.963	455.447.110	496.231.421
Aquisições de filiais	43.991.035	15.769.030	335.931	2.063.407	306.838	1.090.768	63.557.009
Desinvestimento	(19.832.796)	(61.558.448)	(796.515)	(15.556.162)	(1.418.448)	(2.362.161)	(101.524.530)
Alienações de filiais	(348.113)	(825.536)	(620)	(1.086.418)	(131.074)	(144.083)	(2.535.844)
Variações cambiais	(73.196)	(268.412)	(27.999)	(208.081)	(173)	-	(577.861)
Transferências	98.584.185	198.540.292	2.221.279	14.213.870	4.401.250	(335.318.433)	(17.357.557)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	1.742.490.487	1.614.278.960	19.723.618	263.704.223	37.865.229	283.948.037	3.962.010.554
Investimento	13.949.905	10.872.945	802.676	17.961.269	226.473	370.033.084	413.846.352
Aquisições de filiais	94.389.008	1.326.170	258.281	1.225.668	54.726	52.149.670	149.403.523
Desinvestimento	(7.900.878)	(25.046.955)	(1.202.300)	(6.184.663)	(1.280.053)	(26.995.765)	(68.610.614)
Variações cambiais	85.614	384.504	114.067	465.875	528	-	1.050.588
Transferências	143.838.999	307.891.520	1.932.954	14.619.921	6.384.479	(486.750.547)	(12.082.674)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2009	1.986.853.135	1.909.707.144	21.629.296	291.792.293	43.251.382	192.384.479	4.445.617.729
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	292.325.609	790.101.234	13.757.122	185.249.882	22.627.904	-	1.304.061.751
Depreciações e perdas de imparid. do exercício	35.151.938	144.352.824	1.628.180	31.095.643	5.219.204	-	217.447.789
Aquisições de filiais	2.747.299	8.502.660	224.023	1.274.273	213.158	-	12.961.413
Desinvestimento	(6.376.485)	(54.062.247)	(680.753)	(14.758.363)	(1.313.171)	-	(77.191.019)
Alienações de filiais	(177.254)	(228.724)	(620)	(704.909)	(62.731)	-	(1.174.238)
Variações cambiais	(39.116)	(101.719)	(9.368)	(97.581)	(20)	-	(247.804)
Transferências	(3.097.892)	1.374.419	(4.050)	(45.360)	(17.491)	-	(1.790.374)
Saldo inicial 1 de Janeiro de 2009	320.534.099	889.938.447	14.914.534	202.013.585	26.666.853	-	1.454.067.518
Depreciações e perdas de imparid. do exercício	36.556.747	160.521.582	2.044.367	33.416.170	5.901.520	-	238.440.386
Aquisições de filiais	18.325	1.035.558	169.007	764.447	50.899	-	2.038.236
Desinvestimento	(1.076.677)	(19.622.267)	(865.798)	(5.639.386)	(1.036.872)	-	(28.241.000)
Variações cambiais	47.514	161.201	60.277	201.567	528	-	471.087
Transferências	(22.689)	(1.470.149)	(11.263)	(800.017)	(31.955)	-	(2.336.073)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2009	356.057.319	1.030.564.372	16.311.124	229.956.366	31.550.973	-	1.664.440.154
Valor líquido							
A 31 de Dezembro de 2008	1.421.956.388	724.340.513	4.809.084	61.690.638	11.198.376	283.948.037	2.507.943.036
A 31 de Dezembro de 2009	1.630.795.816	879.142.772	5.318.172	61.835.927	11.700.409	192.384.479	2.781.177.575

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Activos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projectos:

	<u>31.Dezembro.2009</u>	<u>31.Dezembro.2008</u>
Remodelação e expansão de lojas da unidade do retalho em Portugal	42.956.387	146.344.713
Remodelação e expansão de lojas da unidade do retalho em Espanha	4.787.987	5.575.577
Projectos de lojas Modelo e Continente para as quais foram efectuados adiantamentos	13.005.347	45.435.160
Construção em curso na Maia (Parque de Negócios)	30.981.983	-
Desenvolvimento da rede móvel	34.617.636	62.159.389
Desenvolvimento da rede fixa	56.587.660	19.471.996
Outros	9.447.479	4.961.145
	<u>192.384.479</u>	<u>283.948.037</u>

O valor de desinvestimento em “Activos fixos tangíveis em curso” inclui 24.633.750 euros relativos a adiantamentos do segmento unidades de retalho para aquisição de terrenos efectuados em exercícios anteriores cujos projectos de desenvolvimento foram descontinuados, tendo sido recebidos os montantes adiantados.

Durante o exercício de 2009, o Conselho de Administração da unidade de negócio de Telecomunicações procedeu, com efeitos prospectivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de activos associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, o que resultou numa redução das amortizações em cerca de 15 milhões de Euros, comparativamente com o que resultaria caso se tivesse utilizado a vida útil anteriormente estimada.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o segmento de negócio das Telecomunicações, apresenta um valor de compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar como segue:

	<u>31.Dezembro.2009</u>	<u>31.Dezembro.2008</u>
Investimentos da área técnica	17.282.698	26.750.521
Investimentos em sistemas de informação	3.451.214	3.022.223
	<u>20.733.912</u>	<u>29.772.744</u>

11 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total activos intangíveis
Activo bruto:					
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	274.917.793	321.099.387	19.434.580	20.054.687	635.506.447
Investimento	99.281.740	2.813.484	168.961	42.743.396	145.007.581
Aquisições de filiais	922.565	998.542	5.456.647	-	7.377.754
Desinvestimento	(188.864)	(14.813.905)	(352.472)	(913.753)	(16.268.994)
Alienações de filiais	(364.185)	(1.282.959)	(1.067.256)	(327.837)	(3.042.237)
Variações cambiais	(425)	(579.689)	-	(4.828)	(584.942)
Transferências	8.077.244	30.202.203	(2.568)	(29.929.545)	8.347.334
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	382.645.868	338.437.063	23.637.892	31.622.120	776.342.943
Investimento	15.265.519	2.697.826	255.138	34.259.293	52.477.776
Aquisições de filiais	2.571.227	229.990	1.586.837	7.455	4.395.509
Desinvestimento	(143.707)	(3.761.520)	(1.049.897)	(343.398)	(5.298.522)
Variações cambiais	1.108	739.188	486.428	3.013	1.229.737
Transferências	4.067.691	29.139.757	-	(34.269.322)	(1.061.874)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2009	404.407.706	367.482.304	24.916.398	31.279.161	828.085.569
Amortizações e perdas por impar. acumuladas					
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	54.460.087	219.358.734	15.441.982	-	289.260.803
Amortizações do exercício	23.054.285	32.606.424	710.664	-	56.371.373
Aquisições de filiais	697.432	881.559	5.404.247	-	6.983.238
Desinvestimento	(66.143)	(14.777.300)	(352.472)	-	(15.195.915)
Alienações de filiais	(89.895)	(768.135)	(839.027)	-	(1.697.057)
Variações cambiais	-	(181.275)	-	-	(181.275)
Transferências	499.504	115	2.996	-	502.615
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	78.555.270	237.120.122	20.368.390	-	336.043.782
Amortizações do exercício	20.695.818	34.371.166	626.113	-	55.693.097
Aquisições de filiais	32.804	100.342	123.704	-	256.850
Desinvestimento	(71.233)	(3.245.844)	(881.057)	-	(4.198.134)
Variações cambiais	6	304.779	37.144	-	341.929
Transferências	(66.263)	(24.190)	-	-	(90.453)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2009	99.146.402	268.626.375	20.274.294	-	388.047.071
Valor líquido					
A 31 de Dezembro de 2008	304.090.598	101.316.941	3.269.502	31.622.120	440.299.161
A 31 de Dezembro de 2009	305.261.304	98.855.929	4.642.104	31.279.161	440.038.498

O valor de activos intangíveis em curso diz respeito, fundamentalmente, a projectos informáticos e desenvolvimento de software.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o Grupo tinha registado na rubrica 'Propriedade Industrial' 202.090.404 euros e 197.381.992 euros, respectivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem (i) 63.006.050 euros (66.006.338 euros em 2008) relativos à licença, (ii) 21.052.631 euros (22.055.138 euros em 2008) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças em Portugal, (iii) 6.465.899 euros (6.773.799 euros em 2008) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social do Fundo para a Sociedade de Informação no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 106.182.551 euros (96.907.100 euros em 2008) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação (Nota 51).

Adicionalmente encontrava-se ainda registado nesta rubrica o justo valor atribuído a um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente no valor de 75.000.000 Euros (igual montante em 2008).

12 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	Propriedades de investimento			
	Em exploração	"Fit Out"	Em construção	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	1.864.634.551	4.021.510	193.472.865	2.062.128.926
Adições	21.738.803	275.000	105.772.145	127.785.948
"Write-off"	-	-	(26.518.956)	(26.518.956)
Recebimento de Fit-out	-	(398.689)	-	(398.689)
Transferências	419.822	870.740	(8.045.901)	(6.755.339)
Adições por transferência de propriedades de investimento em construção:				
Custo de produção	149.979.571	700.000	(151.855.403)	(1.175.832)
Ajustamento para justo valor (Nota 37)	18.716.720	(64.750)	7.579.782	26.231.752
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos (Nota 37):				
- Ganhos	16.724.908	61.052	-	16.785.960
- Perdas	(158.127.074)	(696.113)	-	(158.823.187)
Adições por concentrações de actividades empresariais	-	-	45.722.364	45.722.364
Alienação de filiais	(211.934.750)	(1.003.250)	(23.916)	(212.961.916)
Outros Movimentos				
Diferenças de conversão cambial	(22.476.530)	-	(7.541.928)	(30.018.458)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	1.679.676.021	3.765.500	158.561.052	1.842.002.573
Adições	13.062.049	49.333	67.945.991	81.057.373
"Write-off" e imparidades	-	-	(3.239.766)	(3.239.766)
Recebimento de Fit-out	-	(527.756)	-	(527.756)
Transferência de activos detidos para venda	-	-	5.782.500	5.782.500
Alienacões	-	-	(3.150.000)	(3.150.000)
Transferências	(419.826)	-	(6.929.908)	(7.349.734)
Adições por transferência de propriedades de investimento em construção:				
Custo de produção	114.953.689	(614.750)	(114.338.939)	-
Ajustamento para justo valor (Nota 37)	6.034.792	-	2.448.507	8.483.299
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos (Nota 37):				
- Ganhos	20.356.854	150.110	-	20.506.964
- Perdas	(171.478.680)	(195.799)	-	(171.674.479)
Adições por concentrações de actividades empresariais	-	-	9.131.609	9.131.609
Subsidiária excluída da consolidação (Nota 8)	(11.174.000)	(354.388)	-	(11.528.388)
Alienação de filiais (Nota 8)	(8.887.000)	-	-	(8.887.000)
Outros Movimentos	-	-	-	-
Diferenças de conversão cambial	32.227.832	-	3.635.791	35.863.623
Saldo final a 31 de Dezembro de 2009	1.674.351.731	2.272.250	119.846.837	1.796.470.818

Os contratos de "fit out" configuram acordos pelos quais a Sonae suporta parte das despesas incorridas com o acabamento interior das lojas. Como contrapartida, o lojista obriga-se a reembolsar a Sonae pelo montante investido, ao longo do prazo do contrato respectivo. Os "fit out" têm o mesmo tratamento contabilístico das propriedades de investimento.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o montante das Propriedades de investimento em exploração, incluindo o valor de "Fit Out", respeitava ao justo valor da proporção detida em centros comerciais que pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2009			31.Dezembro.2008		
	10 anos "discount rate" (intervalo)	Intervalo de Yields	Montante	10 anos "discount rate" (intervalo)	Intervalo de Yields	Montante
Portugal	8,25% e 10,55%	6,00% e 8,30%	726.662.623	7,30% e 9,75%	5,40% e 7,50%	790.389.750
Espanha	8,90% e 11,55%	6,40% e 9,05%	351.937.238	8,70% e 12,35%	5,70% e 9,35%	413.726.365
Itália	8,00% e 9,50%	6,00% e 7,70%	149.810.250	8,00% e 8,70%	5,80% e 7,70%	183.216.750
Alemanha	6,50% e 6,75%	6,00% e 6,25%	234.425.638	6,50%	5,75% e 6,00%	163.875.827
Brasil	12,75% e 14,00%	8,25% e 9,50%	180.277.982	13,45% e 14,95%	8,25% e 9,75%	91.665.330
Grécia	10,75%	7,00%	18.529.750	10,75%	7,00%	21.796.500
Roménia	10,75%	9,00%	14.980.500	9,75%	8,00%	18.770.999
			<u>1.676.623.981</u>			<u>1.683.441.521</u>

O justo valor dos contratos de "fit out" foi determinado através de avaliações reportadas às datas dos balanços, efectuadas por uma entidade especializada independente. A metodologia adoptada para calcular o justo valor dos contratos de "fit out", consistiu em determinar o valor descontado à data do balanço, dos "cash flows" estimados de cada contrato de "fit out", sendo para o efeito utilizada uma taxa de desconto de mercado, idêntica à utilizada na determinação do justo valor das propriedades de investimentos na qual os contratos se encontram inseridos.

A avaliação destas propriedades de investimento foi efectuada de acordo com os "Practice Statements" do "RICS Appraisal and Valuation Manual" publicado pelo "The Royal Institution of Chartered Surveyors" ("Red Book"), sediado em Inglaterra.

A metodologia adoptada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento operacionais envolve a preparação de projecções de proveitos e custos a 10 anos de cada centro comercial que são depois descontados para a data de avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projecções não são previsões do futuro mas apenas reflectem a melhor estimativa do avaliador quanto à actual visão do mercado relativamente aos proveitos e custos futuros. O valor residual, no final dos 10 anos, é calculado aplicando uma taxa de rendibilidade de mercado ("Exit Yield" ou "Cap Rate") aos proveitos líquidos do 11º ano. Essa taxa de rendibilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional sendo a razoabilidade do valor de mercado assim obtido testado em termos da taxa de rendibilidade inicial.

Na avaliação das propriedades de investimento, foi igualmente tomado em conta algumas premissas que, de acordo com a classificação do "Red Book", são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a centros comerciais inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude de esses montantes se encontrarem devidamente acrescidos nas demonstrações financeiras anexas.

O justo valor das propriedades de investimento em desenvolvimento, mensuradas pelo justo valor à data do balanço, é obtido descontando ao justo valor da propriedade à data de abertura, calculado através da metodologia acima descrita, o investimento necessário para terminar a construção é ponderado por uma taxa de risco determinada pelo avaliador para a propriedade em causa.

Incerteza do Mercado

De acordo com o avaliador sempre que exista alguma incerteza que possa afectar a sua opinião sobre o justo valor da propriedade, deverá a causa e o grau de incerteza associado ser apropriadamente divulgado.

Desde Setembro de 2008 têm-se observado eventos sem precedência no passado, como a falência de bancos de dimensão considerável, a nacionalização de outros e diminuições substanciais das taxas de juro. A crise global nos mercados financeiros e consequente efeito na restante economia mundial, tem causado níveis de volatilidade elevada nos mercados imobiliários, observando-se uma maior falta de liquidez e um menor volume de transacções.

Em consequência, a evidência de mercado reduziu significativamente, pelo que o grau de julgamento utilizado pelo avaliador aumentou.

De acordo com o avaliador, apesar de as transacções recentes poderem ser consideradas “forçadas”, entende-se como inapropriado concluir que todas as transacções ocorridas no passado recente o tenham sido. O desbalanceamento entre a oferta e a procura (menos compradores que vendedores) nem sempre é sinónimo de transacções forçadas. Um vendedor pode ser pressionado a vender, mas continua a ter um mercado activo, caso exista mais de um comprador e um espaço de tempo de comercialização para vender. De igual forma, transacções iniciadas em processos de insolvência, não deverão ser automaticamente assumidas como forçadas.

De acordo com o avaliador, os avaliadores em geral continuam a ter um intervalo de valores nos quais baseiam a avaliação. Esse intervalo é usualmente maior num mercado não líquido, onde a incerteza inerente e por isso o grau de julgamento, terá de ser maior. Por isso, as avaliações efectuadas deverão ser acompanhadas no futuro, sendo que se deverá antecipar um período de tempo de comercialização maior que o usual no passado, no caso de se pretender vender alguma propriedade.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o montante das propriedades de investimento em desenvolvimento era composto como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Propriedades de investimento em desenvolvimento ao custo:		
Portugal:		
Alverca	3.066.099	3.005.342
Guimarãesshopping - expansão	-	104.310
Centro Bordalo	1.685.228	1.430.192
Cacém Shopping	-	1.084.960
Parque de Famalicão	1.498.232	627.500
Setúbal Retail Park	-	733.266
Outros	519.902	-
Alemanha:		
Alexa (Torre)	7.320.992	-
Garbsen	867.053	229.810
Outros	-	120.648
Brasil:		
Goiânia Shopping	3.770.303	2.332.966
Uberlândia Shopping	2.294.093	1.416.375
Boulevard Londrina Shopping	1.348.853	112.582
Pátio Boavista	-	646.176
Outros	22.867	-
Espanha:		
Alfaz del Pi	9.575.000	9.724.204
Pulianas Shopping	103.105	6.393.375
Los Barrios	-	3.201.064
Dos Mares - expansão	1.404.902	1.404.902
Outros	37.868	-
Grécia:		
Ioannina	13.531.277	12.425.240
Galatsi Shopping	5.771.370	4.077.148
Aegean Park	4.925.052	4.881.606
Pantheon Plaza	889.064	882.672
Itália:		
Le Terraze (Hipermercado)	3.261.195	3.817.792
Caldogno	4.937.831	4.662.500
Pavia	-	3.755.236
Outros	257.365	6.457
Roménia:		
Craiova Shopping	17.615.979	12.345.625
Ploiesti Shopping	7.415.770	6.726.158
	<u>92.119.400</u>	<u>86.148.106</u>
Imparidade para activos em risco	(6.537.230)	-
Propriedades de investimento em desenvolvimento ao justo valor:		
Portugal:		
Leiria Shopping	24.597.667	5.705.415
Torres Oriente e Ocidente	-	3.310.285
Brasil:		
Manauara Shopping	-	17.942.521
Alemanha:		
Loop 5	-	45.454.725
Itália:		
Le Terraze	9.667.000	-
	<u>34.264.667</u>	<u>72.412.946</u>
	<u>119.846.837</u>	<u>158.561.052</u>

As propriedades de investimento em curso, incluem encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o total destes encargos financeiros capitalizados ascendeu a 2.223.179 euros e 8.543.570 euros, respectivamente.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o rédito (remunerações fixas líquidas de eventuais descontos sobre as rendas fixas, remunerações variáveis, remunerações dos espaços comuns, direitos de ingresso e taxas de cessão) e os gastos operacionais directos (imposto municipal sobre imóveis, seguros, conservação e reparação, custos de comercialização e outros custos associados à actividade do centro comercial) associados às propriedades de investimento do Grupo, tinham a seguinte composição:

	Rédito		Gastos operacionais directos	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Portugal	52.466.368	59.498.236	3.415.593	3.048.116
Espanha	27.413.536	28.001.533	865.982	2.073.938
Brasil	13.242.110	9.888.944	706.158	280.120
Alemanha	9.862.045	8.831.179	822.476	370.613
Itália	9.900.151	7.806.619	711.163	1.182.306
Roménia	1.374.196	1.519.603	231.544	160.022
Grécia	445.476	775.489	630.259	105.051
	<u>114.703.882</u>	<u>116.321.601</u>	<u>7.383.175</u>	<u>7.220.165</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 as seguintes propriedades de investimento tinham sido apresentadas como garantia real de empréstimos bancários contraídos:

Airone	Loop 5
Alexa	Luz del Tajo
Algarveshopping	Madeirashopping
Alverca	Maiashopping
Arrabidashopping	Manauara Shopping
Cascaishopping	Max Center
Centro Colombo	Munster Arkaden
Centro Vasco da Gama	Norteshopping
Coimbrashopping	Parque Atlântico
Dos Mares	Parque Principado
El Rosal	Plaza Éboli
Estação Viana	Plaza Mayor
Freccia Rossa	Plaza Mayor Shopping
Gaiashopping	River Plaza Mall

Gli Orsi

Torre Ocidente

Grancasa

Valecenter

Guimarãeshopping

Valle Real

La Farga

Viacatarina

Leiria

Zubiarte

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 não existem, para além das acima indicadas, obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento ou para a sua reparação ou manutenção.

13 DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

O valor de diferenças de consolidação é alocado a cada um dos segmentos de negócios e dentro destes a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, como segue:

- Unidades de Retalho - O valor das diferenças de consolidação é alocado a cada uma das insígnias do segmento (Continente, Modelo, Worten, Sport Zone, entre outras) que o Retalho explora, sendo posteriormente alocado a cada uma das lojas de cada insígnia do segmento;
- Centros Comerciais - O valor das diferenças de consolidação foi alocado a cada uma das propriedades detidas e à valorização do negócio de gestão e desenvolvimento de propriedades de investimento;
- Telecomunicações - O valor de diferenças de consolidação é alocado por tipo de negócio do segmento (Telecomunicações, Multimédia e Sistemas de informação);
- Gestão de Investimentos - O valor das diferenças de consolidação deste segmento é fundamentalmente relativo: (i) ao negócio de seguros tendo sido alocada às carteiras de clientes adquiridas em data anterior à entrada em vigor dos IFRS razão pela qual não são registadas no activo intangível; (ii) activos adquiridos em data posterior, nomeadamente empresas de viagens e Lazam/MDS;

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Diferenças de consolidação" tinha a seguinte composição:

	<u>31.Dezembro.2009</u>	<u>31.Dezembro.2008</u>
Unidades de Retalho	564.854.379	564.365.889
Centros comerciais	58.040.038	58.703.923
Telecomunicações	43.811.359	44.091.691
Gestão de investimentos	79.634.915	30.105.858
	<u>746.340.691</u>	<u>697.267.362</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2009</u>	<u>31.Dezembro.2008</u>
Valor Bruto:		
Saldo inicial	709.012.583	707.303.376
Novas empresas no consolidado	54.788.678	14.053.298
Aumentos	317.522	18.714.449
Diminuições	(4.332.109)	(16.363.744)
Transferências	-	(8.384.445)
Abates	-	(6.310.351)
Saldo final	<u>759.786.674</u>	<u>709.012.583</u>
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	11.745.221	9.912.998
Aumentos (Nota 33)	1.700.762	8.142.574
Abates	-	(6.310.351)
Saldo final	<u>13.445.983</u>	<u>11.745.221</u>
Valor líquido	<u><u>746.340.691</u></u>	<u><u>697.267.362</u></u>

A rubrica de transferências em 2008, corresponde a 42% de goodwill do fundo de investimentos - Sierra Portugal Fund (SPF) que foram transferidos para a rubrica de Investimentos em associadas através da aplicação do método da equivalência patrimonial.

A Sonae efectua testes anuais de Imparidade sobre o Goodwill e sempre que existam indicações que o Goodwill pode estar em Imparidade. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a Sonae procedeu à análise de imparidade de diferenças de consolidação, tendo, como resultado dessa análise, reconhecido perdas de imparidade como segue:

	<u>31.Dezembro.2009</u>	<u>31.Dezembro.2008</u>
Unidades de Retalho	-	1.039.423
Centros comerciais	1.700.762	6.375.724
Gestão de investimentos	-	727.427
	<u><u>1.700.762</u></u>	<u><u>8.142.574</u></u>

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae.

Unidade de Retalho

Para este efeito o segmento recorre aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projectam os cash-flows de cada uma das unidades, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais acções que serão levadas a cabo por cada um dos negócios, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

As simulações são feitas com um custo médio ponderado de capital entre 7 e 10%, dependendo do mercado e da insígnia. É considerada uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade entre 0 a 1%.

Centros comerciais

O valor das diferenças de consolidação associado ao segmento de Centros Comerciais é alocado a cada uma das empresas que detém propriedades de investimento. Os testes de imparidade são efectuados por comparação com o "Net Asset Value" à data do balanço das participações que detêm as referidas propriedades.

O "Net Asset Value" resulta da valorização das propriedades de investimento a valores de mercado (Open Market Value) não incluindo a dedução de impostos diferidos sobre mais-valias não realizadas. Os pressupostos relativos à valorização das propriedades de investimento encontram-se descritos na Nota 12.

Telecomunicações

Para este efeito o segmento recorre aos resultados da valorização interna das suas áreas de negócio através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projectam os cash-flows de cada uma das unidades para períodos de 5 anos, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados suportados no conhecimento histórico do negócio.

As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas taxas de crescimento de cerca de 3%.

As taxas de desconto utilizadas são:

- Telecomunicações	9,00%
- Multimédia	9,45%
- Sistemas de informação	11,22%

Gestão de Investimentos

O valor de diferenças de consolidação geradas em Portugal, foi alocado a carteiras de clientes do negócio de seguros, pelo que a análise de imparidade é efectuada com base na rentabilidade estimada dessa carteira. Os principais pressupostos para a valorização interna do negócio dos seguros pode ser analisada como segue:

Seguros	Portugal	Brasil
Taxa de crescimento das vendas durante o período projectado	1%	13,5%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1%	3,7%
Taxa de desconto utilizada	9%	11,73%

14 OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 os movimentos ocorridos na rubrica Outros Investimentos podem ser decompostos como segue:

	31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2008	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
<u>Investimentos em filiais, empresas controladas conjuntamente ou empresas associadas excluídas</u>				
Saldo em 1 de Janeiro	3.012.637	-	9.376.193	-
Aquisições durante o exercício	122.904	-	458.596	-
Variações de perímetro	(1.584.193)	-	1.598.800	-
Alienações durante o exercício	-	-	-	-
Transferências	(625.579)	-	(8.420.952)	-
Saldo em 31 de Dezembro	925.769	-	3.012.637	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	925.769	-	3.012.637	-
<u>Outros investimentos</u>				
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 1 de Janeiro	9.965.538	60.956.604	2.678.964	56.093.108
Aumentos durante o exercício	22.873	7.243.466	19.750	6.029.043
Diminuições durante o exercício	-	(10.902.651)	(25.000)	(1.165.547)
Aumento/(diminuição) no justo valor	6.474.000	-	7.304.000	-
Transferências	739.312	16.490	(12.176)	-
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 31 de Dezembro	17.201.723	57.313.909	9.965.538	60.956.604
	18.127.492	57.313.909	12.978.175	60.956.604
<u>Outros investimentos (Nota 7)</u>				
<u>Instrumentos financeiros derivados (Nota 27)</u>				
Justo valor em 1 de Janeiro	-	2.600.159	-	3.976.816
Aquisições durante o exercício	-	365.121	-	72.494
Alienações durante o exercício	-	(72.494)	-	(296.968)
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	(2.527.664)	-	(1.152.183)
Justo valor em 31 de Dezembro	-	365.122	-	2.600.159
	18.127.492	57.679.031	12.978.175	63.556.763

Os investimentos financeiros em filiais, em empresas conjuntamente controladas e empresas associadas excluídas da consolidação estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. É entendimento da Sonae que estimar um justo valor para estes investimentos não é razoável dada a inexistência de dados de mercado observáveis para estes investimentos. A rubrica de Outros investimentos não correntes inclui 3.423.724 euros (2.661.538 euros a 31 de Dezembro de 2008) de investimentos registados ao custo deduzido de perdas de imparidade pelo motivo acima indicado.

Os outros investimentos não correntes estão deduzidos de perdas por imparidade acumuladas (Nota 33) no valor de 67.925 euros (13.157 euros em 31 de Dezembro de 2008).

Em outros investimentos financeiros correntes estão registados 45.121.122 euros (56.042.299 euros em 31 de Dezembro de 2008), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões.

Embora de acordo com os prazos definidos contratualmente a Escrow Account já devesse ter sido libertada pelo comprador, a mesma ainda não o foi pelo facto de existirem alguns pontos de divergência quanto à utilização da referida Escrow account, nomeadamente quanto à possibilidade ou não de retenção da Escrow account para processos fiscais em curso ainda não decididos (Nota 34). É entendimento do Conselho de Administração, consubstanciado em opiniões legais de advogados brasileiros e portugueses, que a razão assiste à Sonae, facto pelo qual é convicção do mesmo que este montante será na sua totalidade recebido até 31 de Dezembro de 2010, e que existem meios legais que poderão ser accionados de forma a obrigar a contraparte a

autorizar o reembolso da Escrow account. Caso as negociações actualmente em curso entre as partes não se consubstanciarem em resultados, é intenção do Conselho de Administração fazer uso de tais meios legais.

15 OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos Outros activos não correntes em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008, é o seguinte:

	31.Dezembro.2009			31.Dezembro.2008		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 33)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 33)	Valor líquido
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas	1.312.071	-	1.312.071	294.089	(160.125)	133.964
Clientes e outros devedores						
Depósitos judiciais	819.480	-	819.480	634.470	-	634.470
Cauções	2.949.266	-	2.949.266	1.638.456	-	1.638.456
Câmara Municipal de Lisboa	3.888.477	-	3.888.477	3.888.477	-	3.888.477
Câmara Municipal de Málaga	824.948	-	824.948	512.108	-	512.108
Depósitos de lojistas	4.036.717	-	4.036.717	3.740.456	-	3.740.456
Outros	1.399.468	(141.988)	1.257.480	1.977.893	(131.446)	1.846.447
	13.918.356	(141.988)	13.776.368	12.391.860	(131.446)	12.260.414
Derivados não correntes	12.991	-	12.991	75.002	-	75.002
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	15.243.418	(141.988)	15.101.430	12.760.951	(291.571)	12.469.380
Provisões técnicas de resseguro cedido	5.396.067	-	5.396.067	8.763.158	-	8.763.158
Outros activos não correntes	678.815	-	678.815	50.977	-	50.977
	<u>21.318.300</u>	<u>(141.988)</u>	<u>21.176.312</u>	<u>21.575.086</u>	<u>(291.571)</u>	<u>21.283.515</u>

Os valores incluídos em "Empréstimos concedidos a empresas relacionadas" vencem juros a taxas de mercado e não têm maturidade definida por terem carácter de suprimentos. Estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respectivo valor do balanço.

O montante de 3.888.477 euros a receber da Câmara Municipal de Lisboa respeita aos trabalhos executados por uma filial do segmento centros comerciais por conta da Câmara Municipal de Lisboa ao abrigo de protocolos assinados, que foram acordados entre os serviços técnicos da Câmara e da filial no final de 2001. Por outro lado a rubrica de "Outros passivos não correntes" em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 inclui o montante de 1.621.687 euros relativos a trabalhos executados pela Câmara por conta da filial e licenças camarárias. Foi interposta uma acção judicial em 2001, visando a cobrança dos valores referidos acrescidos de juros e outros custos incorridos, sendo convicção da Sonae que a mesma lhe seja favorável, razão pela qual não registou qualquer provisão para fazer face a perdas na recuperação desta conta a receber.

O montante de 4.036.717 euros (3.740.456 em 31 de Dezembro de 2008) respeitam aos depósitos efectuados junto das entidades oficiais, de rendas dos lojistas dos centros comerciais localizados em Espanha. Os depósitos entregues pelos lojistas às empresas detentores destes centros comerciais, encontram-se classificados em "Outros passivos não correntes" e "Outras dívidas a terceiros".

Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro cedido" relacionam-se com uma filial da Sonae cuja actividade é resseguro em ramos não-Vida. O valor da provisão pode ser decomposto, basicamente, por 3.582.953 euros (3.597.343 euros em 31 de Dezembro de 2008) relativos a provisões para prémios não adquiridos e 1.688.969 euros (5.156.815 euros em 31 de Dezembro de 2008) relativos a provisões para sinistros declarados (Nota 33).

16 EXISTÊNCIAS

O detalhe das Existências em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, é o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.109.140	1.659.166
Mercadorias	633.189.711	588.557.727
Produtos acabados e intermédios	202.575	-
Produtos e trabalhos em curso	146.535	-
	<u>634.647.961</u>	<u>590.216.893</u>
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 33)	<u>(31.644.772)</u>	<u>(29.783.714)</u>
	<u>603.003.189</u>	<u>560.433.179</u>

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 ascendem a 3.580.874.024 euros e 3.303.986.732 euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Existências iniciais	590.216.893	506.662.632
Variações de perímetro	759.076	6.626.869
Compras	3.651.137.843	3.383.129.620
Regularizações de existências ^(a)	(29.518.161)	(6.415.488)
Existências finais	<u>634.647.961</u>	<u>590.216.893</u>
	<u>3.577.947.690</u>	<u>3.299.786.740</u>
Perdas por imparidade (Nota 33)	8.411.520	10.856.498
Reversão de perdas por imparidade	<u>(5.485.186)</u>	<u>(6.656.506)</u>
	<u>3.580.874.024</u>	<u>3.303.986.732</u>

a) A rubrica de Regularização de existências inclui cerca de 23 milhões de euros (14 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008) relativos essencialmente a transferências de terminais de telecomunicações da rubrica de Existências para a rubrica de Activos fixos tangíveis ao abrigo de contratos de comodato celebrados com clientes do segmento Telecomunicações.

17 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, é o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Clientes correntes e clientes de cobrança duvidosa		
Unidades de Retalho	33.530.469	32.407.651
Centros Comerciais	28.908.566	24.227.509
Telecomunicações	220.854.930	241.908.462
Gestão de Investimentos	10.555.411	12.408.563
Sonae Holding	982.280	796.899
	<u>294.831.656</u>	<u>311.749.084</u>
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 33)	<u>(86.765.183)</u>	<u>(96.686.475)</u>
	<u>208.066.473</u>	<u>215.062.609</u>

A exposição da Sonae ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela Sonae, de

acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A Sonae entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de Dezembro 2009 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	Clientes					
	Unidades de Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Gestão de Investimentos	Sonae Holding	Total
31.Dezembro.2009						
Não vencido	12.137.691	6.525.055	54.453.780	5.956.405	675.928	79.748.859
Vencido mas sem registo de imparidade						
0 - 30 dias	5.548.922	3.724.054	26.258.873	1.213.406	245.068	36.990.323
30 - 90 dias	7.838.363	3.642.067	9.859.150	1.118.968	48.286	22.506.834
+ 90 dias	977.475	4.797.664	43.235.363	761.826	12.998	49.785.326
Total	14.364.760	12.163.785	79.353.386	3.094.200	306.352	109.282.483
Vencido com registo de imparidade						
0 - 90 dias	45.873	1.008.627	2.952.382	38.324	-	4.045.206
90 - 180 dias	46.342	858.683	3.589.051	4.500	-	4.498.576
180 - 360 dias	449.406	2.007.699	5.016.947	43.917	-	7.517.969
+ 360 dias	6.486.397	6.344.717	75.489.385	1.418.065	-	89.738.564
Total	7.028.018	10.219.726	87.047.764	1.504.806	-	105.800.314
	33.530.469	28.908.566	220.854.931	10.555.411	982.280	294.831.656
	Clientes					
	Unidades de Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Gestão de Investimentos	Sonae Holding	Total
31.Dezembro.2008						
Não vencido	11.503.739	3.458.036	65.648.380	2.668.157	170.600	83.448.912
Vencido mas sem registo de imparidade						
0 - 30 dias	1.542.815	4.754.801	18.043.737	2.564.490	262.509	27.168.352
30 - 90 dias	6.487.369	4.492.848	9.460.068	2.505.180	102.712	23.048.177
+ 90 dias	1.641.757	2.666.326	53.902.941	2.613.895	261.078	61.085.997
Total	9.671.941	11.913.975	81.406.746	7.683.565	626.299	111.302.526
Vencido com registo de imparidade						
0 - 90 dias	127.988	603.977	5.444.803	79.543	-	6.256.311
90 - 180 dias	105.314	473.947	4.667.974	289.665	-	5.536.900
180 - 360 dias	318.903	3.082.340	4.371.783	291.101	-	8.064.127
+ 360 dias	10.679.766	4.695.234	80.368.775	1.396.533	-	97.140.308
Total	11.231.971	8.855.498	94.853.335	2.056.842	-	116.997.646
	32.407.651	24.227.509	241.908.461	12.408.564	796.899	311.749.084

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes a Sonae analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. A Sonae não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos que o risco de crédito não excede a imparidade criada para clientes de cobrança duvidosa.

Adicionalmente a Sonae considera que a máxima exposição ao risco de crédito é o total de clientes evidenciado no balanço consolidado.

18 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das Outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, é o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas	8.339	4.269.936
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	58.251.461	65.799.273
Regime esp.reg.dívidas ao Fisco e Seg.Social (Dec.Lei 248-A)	13.999.945	14.576.052
IVA de imóveis e de descontos de talões	20.698.211	7.461.293
Vales e cheques oferta	1.308.743	2.347.902
Alienação de activos fixos	5.210.484	9.484.451
Instrumento financeiro derivado sobre acções próprias	-	3.452.800
Adiantamento para aquisição de projecto imobiliário	7.967.500	7.500.000
Rescisão do contrato de compra de terreno em Pulianas	5.382.500	-
Revogação de contratos para aquisição de lojas	11.131.667	389.871
Adiantamentos a fornecedores	15.905.764	12.458.873
Adiantamentos a agentes	1.004.492	2.271.495
Operações com resseguradoras	3.351.186	4.051.296
Outros activos correntes	36.395.501	24.825.971
	180.607.454	154.619.277
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 33)	(17.223.228)	(12.896.708)
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	163.392.565	145.992.505

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas vencem juros a taxas de mercado e não têm uma maturidade definida, não ultrapassando contudo os doze meses.

Os valores incluídos em Fornecedores c/c - saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores mas ainda não deduzidos aos créditos resultantes de compras futuras no segmento retalho.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social corresponde essencialmente a impostos pagos que foram reclamados junto das autoridades competentes, sendo entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae.

No final de 2008, uma filial da Sonae Sierra efectuou um adiantamento para compra de um terreno em Pulianas para construção de um shopping. A aquisição do referido terreno estava sujeita ao cumprimento pela vendedora de um conjunto de condições pré-aquisição tendo sido realizada uma garantia bancária pelo montante adiantado. Em resultado do não cumprimento das condições acordadas o Grupo executou a garantia bancária a qual não foi ainda satisfeita, em resultado de uma providência cautelar interposta pelo vendedor. De acordo com os pareceres legais obtidos, o Grupo entende que este montante é integralmente recuperável.

A 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Não vencido	80.700.480	39.499.120
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	28.915.142	43.946.973
30 - 90 dias	27.168.792	31.183.504
+ 90 dias	25.066.851	25.284.060
Total	81.150.785	100.414.537
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	1.305.871	1.755.989
90 - 180 dias	136.019	360.306
180 - 360 dias	2.460.437	2.336.907
+ 360 dias	14.853.862	10.252.418
Total	18.756.189	14.705.620
	180.607.454	154.619.277

A 31 de Dezembro 2009 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em Outros devedores aproximam-se do seu justo valor.

19 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, é o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	10.950.005	20.949.102
Imposto sobre o valor acrescentado	42.533.733	67.366.251
Outros Impostos	1.586.731	1.281.813
	55.070.469	89.597.166
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	34.365.203	12.207.801
Imposto sobre o valor acrescentado	34.317.472	40.807.861
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	3.252.893	3.383.806
Contribuições para a Segurança Social	11.993.953	11.981.403
Outros Impostos	2.698.188	3.126.924
	86.627.709	71.507.795

20 OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos Outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, é o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Facturação a emitir	57.394.646	64.755.143
Projecto "Iniciativas E" (Nota 51)	75.145.779	39.317.881
Receitas comerciais	14.211.921	19.482.183
Comissões a receber	1.368.173	1.269.874
Custos diferidos - rendas	4.204.847	4.206.320
Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos	18.096.233	16.404.435
Outros activos correntes	13.565.819	20.466.269
	<u>183.987.418</u>	<u>165.902.105</u>

A rubrica facturação a emitir corresponde fundamentalmente ao segmento de telecomunicação respeitando a facturação a emitir a clientes e a outros operadores de telecomunicações.

21 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	3.700.884	4.565.926	258.974.803	273.169.996
Homogeneização de amortizações	46.211	33.376	43.461.567	34.974.182
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	15.627.931	15.593.155	-	-
Anulação de activos fixos tangíveis e intangíveis	58.633.429	64.320.965	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	36.005.911	43.052.099	1.362.430	1.500.154
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	7.180.175	5.484.534	100.654	496.557
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	12.880.000	16.100.000	-	-
Amortização da diferença de consolidação para efeitos fiscais	-	-	13.960.032	6.980.016
Diferenças de câmbio não tributadas	-	-	928.553	5.326.355
Reavaliações de activos fixos tangíveis	-	-	2.131.967	2.281.496
Prejuízos fiscais reportáveis	94.364.809	54.525.172	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	2.768.248	2.939.833
Outros	1.775.158	3.279.462	2.731.864	3.240.091
	<u>230.214.508</u>	<u>206.954.689</u>	<u>326.420.118</u>	<u>330.908.680</u>

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 foi como segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Saldo inicial	206.954.690	149.323.388	330.908.680	348.408.863
Efeito em resultados:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	(870.449)	(5.044.606)	(23.252.384)	(14.246.452)
Homogeneização de amortizações	26.935	(1.686.181)	8.464.839	9.869.360
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente	(399.556)	3.169.630	(26.495)	(70.763)
Anulação de activos fixos tangíveis e intangíveis	(5.702.292)	4.242.447	(228)	798.102
Anulação de acréscimos e diferimentos	(7.092.466)	2.027.199	(49.998)	192.768
Reavaliações de activos fixos tangíveis reintegrável	-	-	(149.436)	(236.149)
Prejuízos fiscais reportáveis	38.081.299	16.718.637	-	-
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	(3.220.000)	16.100.000	-	-
Amortização das diferenças de consolidação para efeitos fiscais	-	-	6.980.016	6.980.016
Diferenças de câmbio não tributadas	-	-	(5.422.220)	6.462.069
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	(155.523)	(136.246)
Efeito de alteração de taxa de imposto	-	-	(153.687)	107
Outros	(87.939)	2.688.741	(418.850)	130.616
	20.735.532	38.215.867	(14.183.966)	9.743.428
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	1.806.117	5.715.366	(471.332)	(757.317)
Conversão cambial	1.045.771	(1.110.020)	6.592.197	(5.786.745)
Varição de taxa de imposto	-	-	-	(181)
Outros	(429.313)	(6.326)	333.892	311.384
	2.422.575	4.599.020	6.454.757	(6.232.859)
Alteração de percentagem em empreendimentos conjuntos				-
Aquisição de filiais (Nota 8)	153.728	26.105	-	-
Alienação de filiais (Nota 8)	(52.017)	(1.868.508)	(961.577)	(30.792.483)
Imputação de justo valor em aquisição de filiais (Nota 8)	-	16.658.818	4.202.324	9.781.731
Saldo final	230.214.508	206.954.690	326.420.218	330.908.680

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram constituídos activos por impostos diferidos no montante de aproximadamente 16,1 milhões de euros, no segmento das Telecomunicações decorrente da operação de titularização de créditos futuros concretizada em Dezembro de 2008. Em resultado desta transação os 100 milhões de euros da operação foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados os activos por impostos diferidos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi revertido um montante de 3,2 milhões de euros, correspondente à reversão da respectiva diferença temporária no exercício.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 no segmento Retalho Especializado, foram constituídos activos por impostos diferidos no montante de, aproximadamente, 18.240.000 Euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis da filial Worten España, S.A. gerados no exercício e em exercícios anteriores, dos quais 11.829.000 euros relativos a prejuízos gerados em data anterior à aquisição e tendo afectado o calculo da respectiva diferença de consolidação negativa constatada. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram acrescidos os activos por impostos diferidos relativos aos prejuízos gerados no exercício no valor de 9.144.723 euros na Worten Espanã, S.A. e 6.635.228 euros na Sport Zone Espanã, S.A.. O registo de activos por impostos diferidos está suportado em planos de negócio das Empresas que prevêem a sua recuperação num prazo compreendido entre 6 e 8 anos (na perspectiva mais conservadora). Sendo que em Espanha prazo para reporte de prejuízos fiscais é 15 anos.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, nas empresas em Portugal, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos activos por impostos diferidos gerados por diferenças temporárias, a taxa usada foi de 26,5%. Para as empresas localizadas noutros países foram utilizadas as respectivas taxas aplicáveis.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31.Dezembro.2009			31.Dezembro.2008		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2003	-	-	2009	1.077.065	269.266	2009
Gerados em 2004	171.630	42.907	2010	2.658.095	664.524	2010
Gerados em 2005	1.454.441	363.610	2011	1.508.454	377.114	2011
Gerados em 2006	1.953.506	488.376	2012	1.138.251	284.562	2012
Gerados em 2007	15.775.143	3.943.786	2013	23.759.138	5.939.785	2013
Gerados em 2008	4.136.674	1.034.169	2014	4.651.622	1.162.908	2014
Gerados em 2009	50.067.344	12.516.838	2015	-	-	
	<u>73.558.738</u>	<u>18.389.686</u>		<u>34.792.625</u>	<u>8.698.159</u>	
Sem limite de data de utilização	18.581.710	5.096.472		10.346.392	3.126.514	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	236.619.705	70.878.651		142.929.494	42.700.499	
	<u>255.201.415</u>	<u>75.975.123</u>		<u>153.275.886</u>	<u>45.827.013</u>	
	<u>328.760.153</u>	<u>94.364.809</u>		<u>188.068.511</u>	<u>54.525.172</u>	

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram activos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro e que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae, periodicamente revistos e atualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2009 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 639.018.631 euros (761.693.530 euros em 31 de Dezembro de 2008), cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados.

	31.Dezembro.2009			31.Dezembro.2008		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2003	-	-	2009	7.840.316	1.960.080	2009
Gerados em 2004	7.026.627	1.756.656	2010	7.284.015	1.821.004	2010
Gerados em 2005	46.474.629	11.618.658	2011	31.838.954	7.959.738	2011
Gerados em 2006	60.520.774	15.130.192	2012	69.678.529	17.419.632	2012
Gerados em 2007	60.518.585	15.129.647	2013	79.771.355	19.942.840	2013
Gerados em 2008	13.091.128	3.272.783	2014	17.458.087	4.364.521	2014
Gerados em 2009	12.670.496	3.167.650	2015			
	<u>200.302.239</u>	<u>50.075.586</u>		<u>213.871.256</u>	<u>53.467.815</u>	
Sem limite de data de utilização	38.617.859	10.737.954		31.496.303	8.383.429	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	400.098.533	102.943.995		516.325.971	149.725.560	
	<u>639.018.631</u>	<u>163.757.535</u>		<u>761.693.530</u>	<u>211.576.804</u>	

22 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Numerário	6.412.073	6.243.465
Depósitos bancários	140.227.780	140.335.695
Aplicações de tesouraria	25.590.018	37.781.744
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	172.229.871	184.360.904
Descobertos bancários (Nota 25)	(23.763.618)	(41.394.916)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	148.466.253	142.965.988

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos bancários.

23 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 2.000.000.000 de acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada.

Em 15 de Novembro de 2007, a Sonae Holding alienou, através de operação de bolsa, 132.856.072 acções Sonae Holding detidas directamente pela própria sociedade. As acções foram vendidas ao preço unitário de 2,06 euros por acção e geraram um encaixe (líquido de comissões de corretagem) de 273.398.877 euros.

Na mesma data a Sonae Investments, BV, sociedade cuja totalidade do capital social e de direitos de voto é titular a Sonae Holding, celebrou com uma instituição financeira, um instrumento financeiro derivado - Cash Settled Equity Swap - sobre um total de 132.800.000 acções Sonae Holding, representativas de 6,64% do respectivo capital social.

Esta transacção tem maturidade máxima de três anos e liquidação estritamente financeira, não existindo qualquer obrigação ou direito à compra do título subjacente por parte desta sociedade ou de qualquer sua participada. Esta transacção permite à Sonae Investments BV manter na íntegra a exposição económica aos títulos vendidos.

Neste contexto, apesar de juridicamente terem sido transferidos para o comprador todos os direitos e deveres inerentes a estas acções, a Sonae Holding optou por manter as acções próprias no seu balanço consolidado tendo registado um passivo na rubrica de "Outros passivos não correntes" (Nota 28), uma vez que de acordo com a interpretação dada pela Sonae do IAS 39 aplicado por analogia aos instrumentos de capital próprio este não permite o desconhecimento de instrumentos financeiros caso a entidade vendedora mantenha substancialmente os riscos e proveitos associados ao instrumento financeiro alienado.

Consequentemente, a Sonae manteve registado no seu capital próprio o custo de aquisição das 132.800.000 acções (138.568.275 Euros), tendo registado com referência à data da transacção na rubrica Outros passivos não correntes o montante do valor recebido relativo às acções referidas (273.568.000 Euros).

Em consequência do destaque, em 4 de Janeiro de 2008, dos direitos de cisão da Sonae Capital, SGPS, SA atribuíveis às acções da Sonae Holding, objecto do contrato acima referido, foi registado um activo correspondente ao justo valor dos direitos atribuídos às 132.800.000 acções Sonae Holding mantendo-se registado no passivo a correspondente responsabilidade uma vez que foi também celebrado um Cash Settled Equity Swap sobre as acções Sonae Capital, SGPS, SA. Desta forma e relativamente às operações acima descritas, o valor do passivo decompõe-se em 112.905.322 euros relativo ao valor de mercado das acções Sonae Holding,

bem como 13.778.000 euros relativo ao valor de mercado das acções Sonae Capital, SGPS, SA após conversão dos direitos em 28 de Janeiro de 2008.

O valor destes passivos são ajustados no final de cada mês pelo efeito da variação do preço da acção Sonae Holding ou Sonae Capital SGPS, SA conforme aplicável sendo registado um activo/passivo corrente de forma a apresentar o direito/obrigação relativo ao recebimento/liquidação financeira que ocorre mensalmente (Notas 18, 28 e 31).

Adicionalmente, são registados na demonstração dos resultados os custos relativos ao "floating amount" os quais são indexados à Euribor a 1 mês.

Durante o exercício, a Sonae adquiriu 1.134.965 acções próprias, a um preço médio de 0,614 euros/acção, tendo a Sonae procedido ao cancelamento antecipado e parcial do referido derivado para 1.134.965 acções pelo mesmo preço. Tais acções foram entregues aos colaboradores da Sonae nos termos do plano de desempenho diferido actualmente em curso (Nota 29).

O valor a receber apurado com base nos dividendos distribuídos pela Sociedade é creditado em capital próprio de forma a compensar a variação negativa provocada pela sua distribuição. O valor de dividendos atribuído às acções Sonae SGPS, SA durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 ascendeu a 3.949.951 euros que foram creditados em capitais próprios.

O número de acções para efeitos de cálculo do resultado líquido por acção, considera ainda as acções acima referidas como dedução às acções emitidas pela Empresa (Nota 47).

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2009:

Entidade	%
Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais	52,98

A estrutura do capital é analisada na secção do Relatório de Gestão: "Desempenho dos negócios".

24 INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 foram os seguintes:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Saldo inicial em 1 de Janeiro	411.549.101	448.365.507
Dividendos distribuídos	(38.140)	(2.475.031)
Variação resultante da conversão cambial	2.515.177	(890.857)
Aquisição de filiais (Nota 8)	54.233.850	-
Alienação de filiais	-	(5.370.066)
Aumento de capital e prémio de emissão	4.912.947	36.604.140
Variação de percentagem por aquisição de acções	-	(11.887.804)
Variação de percentagem por alienação de acções	26.133.713	(3.299.989)
Variação das reservas de cobertura e justo valor	(1.549.431)	(7.761.789)
Outras variações	352.125	(777.613)
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	(20.140.587)	(40.957.397)
Saldo final em 31 de Dezembro	477.968.755	411.549.101

25 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2009			31.Dezembro.2008		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não Corrente		Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários						
Sonae, SGPS, SA - papel comercial	350.000.000	24.950.000	-	350.000.000	138.200.000	-
Sonae Investimentos, SGPS,SA - papel comercial	692.500.000	-	271.000.000	563.000.000	20.000.000	230.000.000
a)b) Filiais da Sonae Sierra	470.086.920	16.621.638	385.383.442	471.190.318	26.844.447	382.135.505
a)b)c) Filiais da Sonae Sierra	442.830.796	61.288.733	377.516.488	430.867.643	7.153.557	415.653.220
a)b)d) Filiais da Sonae Sierra	11.179.526	-	11.179.526	-	-	-
a) Filiais da Sonae Sierra	12.185.116	8.179.211	3.435.116	41.097.065	13.670.597	22.516.460
Sonae Sierra SGPS, SA	83.919.000	18.585.252	-	-	-	-
Sonaecom SGPS, SA - papel comercial	320.000.000	55.000.000	150.000.000	320.000.000	-	231.000.000
Sonaecom SGPS, SA	26.500.000	3.500.000	-	15.000.000	4.873.000	-
Continente Hipermercados SA - papel comercial	30.000.000	-	-	80.000.000	-	-
Outros		21.887.012	15.374.356		7.572.291	6.977.246
		<u>210.011.846</u>	<u>1.213.888.928</u>		<u>218.313.892</u>	<u>1.288.282.431</u>
Descobertos bancários (Nota 22)		23.763.618	-		41.394.916	-
Custos de montagem de financiamentos		(808.536)	(5.564.118)		(802.841)	(7.019.907)
Empréstimos bancários		<u>232.966.928</u>	<u>1.208.324.810</u>		<u>258.905.967</u>	<u>1.281.262.524</u>
Empréstimos por obrigações:						
Obrigações Sonae / 05		-	100.000.000		-	100.000.000
Obrigações Sonae 2006/2011		-	250.000.000		-	250.000.000
Obrigações Sonae 2007/2014			150.000.000			150.000.000
Obrigações Modelo Continente / 2003		-	82.000.000		-	82.000.000
Obrigações Modelo Continente / 2004		-	-		100.000.000	-
Obrigações Modelo Continente / 2005/2010		64.925.000	-		-	64.925.000
Obrigações Modelo Continente / 2005/2012		-	150.000.000		-	150.000.000
Obrigações Modelo Continente / 2007/2012		-	200.000.000		-	200.000.000
Obrigações Sonae Distribuição / 2007/2015		-	200.000.000		-	200.000.000
Obrigações Sonae Distribuição / 2007/2015		-	310.000.000		-	310.000.000
Obrigações Sonae Distribuição 2009/2014		-	50.000.000		-	-
Obrigações Sonaecom / 2005		-	150.000.000		-	150.000.000
Obrigações Sonae Sierra 2008/2013		-	37.500.000		-	37.500.000
Custos de montagem de financiamentos		(76.340)	(8.365.778)		(69.433)	(10.210.681)
Empréstimos por obrigações		<u>64.848.660</u>	<u>1.671.134.222</u>		<u>99.930.567</u>	<u>1.684.214.319</u>
Outros empréstimos		33.466	586.519		35.485	628.196
Instrumentos derivados (Nota 27)		7.902.322	34.584.190		5.369.980	21.646.496
Outros empréstimos		<u>7.935.788</u>	<u>35.170.709</u>		<u>5.405.465</u>	<u>22.274.692</u>
Credores por locações financeiras (Nota 26)		<u>7.803.032</u>	<u>29.357.393</u>		<u>5.829.172</u>	<u>28.701.579</u>
		<u>313.554.408</u>	<u>2.943.987.134</u>		<u>370.071.172</u>	<u>3.016.453.113</u>

a) Estes montantes encontram-se proporcionalizados de acordo com a percentagem de controlo atribuível à Sonae;

b) Como garantia destes empréstimos foram constituídas hipotecas sobre os imóveis, propriedade destas sociedades;

c) Como garantia destes empréstimos foram constituídos penhores sobre as acções do capital social das filiais;

d) Como garantia destes empréstimos foram constituídas garantias bancárias.

A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2009 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,72% (5,27% em 31 de Dezembro de 2008).

Os empréstimos bancários vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo. Deste modo, estima-se que o justo valor destes empréstimos não difira significativamente do respectivo valor de mercado.

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 27).

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locação financeira) tem as seguintes maturidades:

	31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2008	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1 ^{a)}	306.536.962	59.249.205	365.573.466	160.445.963
N+2	369.170.365	54.034.205	218.420.062	139.770.421
N+3	561.016.180	47.483.356	359.930.980	127.575.596
N+4	549.823.566	38.181.113	537.232.284	105.852.723
N+5	492.562.407	20.709.627	506.240.050	82.086.426
Após N+5	950.760.322	39.538.308	1.390.213.829	154.813.311
	<u>3.229.869.802</u>	<u>259.195.814</u>	<u>3.377.610.671</u>	<u>770.544.440</u>

a) Inclui os montantes utilizados dos programas de papel comercial.

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos, e tendo em consideração a melhor expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

Apenas alguns empréstimos de filiais do segmento de Centros Comerciais estão sujeitos a “covenants financeiros” cujo cumprimento dessas condições foi analisado à data de balanço, não se tendo verificado situações com impacto material nas condições dos empréstimos.

À data de 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, as linhas de crédito disponíveis são:

	31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2008	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis				
Unidades de Retalho	348.517.927	204.000.000	330.372.762	170.000.000
Centros Comerciais	42.718.579	-	53.781.154	-
Telecomunicações	142.000.000	-	14.978.667	89.000.000
Gestão de Investimentos	10.948.727	-	11.311.787	-
Sonae Holding	324.907.000	-	194.783.894	-
	<u>869.092.233</u>	<u>204.000.000</u>	<u>605.228.264</u>	<u>259.000.000</u>
Montantes de linhas contratadas				
Unidades de Retalho	362.870.074	475.000.000	346.888.524	400.000.000
Centros Comerciais	71.682.081	-	70.309.185	-
Telecomunicações	200.500.000	150.000.000	19.851.688	320.000.000
Gestão de Investimentos	24.481.550	-	24.481.550	-
Sonae Holding	330.057.000	-	340.067.000	-
	<u>989.590.705</u>	<u>625.000.000</u>	<u>801.597.947</u>	<u>720.000.000</u>

26 CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 os Credores por locações financeiras tinham o seguinte detalhe:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	9.345.010	7.405.130	7.803.032	5.829.172
N+2	4.783.299	6.425.872	3.725.414	5.145.609
N+3	4.585.949	3.474.514	3.597.303	2.407.047
N+4	3.748.523	3.046.952	2.886.380	2.094.646
N+5	2.825.942	2.658.765	2.054.445	1.796.321
Após N+5	20.508.879	21.298.915	17.093.851	17.257.956
	45.797.602	44.310.148	37.160.425	34.530.751
Juros futuros	(8.637.177)	(9.779.397)		
	37.160.425	34.530.751		
Componente de curto prazo			7.803.032	5.829.172
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			29.357.393	28.701.579

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado, com excepção dos acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica.

Nas situações em que a Sonae, em resultado de tais acordos, tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um activo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 – “Determinar se um acordo contém uma locação”. Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, estima-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponda, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o valor líquido contabilístico, dos bens objecto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Bens objecto de locação financeira		
Terrenos e Edifícios	30.956.605	31.389.745
Equipamento Básico	21.161.109	18.583.456
Equipamento Transporte	87.424	89.349
Equipamento Administrativo	5.447.197	4.974.377
Total de Activos Fixos Tangíveis	57.652.335	55.036.927
Propriedades de Investimento	-	2.261.077
	57.652.335	57.298.004

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor do custo de aquisição dos activos fixos tangíveis ascendia a 80.001.497 euros (73.474.043 euros em 31 de Dezembro de 2008).

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

A Sonae utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efectuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Desta forma a Sonae contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio e opções de compra e venda de divisas, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

Em 31 de Dezembro de 2009, o justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio, que não foram considerados de cobertura, calculados tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 79.039 euros, e no activo de 365.121 euros (475.848 euros e 72.494 euros em 31 de Dezembro de 2008).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a actualização para a data do balanço do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas directamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de “Proveitos e Ganhos financeiros” ou “Custos e Perdas financeiras”.

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pela Sonae existentes em 31 de Dezembro de 2009, respeitam, fundamentalmente a “swaps” e opções de taxa de juro (“cash flow hedges”) contraídas com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 948.629.817 euros (1.510.850.147 euros em 31 de Dezembro de 2008) cujo justo valor líquido ascendia a -42.394.481 euros (-19.091.434 euros em 31 de Dezembro de 2008), sendo que esse valor se decompõe em 12.992 euros (2.602.678 euros em 31 de Dezembro de 2008) de derivados registados no activo e 42.407.473 euros (21.694.112 euros em 31 de Dezembro de 2008) de derivados registados no passivo.

Estes instrumentos derivados foram avaliados tendo em consideração os cash flows estimados resultantes dos mesmos, admitindo o exercício da opção de cancelamento por parte das contrapartes a partir do momento em que as taxas de juro forward sejam superiores à taxa fixa contratada. É intenção da Sonae deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros decorrentes destes instrumentos.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pela Sonae com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de “Black-Scholes” e suas variantes.

Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

Em 31 de Dezembro de 2009 a Sonae não tinham contratado instrumentos derivados que incorporam gestão do risco de taxa de câmbio e do risco de taxa de juro.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Activos		Passivos	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Derivados que não são de cobertura				
Taxa de câmbio	365.121	72.494	79.039	475.849
Taxa de juro	-	-	-	4.846.515
Derivados de cobertura				
Taxa de câmbio	-	-	-	-
Taxa de juro	12.992	2.602.678	42.407.473	21.694.112
Taxa de juro e taxa de câmbio	-	-	-	-
Outros derivados	-	-	-	-
	<u>378.113</u>	<u>2.675.172</u>	<u>42.486.512</u>	<u>27.016.476</u>

28 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Accionistas	47.276.787	17.409.765
Fornecedores de activos fixos	2.440.330	3.041.799
Outras dívidas a terceiros não correntes	156.470.214	76.423.646
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	206.187.331	96.875.210
Programa "Iniciativas E" (Nota 51)	32.923.892	56.772.000
Outros acréscimos e diferimentos	1.156.180	1.816.948
Outros Passivos não correntes	<u>240.267.403</u>	<u>155.464.158</u>

A rubrica de Accionistas corresponde a valores de financiamento de accionistas em empresas participadas, fundamentalmente dos segmentos Retalho, Centros Comerciais e Gestão de Investimentos. Estes passivos não têm maturidade definida e vencem juros a taxas variáveis de mercado.

A rubrica de Outras dívidas a terceiros não correntes inclui o valor de 126.683.322 euros (65.453.108 euros a 31 de Dezembro de 2008) referente ao justo valor das acções Sonae Holding e Sonae Capital SGPS, SA abrangidas pelo derivado financeiro referido na Nota 23.

Estima-se que os valores incluídos em "Outros passivos" não correntes sejam aproximadamente o seu justo valor.

29 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

A Sonae concedeu, em 2009 e em anos anteriores, a colaboradores da Sonae prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de acções, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo alterou a forma de liquidação dos seus planos de acções Sonae Holding, que eram tradicionalmente liquidados em numerário, passando a ser liquidados em acções. A 31 de Dezembro de 2009, todos os planos de acções Sonae Holding estão contabilizados, no balanço, em "Outras reservas" por contrapartida de "Custos

com o pessoal”, tendo tal transferência sido efectuada com referência a 31 de Dezembro de 2009 e pelo justo valor das acções determinado naquela data.

Os planos que continuam a ser liquidados em numerário continuam a ser contabilizados, no balanço, em Outros Passivos por contrapartida de Custos com o pessoal.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o valor de mercado do total das responsabilidades decorrentes dos planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
				31. Dezembro.2009	31. Dezembro.2008
Accções					
	2006	2009	441	-	2.981.061
	2007	2010	464	4.554.430	3.102.734
	2008	2011	484	5.703.916	3.357.478
	2009	2012	461	7.568.676	-
Total				<u>17.827.022</u>	<u>9.441.273</u>

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31. Dezembro.2009	31. Dezembro.2008
Valor registado em custos com pessoal do exercício	7.588.472	(1.112.886)
Registado em exercícios anteriores	3.678.193	8.226.971
	<u>11.266.665</u>	<u>7.114.085</u>
Registado em outros passivos	7.050.164	7.114.085
Valor registado em Outras reservas	4.216.501	-
	<u>11.266.665</u>	<u>7.114.085</u>

30 FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31. Dezembro.2009	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente			
Unidades de Retalho	886.011.261	885.946.640	64.621
Centros Comerciais	13.008.816	10.191.004	2.817.812
Telecomunicações	144.238.227	144.238.227	-
Gestão de Investimentos	19.249.964	19.057.972	191.992
Sonae Holding	660.114	474.209	185.905
	<u>1.063.168.382</u>	<u>1.059.908.052</u>	<u>3.260.330</u>
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	157.233.068	156.760.035	473.033
	<u>1.220.401.450</u>	<u>1.216.668.087</u>	<u>3.733.363</u>

	31.Dezembro.2008	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente			
Unidades de Retalho	655.153.542	653.826.037	1.327.505
Centros Comerciais	13.678.175	11.995.539	1.682.636
Telecomunicações	130.010.572	130.010.572	-
Gestão de Investimentos	17.297.082	15.427.471	1.869.611
Sonae Holding	980.469	865.253	115.216
	817.119.840	812.124.872	4.994.968
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	233.118.722	230.822.879	2.295.843
	<u>1.050.238.562</u>	<u>1.042.947.751</u>	<u>7.290.811</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da actividade operacional da Sonae. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contabilístico e que o efeito de actualização destes montantes não é material.

Os saldos acima incluem aproximadamente 40 milhões de euros relativos a facturas confirmadas a instituições financeiras pela Sonae no âmbito de contratos de "confirming", sendo que os fornecedores poderão efectuar o seu desconto em data antecipada.

31 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 a rubrica Outras dívidas a terceiros pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2009	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de activos fixos	125.829.938	121.718.311	1.760.018	2.351.609
Outras dívidas	123.496.868	104.312.000	5.245.653	13.939.215
	249.326.806	226.030.311	7.005.671	16.290.824
Empresas participadas e participantes	5.527.840			
	<u>254.854.646</u>			

	31.Dezembro.2008	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de activos fixos	155.062.698	139.841.612	3.267.122	11.953.964
Outras dívidas	71.581.443	41.733.907	10.124.094	19.723.441
	226.644.141	181.575.519	13.391.216	31.677.405
Empresas participadas e participantes	7.255.731			
	<u>233.899.872</u>			

A rubrica Outras dívidas inclui:

- 32.862.235 Euros (em 31 de Dezembro de 2008 o valor era nulo) relativos ao valor a pagar à Fundação para as Comunicações Móveis, no âmbito do programa "Iniciativas E" (Nota 51);
- 17.236.223 Euros (11.135.042 euros em 31 de Dezembro de 2008) relativos a descontos atribuídos, no âmbito do projecto de fidelização "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;
- 10.483.469 Euros (8.235.402 euros em 31 de Dezembro de 2008) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;

- 5.973.902 Euros (11.050.444 euros em 31 de Dezembro de 2008) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade e que se encontravam totalmente provisionadas (Nota 33);

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de imobilizado e não incorpora juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de actualização não são materiais.

32 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Acréscimos relativos a propriedades de investimento	11.315.293	17.195.145
Acréscimos relativos a activos fixos	14.472.472	52.666.464
Custos com o pessoal	124.087.431	116.989.003
Encargos financeiros a liquidar	14.528.300	39.631.328
Facturação a emitir por operadores	42.253.540	52.237.364
Comissões a agentes	6.049.967	7.352.747
Publicidade e propaganda	22.938.341	14.265.989
Sociedade de informação ^(b)	55.426.396	25.702.090
Outros fornecimentos e serviços externos	49.901.884	49.814.557
Receitas antecipadas de clientes ^(a)	31.257.499	40.552.618
Rendas fixas debitadas antecipadamente	4.929.704	4.931.720
Outros	33.991.215	34.308.028
	<u>411.152.042</u>	<u>455.647.053</u>

(a) Fundamentalmente do segmento Telecomunicações, associadas aos carregamentos de telemóveis e à compra de minutos ainda não consumidos;

(b) Inclui 21.946.029 euros relativos a valores a entregar à Fundação para as Comunicações Móveis e 33.480.367 euros relativos à parcela de curto prazo ainda não realizada da estimativa associada aos compromissos assumidos pela Sonaecom, no âmbito do programa Iniciativas E.

33 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 31.Dezembro.2008	Aumentos	Diminuições	Variações de perímetro	Saldo em 31.Dezembro.2009
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 14)	13.157	50.871	-	3.897	67.925
Perdas por imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 15)	291.571	10.542	(160.125)		141.988
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 17)	96.686.475	21.135.371	(30.666.532)	(390.131)	86.765.183
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 18)	12.896.708	5.028.969	(705.502)	3.055	17.223.230
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 16)	29.783.714	8.914.226	(7.185.776)	132.608	31.644.772
Provisões não correntes	57.086.975	4.137.655	(10.617.263)		50.607.367
Provisões correntes	2.369.154	904.272	(655.675)		2.617.751
	<u>199.127.754</u>	<u>40.181.906</u>	<u>(49.990.873)</u>	<u>(250.571)</u>	<u>189.068.216</u>

Rubricas	Saldo em 31.Dezembro.2007	Aumentos	Diminuições	Variações de perímetro	Saldo em 31.Dezembro.2008
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 14)	26.314	-	-	(13.157)	13.157
Perdas por imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 15)	301.571	-	(10.000)	-	291.571
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 17)	85.985.340	23.115.177	(12.226.277)	(187.765)	96.686.475
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 18)	9.250.508	3.884.296	(866.539)	628.443	12.896.708
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 16)	24.759.431	11.512.101	(7.312.110)	824.292	29.783.714
Provisões não correntes	109.305.995	5.344.758	(60.739.295)	3.175.517	57.086.975
Provisões correntes	2.551.957	-	(113.252)	(69.551)	2.369.154
	<u>232.181.116</u>	<u>43.856.332</u>	<u>(81.267.473)</u>	<u>4.357.779</u>	<u>199.127.754</u>

As variações de perímetro das perdas por imparidade e das provisões relativas a 2009 e 2008 podem ser analisadas como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Alienação de empresas	(449.355)	(1.047.849)
Aquisições de empresas	198.784	5.405.628
Outros	-	-
	<u>(250.571)</u>	<u>4.357.779</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Provisões e perdas de imparidade	28.207.470	35.512.894
Perdas de imparidade não reflectidas nesta nota		
Diferenças de consolidação (Nota 13)	(1.700.762)	(8.142.574)
Propriedades de investimento	190.412	(1.820.992)
Provisão que estava deduzir a clientes	-	1.428.904
Provisão para desmantelamento de sites de telecomunicações ^(a)	1.601.580	2.091.500
Provisão para imparidade em existências		
Registada em custo das vendas (Nota 16)	8.411.520	10.856.498
Outros	3.471.686	3.930.102
	<u>40.181.906</u>	<u>43.856.332</u>

^(a) Estes custos são capitalizados em activos fixos tangíveis e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens;

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o detalhe das Provisões Correntes e Não Correntes para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Provisões técnicas de resseguros	9.118.524	12.008.857
Responsabilidades futuras relativas a filiais da operação Retalho no Brasil alienadas	5.447.923	6.016.688
Desmantelamento de sites	22.208.721	20.591.640
Processos judiciais em curso	9.133.101	17.942.992
Outros	7.316.849	2.895.952
	<u>53.225.118</u>	<u>59.456.129</u>

Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro" relacionam-se com uma filial da Sonae cuja actividade é resseguro em ramos não-Vida. O valor da provisão pode ser decomposto por 4.318.576 euros (4.799.050 euros em 31 de Dezembro de 2008) relativos a provisões para prémios não adquiridos e 4.799.948 euros (7.209.807 euros em 31 de Dezembro de 2008) relativos a provisões para sinistros declarados. A parcela a recuperar das resseguradoras encontra-se registada na rubrica do activo Provisões técnicas de resseguro cedido (Nota 15) Outras Dívidas de Terceiros (Nota 18).

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

34 ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	266.974.945	129.494.243
por processos judiciais em curso	659.048	2.021.086
por processos autárquicos em curso	8.998.481	23.255.089
Outras	42.776.282	69.834.195

O valor de "Outras" inclui as seguintes garantias:

- 9.250.883 euros (15.904.712 euros em 31 de Dezembro de 2008) para garantir parte da dívida de filiais da Sonae Sierra relacionadas com compra, venda e permuta de Terrenos;

- 687.243 euros (10.576.961 euros em 31 de Dezembro de 2008) relativos a pedidos de reembolso de IVA.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009, uma das filiais do segmento Unidades de Retalho prestou uma garantia a favor da administração fiscal associada a um processo referente a IVA relativo ao exercício de 2004, no valor de 30.260.721,33 euros, para o qual foi apresentada a respectiva impugnação.

Adicionalmente, a accionista da filial acima referida prestou por conta desta uma fiança no valor de 46.893.361,33 euros de forma a garantir uma liquidação adicional de IVA relativo ao exercício de 2005. A sociedade irá apresentar a correspondente impugnação judicial e entende, com base no parecer dos seus consultores fiscais, que a sentença lhe será favorável.

Uma filial no Brasil do segmento unidades de retalho prestou uma garantia no montante de 28.971.147 euros (72.755.267 reais), relativos a um processo fiscal que se encontra a ser julgado em tribunal referente a imposto de renda (em 31 de Dezembro de 2008 o valor era de 70.892.539 reais).

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transacções anteriores à data de alienação (13 de Dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, ascende a um montante de aproximadamente 38 milhões de euros, incluindo já os processos pagos ao abrigo do programa de recuperação de impostos do Estado brasileiro ("REFIS") no montante de 22 milhões de euros (56 milhões de reais).

Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 42 milhões de euros para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae.

35 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nas locações operacionais em que a Sonae age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como proveitos, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, ascenderam a 107.125.140 euros e 105.702.189 euros, respectivamente.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a Sonae tinha celebrado fundamentalmente no Segmento Centros Comerciais, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

	<u>31.Dezembro.2009</u>	<u>31.Dezembro.2008</u>
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	2.554.818	982.169
N+1	109.813.951	101.354.687
N+2	101.000.486	90.091.077
N+3	90.399.781	79.011.410
N+4	77.955.113	68.789.212
N+5	62.494.863	56.516.724
Após N+5	51.026.559	43.177.561
	<u>495.245.571</u>	<u>439.922.840</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 108.744.712 euros (104.297.554 euros em 31 de Dezembro de 2008) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que a Sonae age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a Sonae tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	<u>31.Dezembro.2009</u>	<u>31.Dezembro.2008</u>
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	19.658.295	19.266.686
N+1	97.164.346	78.793.722
N+2	88.561.911	74.801.157
N+3	79.544.150	67.661.514
N+4	70.396.851	61.321.705
N+5	58.862.001	55.431.819
Após N+5	226.569.544	144.126.354
	<u>640.757.098</u>	<u>501.402.957</u>

36 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 podem ser detalhados como segue:

	<u>31.Dezembro.2009</u>	<u>31.Dezembro.2008</u>
Vendas de mercadorias	4.532.588.111	4.149.749.990
Vendas de produtos	17.131.808	18.812.342
	<u>4.549.719.919</u>	<u>4.168.562.332</u>
Prestações de serviços	1.115.457.155	1.184.541.613
Vendas e prestações de serviços	<u>5.665.177.074</u>	<u>5.353.103.945</u>

37 VARIAÇÃO DE VALOR DAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O detalhe da variação de valor das propriedades de investimento nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 é o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Propriedades que estavam em construção e foram concluídas durante o exercício (Nota 12)	6.034.792	18.716.720
Variação de justo valor de propriedades de investimento (Nota 12) em curso	2.448.507	7.579.782
Variação de justo valor nos contratos de "fit-out" (Nota 12)	(45.689)	(699.811)
Variação de justo valor de propriedades de investimento (Nota 12) em exploração		
Ganhos	20.356.854	18.024.012
Perdas	(171.478.680)	(159.426.178)
	<u>(142.684.216)</u>	<u>(115.805.475)</u>

38 GANHOS E PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 podem ser detalhados como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Dividendos	<u>378.624</u>	<u>375.121</u>
Alienação de 49,9% do segmento Seguros	29.580.737	-
Alienação de acções FII Shopping Parque D. Pedro e do FII Parque D. Pedro Shopping Center	3.628.091	-
Exclusão por insolvência da Avenida M4o	7.933.221	-
Alienação de acções Fundo Sierra PTF	-	10.708.784
Alienação de 50% do segmento viagens	-	4.674.685
Alienação de acções Sonaecom	1.045.260	651.721
Outros	<u>4.111.161</u>	<u>765.455</u>
Resultados obtidos na alienação de investimentos em filiais	<u>46.298.470</u>	<u>16.800.645</u>
Resultados obtidos na alienação de investimentos em activos disponíveis para venda	<u>-</u>	<u>810.746</u>
Outros	<u>(42.722)</u>	<u>-</u>
Imparidade de investimentos em filiais	(66.156)	4.809
Imparidade de investimentos em associadas	-	(168.689)
Imparidade de investimentos em activos disponíveis para venda	-	(1.765.850)
Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos	<u>(66.156)</u>	<u>(1.929.730)</u>
	<u>46.568.216</u>	<u>16.056.782</u>

39 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 podem ser detalhados como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Custos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(41.118.822)	(75.234.793)
relativos a obrigações não convertíveis	(53.964.652)	(97.512.565)
relativos a contratos de locação financeira	(1.339.276)	(1.566.000)
relativos a derivados de cobertura	(14.961.206)	(93.535)
outros	(9.109.042)	(11.699.999)
	<u>(120.492.998)</u>	<u>(186.106.892)</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(4.831.565)	(9.031.784)
Ajustamento de investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	(8.341.676)
Justo valor da parte ineficiente dos derivados de cobertura	-	(814.941)
Encargos de emissão de dívida	(6.102.664)	(4.595.046)
Outros	(8.050.677)	(7.921.576)
	<u>(139.477.904)</u>	<u>(216.811.915)</u>
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	766.712	3.388.712
outros	8.938.720	24.423.197
	<u>9.705.432</u>	<u>27.811.909</u>
Diferenças de câmbio favoráveis	6.450.081	11.034.644
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.994	161.171
Ajustamento de investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	1.428.137
Justo valor da parte ineficiente dos derivados de cobertura	-	814.941
Outros proveitos e ganhos financeiras	531.682	1.850.421
	<u>16.691.189</u>	<u>43.101.223</u>
Resultados financeiros	<u>(122.786.715)</u>	<u>(173.710.692)</u>

40 OUTROS PROVEITOS

A repartição dos outros proveitos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 é a seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Proveitos suplementares	359.050.431	373.451.675
Trabalhos para a própria empresa	19.558.948	25.652.913
Ganhos na alienação de activos	3.052.427	19.162.839
Diferenças de consolidação negativas (Nota 8)	343.359	9.864.000
Reversão de perdas de imparidade	1.971.057	3.605.668
Direitos de ingresso	2.281.478	2.498.222
Subsídios	799.536	398.525
Restituição de impostos	2.843.707	123.500
Outros	24.601.486	21.031.828
	<u>414.502.429</u>	<u>455.789.170</u>

A rubrica de Proveitos Suplementares diz essencialmente respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento Retalho, participadas pelos parceiros da Sonae.

41 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 é a seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Subcontratos	362.355.999	447.159.905
Trabalhos especializados	114.139.805	119.553.347
Publicidade e propaganda	155.599.490	153.166.000
Rendas e alugueres	119.983.029	105.143.717
Comissões	51.398.768	45.847.951
Transportes de mercadorias	51.671.907	46.097.161
Electricidade e combustíveis	57.641.232	57.486.013
Conservação e reparação	33.520.579	35.899.576
Vigilância e segurança	27.661.211	27.373.830
Limpeza, higiene e conforto	26.228.269	24.698.728
Seguros	8.733.495	10.109.386
Comunicação	12.699.322	11.100.082
Deslocações e estadas	11.637.617	8.978.656
Outros	79.480.696	84.627.186
	<u>1.112.751.419</u>	<u>1.177.241.538</u>

42 CUSTOS COM O PESSOAL

A repartição dos custos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 é a seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Remunerações	521.453.218	486.458.558
Encargos sobre remunerações	102.583.717	97.417.066
Seguros	10.346.021	10.173.927
Custos com acção social	2.405.492	2.404.497
Outros custos com pessoal	17.909.740	15.950.343
	<u>654.698.188</u>	<u>612.404.391</u>

43 OUTROS CUSTOS

A repartição dos outros custos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 é a seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Custos com terminais de pagamento automático	26.143.352	23.842.612
Outros impostos	18.577.015	19.501.934
Redução de valor de propriedades de investimento	3.430.178	26.518.956
Variação cambial	11.786.731	13.428.818
Perdas na alienação de activos	6.556.875	6.375.143
Imposto municipal sobre imóveis	5.800.622	6.285.854
Donativos	7.223.812	6.473.836
Dívidas incobráveis	1.439.490	1.587.256
Outros	18.331.638	10.975.619
	<u>99.289.713</u>	<u>114.990.028</u>

44 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 são detalhados como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Imposto corrente	46.756.360	24.656.511
Imposto diferido (Nota 21)	<u>(34.919.498)</u>	<u>(37.302.951)</u>
	<u>11.836.862</u>	<u>(12.646.440)</u>

Em impostos diferidos está incluído em 31 de Dezembro de 2008 o valor de 8.830.512 euros referente a crédito de imposto retido no exercício em resultado do recebimento dos rendimentos das unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário.

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Resultado antes de impostos	85.457.092	26.431.832
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(48.297.272)	(19.444.825)
Resultados relativos a empresas associadas	5.365.400	(9.419.371)
Imparidade de diferenças de consolidação	1.700.762	7.806.839
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	9.148.321	(2.084.940)
Diferenças permanentes	42.857.447	(16.773.306)
Lucro tributável	96.231.750	(13.483.771)
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a activos por impostos diferidos	(76.233.489)	(168.348.265)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	59.685.719	308.106.748
	79.683.980	126.274.712
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%
	19.920.995	31.568.678
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(6.256.553)	(1.022.148)
Efeito de alteração de taxa no cálculo de impostos diferidos	5.524.359	(1.923.964)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	(7.743.313)	(39.403.313)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	(2.967.003)	(3.306.940)
Tributação autónoma e benefícios fiscais	775.391	(2.647.246)
Derrama	2.582.986	4.088.493
Imposto sobre o rendimento	11.836.862	(12.646.440)

45 RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO COM OS RESULTADOS INDIVIDUAIS

A reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Resultados líquidos individuais agregados	37.309.705	326.656.822
Proporcionalização do resultado	14.460.158	3.781.170
Homogeneização de critérios	(107.747.143)	156.359.114
Eliminação de dividendos intra-grupo	(201.784.010)	(478.520.374)
Eliminação de mais e menos valias intra-grupo	(28.918.557)	(116.562.876)
Eliminação de provisões intra-grupo	292.051.001	120.638.760
Correcção de resultados pelo método da equivalência patrimonial	(6.616.324)	9.600.021
Correcção das mais e menos valias na alienação de participações financeiras	62.112.918	16.502.915
Outros	12.752.482	622.720
Resultado líquido consolidado do período	73.620.230	39.078.272

46 PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, podem ser detalhados como segue:

Transacções	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Empresa - Mãe	140.796	101.014	-	-
Empresas controladas conjuntamente	11.214.048	12.514.431	18.621.099	16.724.063
Empresas associadas	34.392.308	19.975.645	2.172.809	12.746.169
Entidades parceiras, accionistas e participadas	67.506.776	64.248.351	39.815.041	47.403.811
	<u>113.253.928</u>	<u>96.839.441</u>	<u>60.608.949</u>	<u>76.874.043</u>

Transacções	Juros auferidos		Juros suportados	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas controladas conjuntamente	137.303	268.731	9.127	3.215
Empresas associadas	-	-	-	138.531
Entidades parceiras, accionistas e participadas	77.771	78.816	1.296.894	1.794.312
	<u>215.074</u>	<u>347.547</u>	<u>1.306.021</u>	<u>1.936.058</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Empresa - Mãe	42.212	97.899	-	85.057
Empresas controladas conjuntamente	2.633.332	2.287.227	5.803.997	15.458.421
Empresas associadas	2.044.450	7.105.542	1.655.097	2.459.698
Entidades parceiras, accionistas e participadas	18.353.791	15.253.424	14.523.536	19.884.938
	<u>23.073.785</u>	<u>24.744.092</u>	<u>21.982.630</u>	<u>37.888.114</u>

Saldos	Empréstimos			
	Obtidos		Concedidos	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas controladas conjuntamente	-	125.997	1.214.522	4.259.844
Empresas associadas	-	-	-	-
Entidades parceiras, accionistas e participadas	41.740.399	13.230.852	-	-
	<u>41.740.399</u>	<u>13.356.849</u>	<u>1.214.522</u>	<u>4.259.844</u>

Na rubrica Entidades parceiras e accionistas estão incluídas as subsidiárias e empresas conjuntamente controladas ou associadas das sociedades Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS SA assim como outros accionistas de empresas filiais ou conjuntamente controladas pela Sonae, e outras filiais da empresa mãe Efanor Investimentos, SGPS, SA.

No exercício de 2009 foram alienadas a administradores da Sonae ou a entidades / pessoas com eles relacionadas 51 obrigações Magma Nº1 Securitization Notes detidas pela Sonae Holding pelo valor de 2.245.000 euros.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direcção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, tem a seguinte composição:

	31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2008	
	Conselho de Administração	Direcção Estratégica ^(a)	Conselho de Administração	Direcção Estratégica ^(a)
Remuneração fixa	2.288.363	5.759.789	2.272.750	5.463.640
Remuneração variável de curto prazo	1.119.300	2.560.400	1.011.500	2.502.329
Remuneração variável de médio prazo	1.066.500	2.083.400	980.900	2.060.342
	<u>4.474.163</u>	<u>10.403.589</u>	<u>4.265.150</u>	<u>10.026.311</u>

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direcção estratégica das principais sociedades da Sonae (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Holding).

47 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	93.760.817	80.035.669
Efeito das acções potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>93.760.817</u>	<u>80.035.669</u>
Numero de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.868.037.206	1.867.200.000
Efeito das acções potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
Número de acções em aberto relativo a prémios de desempenho	9.166.614	-
Número de acções que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(5.232.866)	-
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>1.871.970.954</u>	<u>1.867.200.000</u>
Resultado por acção		
Básico	0,050192	0,042864
Diluído	<u>0,050087</u>	<u>0,042864</u>

O número médio de acções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 considera 131.962.794 acções como acções próprias (Nota 23).

48 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 podem ser analisadas como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Recebimentos		
Alienação de 50% da Torre Oriente	4.033.290	-
Alienação de 12% do Fundo D.Pedro I	6.092.025	-
Alienação de 84% do Fundo D.Pedro II	9.290.495	-
Alienação parcial da MDS, SGPS	26.510.469	-
Alienação de 58% da Sierra Portugal Real Estate	-	67.140.700
Correcção do preço de aquisição da Continente Hipermercados	-	30.113.103
Alienação de 50% das Viagens	-	15.700.000
Outros	13.248.654	10.136.834
	<u>59.174.933</u>	<u>123.090.637</u>
Pagamentos		
Aumento de capital na Lazam	29.268.014	-
Aquisição de acções Sonaecom	380.878	28.731.527
Aumento de capital na Imosede	15.000.063	14.878.381
Aquisição da Geotur	-	12.028.500
Outros	6.801.966	21.347.999
	<u>51.450.921</u>	<u>76.986.407</u>

49 DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 20 de Abril de 2009 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,03 euros por acção (0,03 euros por acção em 2008) correspondendo a um valor total de 60.000.000 euros (60.000.000 euros em 2008). Em 20 de Abril de 2009 o valor de dividendos correspondentes às acções subjacentes ao derivado financeiro mencionado na Nota 23. e que ascenderam a 3.949.951 euros (3.984.000 euros em 2008) tendo sido creditados em capitais próprios.

Relativamente ao exercício de 2009, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo ilíquido de 0,0315 euros por acção correspondendo a um valor total de 63.000.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos accionistas em Assembleia Geral.

50 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Sonae adoptou pela primeira vez em 2009 o IFRS 8 - Segmentos Operacionais que requer que a informação por segmentos divulgada seja a utilizada internamente pela gestão do Grupo.

Conforme apresentado no Relatório de Gestão em maior detalhe os segmentos utilizados pelos órgãos de gestão do Grupo são os seguintes:

Retalho de base alimentar

Retalho especializado

Imobiliário do Retalho

Centros comerciais

Telecomunicações

Gestão de Investimentos

Os valores indicados abaixo, são calculados, sempre que aplicável com base no resultado directo, conforme explicitado na Nota 53.

A informação por segmentos reportáveis da Sonae de acordo com o IFRS 8 ao nível da Demonstração de resultados pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2009	Intragrupo	31.Dezembro.2008	Intragrupo
Volume de negócios				
Retalho base alimentar	3.239.177.441	(5.038.602)	3.081.018.275	(7.199.133)
Ex-Fuel	3.106.023.672	(5.038.602)	2.929.735.617	(7.199.133)
Fuel	133.153.769	-	151.282.658	-
Retalho especializado	1.132.040.059	-	928.294.963	-
Imobiliário de retalho	123.117.232	(116.137.275)	109.440.712	(102.048.623)
Centros comerciais	155.595.000	(13.066.383)	157.580.005	(13.554.252)
Telecomunicações	949.400.327	(23.347.848)	976.219.970	(22.429.292)
Gestão de investimentos	192.362.423	(339.393)	221.272.968	(297.006)
Eliminações e ajustamentos	(126.515.408)	(4.453.919)	(120.722.948)	(2.189.491)
Total consolidado Directo	5.665.177.074	(162.383.420)	5.353.103.945	(147.717.797)
EBITDA				
Retalho base alimentar	198.707.702		186.803.377	
Retalho especializado	48.104.311		52.015.207	
Imobiliário de retalho	110.938.755		110.095.656	
Centros comerciais	90.127.000		89.930.602	
Telecomunicações	175.668.783		160.385.470	
Gestão de investimentos	30.250.744		6.757.748	
Eliminações e ajustamentos	13.373.301		14.274.099	
Total consolidado Directo	667.170.596		620.262.159	
EBIT				
Retalho base alimentar	124.026.421		123.512.742	
Retalho especializado	9.873.941		27.503.824	
Imobiliário de retalho	83.071.313		87.654.242	
Centros comerciais	89.017.500		88.558.059	
Telecomunicações	23.894.513		2.809.803	
Gestão de investimentos	24.511.198		1.424.127	
Eliminações e ajustamentos	(5.111.939)		155.459	
Total consolidado Directo	349.282.947		331.618.256	

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Investimento (CAPEX)		
Retalho base alimentar	137.222.765	132.830.028
Retalho especializado	97.443.316	88.200.326
Imobiliário de retalho	90.470.545	130.876.346
Centros comerciais	97.993.884	184.789.552
Telecomunicações	153.122.327	299.042.265
Gestão de investimentos	33.848.094	11.106.496
Eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾	4.342.523	39.323.808
Total consolidado Directo	614.443.454	886.168.821
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Capital Investido		
Retalho base alimentar	483.969.819	546.161.687
Retalho especializado	249.684.220	175.597.561
Imobiliário de retalho	1.523.249.390	1.411.291.922
Centros comerciais	1.660.873.322	1.684.193.742
Telecomunicações	751.867.339	746.745.744
Gestão de investimentos	150.752.432	138.574.040
Eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾	(38.989.061)	18.847.399
Total consolidado Directo	4.781.407.461	4.721.412.093
Dívida Líquida Total ⁽²⁾		
Unidades de retalho	1.188.231.638	1.186.354.238
Centros comerciais	926.594.447	888.885.820
Telecomunicações	375.961.568	399.731.657
Gestão de investimentos	93.490.195	103.563.977
Holding ⁽¹⁾	495.839.008	580.332.523
Total consolidado	3.080.116.856	3.158.868.215

1) Inclui as contas individuais da Sonae;

2) Inclui suprimentos.

A rubrica de eliminações e ajustamentos pode ser analisada com segue:

	Volume de Negócios		EBITDA		EBIT	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Intragrupos intersegmentos	(162.383.420)	(147.717.797)	5.875.726	2.678.944	(862.529)	(3.562.627)
Ajustamento das provisões das Telecomunicações ⁽¹⁾	-	-	16.417.432	19.266.114	-	-
Direitos de ingresso ⁽²⁾	679.718	1.950.497	-	-	-	-
Recuperação de proveitos e direitos de ingresso na abertura	-	-	(1.317.802)	940.658	(1.317.802)	940.658
Recuperação de custos de despesas comuns reconhecidas pelo líquido ⁽²⁾	43.580.189	37.417.230	-	-	-	-
Filiais integradas nos consolidados com métodos consolidação distintos	(8.362.156)	(5.271.985)	(5.594.585)	(3.140.779)	(5.589.863)	(3.136.693)
Impostos relativos a juros e dividendos	-	-	(931.305)	(990.769)	(931.305)	(990.769)
Outros	(29.739)	(7.100.893)	(1.076.165)	(4.480.069)	3.589.560	6.904.890
Eliminações e ajustamentos	(126.515.408)	(120.722.948)	13.373.301	14.274.099	(5.111.939)	155.459

1) A subholding considera as provisões como EBITDA;

2) Os valores são apresentados pelo líquido;

	Investimento		Capital Investido	
	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Intragrupos intersegmentos	3.835.095	8.872.351	93.147.018	83.165.082
Aquisição de acções Sonaecom	-	28.770.251	-	-
Cash settled equity swap ⁽³⁾		-	(132.711.536)	(63.876.800)
Outros	507.428	1.681.206	575.457	(440.883)
Eliminações e ajustamentos	4.342.523	39.323.808	(38.989.061)	18.847.399

3) Instrumento financeiro explicitado da Nota 18.

Glossário:

Capital Investido = Imobilizado bruto + outros activos imobilizados (incluindo Goodwill) – amortizações e perdas de imparidade + investimentos financeiros + fundo de maneo (o qual inclui valores de activos e passivos não correntes, que não dívida líquida total); todos os valores a custo, com excepção dos Centros Comerciais;

Dívida Líquida Total = Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos + locações financeiras + derivados – caixa, depósitos bancários e investimentos correntes;

EBITDA = Volume de negócios + Outras receitas - Diferenças de consolidação negativas - Reversão de perdas por imparidade - Custos operacionais + Ganhos/perdas com alienação de filiais.

Eliminações e ajustamentos - inclui o contributo da Sonae Holding e os ajustamentos de consolidação;

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em activos corpóreos, incorpóreos, propriedades de investimento e investimentos em aquisições de filiais;

Resultado directo – exclui os contributos para o resultado indirecto;

Resultados indirectos – inclui os contributos do segmento dos Centros Comerciais para as demonstrações financeiras consolidadas, líquidos de imposto, que resultam de: i) avaliação de propriedades de investimento; ii) ganhos (perdas) registadas com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas de imparidade (incluindo diferenças de consolidação) e provisões para Development Funds at Risk.

As vendas e prestações de serviços e o resultado antes de imposto por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

	31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2008	
	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Resultado antes de impostos	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Resultado antes de impostos
Portugal	5.321.723.218	186.052.031	5.136.445.409	172.663.122
Espanha	196.818.358	(76.507.134)	82.349.160	(80.498.458)
França	13.403.031	-	14.827.603	-
Inglaterra	12.260.683	(1.635.266)	13.729.924	(3.867.699)
Alemanha	17.205.966	(643.874)	16.092.023	(11.978.200)
Brasil	34.949.665	25.259.270	19.786.228	45.890.675
Itália	16.561.445	(34.379.889)	12.105.508	(5.465.135)
Resto da Europa	35.669.548	(12.474.260)	35.397.009	(90.559.413)
Resto do Mundo	16.585.160	(213.786)	22.371.081	246.940
	5.665.177.074	85.457.092	5.353.103.945	26.431.832

A repartição dos colaboradores da Sonae pelos diversos negócios pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Retalho	29.221	27.677
Centros Comerciais	908	856
Telecomunicações	2.081	1.983
Gestão de investimentos	1.799	1.323
Sonae Holding	52	61
	<u>34.061</u>	<u>31.900</u>

51 COMPROMISSOS COM A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de Euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (“MOPTC”), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de Euros, será realizado através de projectos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade da Sonaecom - Serviços de Comunicações (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e actividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 31 de Dezembro de 2009, a totalidade do valor já foi realizado (130 milhões de euros, em 2008) e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respectivos projectos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de Euros, serão realizados nos termos acordados entre a Sonaecom – Serviços de Comunicações e o MOPTC, através de contribuições para o projecto “Iniciativas E” (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afectas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efectuadas através de um Fundo aberto, designado Fundo para a Sociedade de Informação, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua actividade em Portugal. O sucesso deste projecto, iniciado no final do exercício de 2007, estava dependente da adesão dos beneficiários às várias Iniciativas em vigor (e-oportunidades, e-escola e e-professor) e poderia ser alvo de revisão num período de 12 meses, concluído em Junho de 2008. A 31 de Dezembro de 2007, não era assim possível estimar de forma fiável o sucesso do mesmo e logo estimar a respectiva responsabilidade a reconhecer.

Tendo em consideração o sucesso verificado ao longo de 2008, a Sonaecom considerou estarem reunidas as condições para constituir uma estimativa suficientemente segura da responsabilidade total, pelo que tal valor foi reconhecido em Junho de 2008, como um custo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas “Outros passivos não correntes” (Nota 28) e “Outros passivos correntes” (Nota 32). Desta forma, em 31 de Dezembro de 2009, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se registadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Tendo em consideração a acumulação de alguns factos importantes ocorridos até ao terceiro trimestre de 2008, nomeadamente a atribuição, sem qualquer custo, da 4.ª licença de operador móvel terrestre, à qual os actuais operadores foram impedidos de concorrer, e a prática, verificada não só em Portugal, como em outros países da Europa, da extensão das licenças GSM e em alguns países da Europa de renovação da licença UMTS, é convicção do Conselho de Administração da Sonae ser muito elevada a probabilidade da licença UMTS ser renovada, bem como de os custos associados à renovação da mesma não serem significativos. Nessa medida, durante o terceiro trimestre de 2008, o Conselho de Administração da Sonae procedeu a uma revisão do termo da vida útil da licença UMTS de 2015 para 2030. Deste modo, e nos termos da IAS 8, a revisão da vida útil estimada foi registada de forma prospectiva.

Em 31 de Dezembro de 2009 a exposição líquida do Grupo com a “Fundação para as Comunicações Móveis” no âmbito do programa “Iniciativas E” correspondia a um valor a receber de 20.337.515 euros (23.717.066 euros em 31 de Dezembro de 2008) a qual pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Outros activos correntes (Nota 20)	75.145.779	39.317.818
Outras dívidas a terceiros (Nota 31)	(32.862.235)	-
Outros passivos correntes (Nota 32)	(21.946.029)	(15.600.815)
	<u>20.337.515</u>	<u>23.717.003</u>

Adicionalmente, já em 2010, e até à data de aprovação das demonstrações financeiras foi recebido da “Fundação para as Comunicações Móveis” o montante de aproximadamente 13,3 milhões de euros.

52 COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM A ALIENAÇÃO DE PARTICIPADAS SUJEITA A REVISÕES DE PREÇO

No âmbito da alienação de 49,9% das acções da SIERRA Holdings BV a um grupo de Investidores, a Sonae Sierra vinculou-se a assegurar a revisão do preço de transmissão destas acções no caso de ocorrer uma alienação de alguns dos centros comerciais detidos por participadas da Sierra BV. Essa alienação pode tomar a forma de venda do activo ou venda das acções da sociedade que, directa ou indirectamente, detém o activo. A revisão de preço será devida caso essa alienação tenha lugar a um preço inferior ao Valor de Mercado do Activo ou NAV (“Net Asset Value”) das acções da sociedade detentora do activo (“diferencial de preço”).

A revisão de preço corresponderá no máximo ao potencial imposto sobre as mais valias que se gerariam se, em vez da contribuição ou venda das acções da sociedade detentora do activo à SIERRA Holdings BV, tivesse sido feita contribuição ou venda desse activo.

Em qualquer dos casos, a revisão de preço será afectada pela percentagem de detenção da sociedade detentora do activo pelos Investidores e está limitada a:

- (i) no caso de venda de activos, ao valor máximo de 119.341.000 Euros (59.670.500 Euros apropriável pela Sonae Holding);
- (ii) no caso de venda das acções da sociedade que directa ou indirectamente detém o activo, ao valor máximo de 59.670.000 Euros (29.835.000 Euros apropriável pela Sonae Holding) a revisão de preço só terá lugar caso o diferencial de preço não possa ser imputado a outro factor que não impostos diferidos;
- (iii) em qualquer dos casos, da revisão de preço efectuada não poderá resultar um novo preço que seja superior ao Valor de Mercado do activo ou do NAV (“Net Asset Value”) conforme se trate, respectivamente, de uma transacção do activo ou de acções.

Estas garantias são válidas durante o período em que se mantenham os actuais acordos com os restantes accionistas da Sierra BV.

A Sonae Sierra tem ainda o direito de apresentar uma proposta para a aquisição do activo ou das acções em causa antes deste ou daquelas serem oferecidos a terceiros.

É entendimento da Sonae, que a venda directa do activo não é atractiva por sobre ela incidirem ónus que não serão suportados se a venda se efectuar através da alienação de acções da sociedade que detém o activo.

53 APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBITDA e EBITDA recorrente, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Directo e componentes de Resultado Indirecto de acordo com a prática corrente no segmento dos Centros Comerciais.

O Resultado Indirecto inclui os contributos do segmento dos Centros Comerciais para a demonstração de resultados consolidada, líquidos de impostos, que resultam de: i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registadas com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas de imparidade (incluindo goodwill) e provisões para "Development Funds at Risk".

O valor de EBITDA e EBITDA recorrente é calculado apenas na componente de Resultado directo, i.e. excluindo os contributos indirectos.

Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração de resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008:

	31. Dezembro.2009			31. Dezembro.2008		
	Consolidado	Resultado Indirecto	Resultado Directo	Consolidado	Resultado Indirecto	Resultado Directo
Proveitos operacionais						
Vendas	4.549.719.919	-	4.549.719.919	4.168.562.332	-	4.168.562.332
Prestações de serviços	1.115.457.155	-	1.115.457.155	1.184.541.613	-	1.184.541.613
Variação valor propriedades de investimento	(142.684.216)	(142.684.216)	-	(115.805.475)	(115.805.475)	-
Ganhos ou perdas relativos a investimentos						
Dividendos	378.624	-	378.624	375.121	-	375.121
Outros (Nota 38)	46.189.592	12.493.557	33.696.035	15.681.661	12.180.521	3.501.140
Outros proveitos						
Goodwill negativo	343.359	-	343.359	9.864.000	-	9.864.000
Reversão de perdas por imparidade	2.599.594	-	2.599.594	3.605.668	-	3.605.668
Outros	411.559.476	-	411.559.476	442.319.502	-	442.319.502
Total de proveitos	5.983.563.503	(130.190.659)	6.113.754.162	5.709.144.422	(103.624.954)	5.812.769.376
Total de custos (a)	5.769.954.297	5.861.706	5.764.092.591	5.517.954.745	37.178.747	5.480.775.998
Amortizações e depreciações	294.133.483	-	294.133.483	273.819.162	-	273.819.162
Provisões e perdas por imparidade	28.207.470	1.510.350	26.697.120	35.512.894	7.218.486	28.294.408
Resultado antes de financeiros e resultados relativos a empresas associadas	213.609.206	(136.052.365)	349.661.571	191.189.677	(140.803.701)	331.993.378
Resultados financeiros	(122.786.715)	-	(122.786.715)	(173.710.692)	-	(173.710.692)
Resultados relativos a empresas associadas	(5.365.399)	(6.983.718)	1.618.319	8.952.847	(5.588.408)	14.541.255
Resultado antes de impostos	85.457.092	(143.036.083)	228.493.175	26.431.832	(146.392.109)	172.823.941
Imposto sobre o rendimento	(11.836.862)	26.539.044	(38.375.906)	12.646.440	14.530.359	(1.883.919)
Resultado Líquido	73.620.230	(116.497.038)	190.117.269	39.078.272	(131.861.750)	170.940.022
- atribuível aos accionistas da empresa-mãe	93.760.817	(76.988.786)	170.749.603	80.035.669	(79.067.142)	159.102.811
- atribuível a interesses minoritários	(20.140.587)	(39.508.253)	19.367.666	(40.957.397)	(52.794.608)	11.837.211
EBITDA (b)			667.170.596			620.262.159

(a) O valor registado em Resultado Indirecto respeita fundamentalmente a Redução de valor de propriedades de investimento, acréscimos de custos para "Development Funds at Risk" e perdas por imparidade registadas;

(b) EBITDA é calculado como Volume de negócios + Outras receitas - Diferenças de consolidação negativas - Reversão de perdas por imparidade - Custos operacionais + Ganhos/perdas com alienação de filiais.

54 EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 16 de Fevereiro de 2010 a Union Investment concluiu o acordo com a Sonae Sierra e a Foncière Euris/Rallye para se tornar no novo detentor maioritário do Alexa no centro de Berlim. Cada um dos investidores detinha uma participação de 50% na propriedade, e a empresa gestora do fundo de investimento imobiliário sediado em Hamburgo adquiriu 91% da participação minoritária do Centro Comercial Alexa tendo o preço da transacção sido fixado com base na valorização do activo por cerca de 316 milhões de euros. A Sonae Sierra que permanecerá responsável pela gestão do centro, pretende deter em exclusivo os restantes 9% da propriedade do Alexa no futuro.

A Sonae Sierra Brasil SA, a entidade controlada conjuntamente através da Sonae Sierra, apresentou no passado 2 de Março à Comissão de Valores Mobiliários Brasileira (CVM), um pedido de registo de prospecto preliminar para uma possível oferta pública de distribuição primária de acções da Companhia, em condições ainda a serem definidas em conjunto com os bancos coordenadores – Credit Suisse e Itaú/BBA.

Em Fevereiro de 2010 a Sonaecom procedeu à emissão de um novo empréstimo obrigacionista no montante de 30 milhões de Euros por um período de 3 anos.

55 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de Março de 2010. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo; Presidente do Conselho de Administração

Álvaro Cuervo Garcia; Vogal do Conselho de Administração

Bernd Bothe; Vogal do Conselho de Administração

Christine Cross; Vogal do Conselho de Administração

Michel Marie Bon; Vogal do Conselho de Administração

José Neves Adelino; Vogal do Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo; Presidente da Comissão Executiva

Álvaro Carmona e Costa Portela; Vogal da Comissão Executiva

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério; Vogal da Comissão Executiva

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão; Vogal da Comissão Executiva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

SONAE, SGPS, SA

BALANÇOS INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008*(Montantes expressos em Euros)*

ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis	6	265.384	181.497
Activos intangíveis	7	5.776	1.242
Investimentos em empresas do grupo	4, 8	2.991.917.733	3.070.652.704
Outros investimentos	4, 9	77.489.880	100.049.880
Outros activos não correntes	4, 10	543.934.785	598.542.161
Total de activos não correntes		<u>3.613.613.558</u>	<u>3.769.427.484</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Clientes	4, 11	1.767.521	1.626.676
Outras dívidas de terceiros	4, 12	7.890.064	31.391.881
Estado e outros entes públicos	13	1.387.264	2.263.726
Outros activos correntes	4, 14	648.644	237.082
Investimentos		-	576.934
Caixa e equivalentes de caixa	4, 15	2.769.998	418.450
Total de activos correntes		<u>14.463.491</u>	<u>36.514.749</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>3.628.077.049</u></u>	<u><u>3.805.942.233</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	16	2.000.000.000	2.000.000.000
Reservas legais	17	163.229.582	161.705.974
Reservas de justo valor, cobertura e outras reservas	18	832.780.717	962.614.622
Resultado transitados		322.737	322.737
Resultado líquido do exercício		91.729.048	30.472.155
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u><u>3.088.062.084</u></u>	<u><u>3.155.115.488</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos obrigacionistas - líquidos da parcela de curto prazo	4, 20	498.238.077	497.619.441
Outros empréstimos	4, 20	12.218.451	4.846.515
Total de passivos não correntes		<u>510.456.528</u>	<u>502.465.956</u>
PASSIVOS CORRENTES:			
Empréstimos bancários de curto prazo	4, 20	24.950.000	138.209.277
Fornecedores	4	985.568	1.116.009
Outras dívidas a terceiros	4	78.307	171.430
Estado e outros entes públicos	13	349.693	603.578
Outros passivos correntes	4, 21	3.194.869	8.260.495
Total de passivos correntes		<u>29.558.437</u>	<u>148.360.789</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>3.628.077.049</u></u>	<u><u>3.805.942.233</u></u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008*(Montantes expressos em Euros)*

	Notas	4º Trimestre 2009 Não auditado	4º Trimestre 2008 Não auditado	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Prestações de serviços	25	1.885.121	383.839	4.603.363	2.273.584
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	26	-	(87.275.000)	94.981.321	7.691.335
Proveitos e ganhos financeiros	27	4.900.952	11.664.922	25.654.428	67.426.621
Outros proveitos		15.515	(4.985)	40.263	56.774
Fornecimentos e serviços externos	28	(1.426.252)	(1.182.690)	(3.730.551)	(3.692.492)
Custos com o pessoal	29	(1.153.800)	(955.090)	(4.834.681)	(4.194.547)
Amortizações e depreciações	6, 7	(12.672)	(14.926)	(56.363)	(45.437)
Custos e perdas financeiras	27	(4.608.783)	(15.590.947)	(24.557.052)	(38.334.504)
Outros custos		<u>(173.176)</u>	<u>(94.508)</u>	<u>(353.584)</u>	<u>(263.330)</u>
Resultado antes de impostos		(573.095)	(93.069.385)	91.747.144	30.918.004
Imposto sobre o rendimento	30	<u>(26.744)</u>	<u>(445.849)</u>	<u>(18.096)</u>	<u>(445.849)</u>
Resultado líquido individual do exercício		<u><u>(599.839)</u></u>	<u><u>(93.515.234)</u></u>	<u><u>91.729.048</u></u>	<u><u>30.472.155</u></u>
Resultados por acção					
Básico	31	(0,000300)	(0,046758)	0,045865	0,015236
Diluído	31	<u><u>(0,000300)</u></u>	<u><u>(0,046758)</u></u>	<u><u>0,045858</u></u>	<u><u>0,015236</u></u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Resultado líquido individual do exercício		<u>91.729.048</u>	<u>30.472.155</u>
Variação no justo valor dos activos disponíveis para venda	8	(93.025.072)	(148.598.428)
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	18	<u>(6.114.413)</u>	<u>144.296</u>
Outro rendimento integral do exercício		<u>(99.139.485)</u>	<u>(148.454.132)</u>
Total rendimento integral individual do exercício		<u><u>(7.410.437)</u></u>	<u><u>(117.981.977)</u></u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais .

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008*(Montantes expressos em euros)*

Notas	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas de Justo Valor	Reservas Cobertura	Reservas e Resultados Transitados		Resultados Transitados	Total Reservas e Res. Transitados	Resultado Líquido	Total
						Reserva para planos pagamento baseados em ações	Outras Reservas				
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	2.000.000.000	-	160.880.817	730.528.037	162.774	-	424.699.965	322.737	1.316.594.330	16.503.135	3.333.097.465
Total rendimento integral individual do período	-	-	-	(148.598.428)	144.296	-	-	-	(148.454.132)	30.472.155	(117.981.977)
Aplicação do resultado individual de 2007:											-
Transferência para reserva legal	17	-	-	825.157	-	-	-	-	825.157	(825.157)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	(44.322.022)	-	(44.322.022)	(15.677.978)	(60.000.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		<u>2.000.000.000</u>	<u>-</u>	<u>161.705.974</u>	<u>581.929.609</u>	<u>307.070</u>	<u>-</u>	<u>322.737</u>	<u>1.124.643.333</u>	<u>30.472.155</u>	<u>3.155.115.488</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2009		2.000.000.000	-	161.705.974	581.929.609	307.070	-	322.737	1.124.643.333	30.472.155	3.155.115.488
Total rendimento integral individual do período		-	-	-	(93.025.072)	(6.114.413)	-	-	(99.139.485)	91.729.048	(7.410.437)
Aplicação do resultado de 2008:											-
Transferência para reserva legal	17	-	-	1.523.608	-	-	-	-	1.523.608	(1.523.608)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	(31.051.453)	-	(31.051.453)	(28.948.547)	(60.000.000)
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	19	-	-	-	-	357.033	-	-	357.033	-	357.033
Aquisição de ações próprias		-	(696.429)	-	-	-	-	-	-	-	(696.429)
Alienação de ações próprias/ entrega a colaboradores		-	696.429	-	-	-	-	-	-	-	696.429
Saldo em 31 de Dezembro de 2009		<u>2.000.000.000</u>	<u>-</u>	<u>163.229.582</u>	<u>488.904.537</u>	<u>(5.807.343)</u>	<u>349.326.490</u>	<u>322.737</u>	<u>996.333.036</u>	<u>91.729.048</u>	<u>3.088.062.084</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		4.447.853	2.039.760
Pagamentos a fornecedores		(3.783.211)	(3.113.120)
Pagamentos ao pessoal		(4.318.525)	(5.136.990)
Fluxos gerados pelas operações		(3.653.883)	(6.210.350)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		322.953	(343.865)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		403.067	(784.741)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(2.927.863)	(7.338.956)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	32	26.758.062	3.579.042
Activos fixos tangíveis		6.679	-
Juros e proveitos similares		40.783.605	73.527.427
Dividendos recebidos		93.516.449	94.979.579
Empréstimos concedidos		838.603.328	1.314.820.280
		999.668.123	1.486.906.328
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	32	(4.210.227)	(842.085.478)
Activos fixos tangíveis		(276.434)	(585.135)
Activos intangíveis		(4.523)	(399)
Empréstimos concedidos		(789.006.199)	(771.561.000)
		(793.497.383)	(1.614.232.012)
Fluxos das actividades de investimento (2)		206.170.740	(127.325.684)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		1.390.025.000	1.015.221.000
Venda de acções (quotas) próprias		637.113	-
		1.390.662.113	1.015.221.000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.503.275.000)	(877.021.000)
Juros e custos similares		(27.586.245)	(29.829.089)
Dividendos		(59.986.491)	(59.993.240)
Aquisição acções próprias		(696.429)	-
		(1.591.544.165)	(966.843.329)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(200.882.052)	48.377.671
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		2.360.825	(86.286.969)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		409.173	86.696.142
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	15	2.769.998	409.173

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE, SGPS, SA (“Empresa” ou “Sonae”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal.

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 35/2005 de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais intercalares foram apresentadas trimestralmente, de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras anexas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2009:

	<u>Data de Eficácia</u> <u>(exercícios iniciados em ou após)</u>
<u>Com aplicação obrigatória no exercício de 2009:</u>	
IFRS 1 / IAS 27 – Emendas (Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada)	01-01-2009
IAS 39 – Emendas (Reclassificação de activos financeiros)	01-07-2008
IFRS 2 – Pagamentos baseados em acções - Emendas (Condições de aquisição e cancelamento)	01-01-2009
IAS 23 – Custo de empréstimos obtidos (revista)	01-01-2009
IAS 32 / IAS 1 – Emendas (Instrumentos financeiros com uma opção put e obrigações decorrentes de uma liquidação)	01-01-2009
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (revista)	01-01-2009
IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes	01-07-2008
IFRS 8 – Segmentos operacionais	01-01-2009
IFRS 7 – Emendas (Divulgações sobre mensurações pelo justo valor e sobre o risco de liquidez)	01-01-2009
Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2007)	Várias (usualmente 01-01-2009)

A entrada em vigor durante 2009 das normas acima referidas não provocou impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas, com excepção das alterações ao nível de apresentação e divulgação, decorrentes da entrada em vigor das alterações à IAS 1.

O IAS 1 introduziu alterações de terminologia, assim como alterações ao nível do formato e conteúdo das diferentes demonstrações financeiras.

	<u>Data de Eficácia</u> <u>(exercícios iniciados em ou após)</u>
<u>Com aplicação obrigatória após 2009:</u>	
IAS 32 – Emendas (Clarificação de direitos de emissão)	01-02-2010
IAS 39 – Emendas (Itens cobertos elegíveis)	01-07-2009
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	01-07-2009
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	01-01-2010

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	01-01-2010
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	01-01-2010
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	01-07-2009
IFRIC 9 e IAS 39 – Emendas (Reavaliação de derivados embutidos)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-06-09
IFRIC 17 – Distribuição aos proprietários de activos que não são caixa	01-07-2009
IFRIC 18 – Transferência de activos provenientes de clientes	Transferências em ou após 01-07-09

As normas aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, mencionadas acima, não foram adoptadas pela Sonae em 2009, em virtude de a sua aplicação não ser obrigatória para este exercício económico, e a Sonae ter decidido não as adoptar antecipadamente.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas, decorrentes da adopção dessas normas.

2.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada activo e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do activo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade" da demonstração de resultados.

2.3 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar fiavelmente o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada activo e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração de resultados.

2.4 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efectiva.

2.5 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes activos não são amortizados.

2.6 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço conforme identificado na Nota 4.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

Investimentos detidos até ao vencimento

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Os investimentos em partes de capital em filiais são classificados como investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados no balanço como Investimentos correntes.

A Empresa classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transacção, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas resultantes da alteração de justo valor dos instrumentos financeiros mensurados a justo valor através de resultados são registados na demonstração de resultados nas rubricas de resultados financeiros.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transaccionar esses activos.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 4.

c) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial sendo que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano é considerado que o efeito de desconto seria imaterial.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para os quais o efeito do desconto é imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding", de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.4.1.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura caso existam, são registadas nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- Transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum o qual corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura do balanço, sendo transferidas para as rubricas de Resultados financeiros da demonstração de resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Nos instrumentos derivados, embora contratados de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.4.1 (derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo e que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, sendo que as variações de justo valor afectam directamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os instrumentos de acolhimento não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

h) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas em outras reservas.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos bancários de curto prazo, no balanço.

j) Método da taxa de juro efectiva

O método da taxa de juro efectiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e para efectuar a alocação de proveitos ou custos com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

k) Imparidade

Os activos financeiros, excepto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada balanço para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os activos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objectiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos activos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afectados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do activo.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original.

Relativamente aos investimentos em subsidiárias que não sejam cotadas e, consequentemente mensurados pelo seu custo de aquisição líquido de imparidade (investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a subsidiárias) a análise de imparidade é efectuada com base na estimativa de justo valor dos activos líquidos da filial em análise, maioritariamente constituídos por participações financeiras em outras subsidiárias da Empresa.

Tal estimativa é efectuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Com excepção de activos financeiros relativos a instrumentos de capital próprio, se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objectivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a activos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do activo é reconhecido em capitais próprios.

2.7 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.9 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.10 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias e em associadas;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

2.11 Responsabilidade por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março e cada ano).

Quando a liquidação dos planos é efectuada através da entrega de acções da Empresa, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das acções atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada em capitais próprios, por contrapartida de custos com o pessoal.

Quando a liquidação é efectuada em dinheiro o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

São registados impostos diferidos nas situações aplicáveis de acordo com o método de balanço, sendo que os activos por impostos diferidos apenas são constatados nas situações em que seja provável a sua recuperação.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Introdução

O objectivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente. São utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a actividade da Sonae, não sendo contratados, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a actividade da Empresa.

As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível da Comissão Executiva e os riscos são identificados e monitorizados pelo Departamento Financeiro e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae é uma Holding, não tendo qualquer actividade comercial relevante para além das actividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal da suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias.

Adicionalmente a Sonae poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua actividade de gestor de portfolio (venda participações), mas nessas situações excepcionais são implementados mecanismos e acções, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros) com a supervisão da Comissão Executiva.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Sonae cumpre rigorosamente os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham, no mínimo, uma notação de crédito BBB da Standard & Poor's e/ou Baa2 da Moody's ou equivalente, sendo esta informação fornecida através de sistemas de informação de mercado independentes;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efectuada com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Excepções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, a Administração da Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no entanto, as exposições a cada contraparte resultante das operações financeiras contratadas e a notação de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pela Direcção Financeira e de Tesouraria, e os desvios reportados à Comissão Executiva e à Comissão de Finanças.

A Sonae está também exposta ao risco de liquidação, o qual é gerido através de uma rigorosa selecção dos seus intermediários, que deverão ser contrapartes com elevado nível de rating.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a Subsidiárias faz parte da actividade normal da Holding.

3.3 Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua actividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de Dezembro de 2009, o total da dívida bruta era de 535 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2008 era de 641 milhões de euros).

O objectivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Sonae tenha capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua actividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

Dada a natureza dinâmica das suas actividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis, que podem variar entre 30 e 360 dias;
- Manutenção, de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo e evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 31 de Dezembro de 2009 a maturidade média da dívida da Sonae era de aproximadamente 2,5 anos (em 31 de Dezembro de 2008 era de 3 anos);
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respectivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente liquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições

desfavoráveis. A Sonae tem 266 milhões de euros de linhas de crédito contratadas das quais apenas 11,4% são anuláveis com pré-aviso de 6 meses sendo as restantes anuláveis com pelo menos 360 dias de antecedência (a 31 de Dezembro de 2009 tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 261 milhões de euros). Face ao anteriormente exposto a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da actividade operacional, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

3.4 Risco de taxa de juro

3.4.1 Política

A Sonae está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas do balanço (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps, FRA's e opções). A totalidade da dívida da Sonae encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro ou FRA's), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objectivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade. Consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas actividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A actividade de cobertura da Sonae, não é considerada como uma actividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objectivos não especulativos e devendo respeitar os seguintes princípios os quais foram rigorosamente definidos:

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não deverá ser superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no capítulo 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades e outros, de mercado prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;

- Todas as transacções deverão ser contratadas seguindo contratos ISDA;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela Comissão Executiva e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

3.4.2 Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações na taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores, o resultado líquido antes de impostos da Sonae (contas individuais) em 31 de Dezembro de 2009 seriam superiores em cerca de 3 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2008 seriam superiores em cerca de 10 milhões de euros). O capital próprio em resultado do efeito da variação da taxa de juro, em mais 0,75 pontos percentuais superiores, a 31 de Dezembro de 2009 seria superior em cerca de 5 milhões de euros, excluindo o efeito em resultados líquidos.

3.5 Risco de taxa de câmbio

A Sonae enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transacção de taxa de câmbio decorrente de transacções comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efectuada a gestão do risco cambial com o objectivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transacções realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições

materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza, poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo à aprovação prévia da Comissão Executiva.

Ao nível da Sonae, não há qualquer exposição significativa ao risco de taxa de câmbio de translação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos às subsidiárias são denominados em euros.

3.6 Risco de preço e de mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efectuados geralmente tendo em conta objectivos estratégicos, uma vez que a empresa não transacciona activamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados nas Nota 8.

4 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E JUSTO VALOR

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2.6 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

Activos Financeiros

		31.Dezembro.2009					
		Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Derivados de cobertura	Subtotal	Activos fora do ambito do IFRS 7	Total
	Nota						
Activos não correntes							
Investimentos em empresas do grupo	8	-	2.991.917.733	-	2.991.917.733	-	2.991.917.733
Outros investimentos	9	-	77.489.880	-	77.489.880	-	77.489.880
Outros activos não correntes	10	543.934.785	-	-	543.934.785	-	543.934.785
		543.934.785	3.069.407.613	-	3.613.342.398	-	3.613.342.398
Activos correntes							
Clientes	11	1.767.521	-	-	1.767.521	-	1.767.521
Outras dívidas de terceiros	12	7.890.064	-	-	7.890.064	-	7.890.064
Outros activos correntes	14	501.873	-	-	501.873	146.771	648.644
Caixa e equivalentes de caixa	15	2.769.998	-	-	2.769.998	-	2.769.998
		12.929.456	-	-	12.929.456	146.771	13.076.227
		556.864.241	3.069.407.613	-	3.626.271.854	146.771	3.626.418.625
31.Dezembro.2008							
		Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Derivados de cobertura	Subtotal	Activos fora do ambito do IFRS 7	Total
	Nota						
Activos não correntes							
Investimentos em empresas do grupo	8	-	3.070.652.704	-	3.070.652.704	-	3.070.652.704
Outros investimentos	9	-	100.049.880	-	100.049.880	-	100.049.880
Outros activos não correntes	10	598.542.161	-	-	598.542.161	-	598.542.161
		598.542.161	3.170.702.584	-	3.769.244.745	-	3.769.244.745
Activos correntes							
Clientes	11	1.626.676	-	-	1.626.676	-	1.626.676
Outras dívidas de terceiros	12	31.391.881	-	-	31.391.881	-	31.391.881
Outros activos correntes	14	82.075	-	-	82.075	155.007	237.082
Investimentos		-	-	576.934	576.934	-	576.934
Caixa e equivalentes de caixa	15	418.450	-	-	418.450	-	418.450
		33.519.082	-	576.934	34.096.016	155.007	34.251.023
		632.061.243	3.170.702.584	576.934	3.803.340.761	155.007	3.803.495.768

Passivos Financeiros

31.Dezembro.2009						
	Passivos a justo valor por resultados	Derivados de cobertura	Outros passivos financeiros	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Nota						
Passivos não correntes						
Empréstimos obrigacionistas	20.1	-	498.238.077	498.238.077	-	498.238.077
Outros empréstimos	20.2	-	12.218.451	12.218.451	-	12.218.451
		-	498.238.077	510.456.528	-	510.456.528
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	20.3	-	24.950.000	24.950.000	-	24.950.000
Fornecedores		-	985.568	985.568	-	985.568
Outras dívidas a terceiros		-	78.307	78.307	-	78.307
Outros passivos correntes	21	-	1.673.465	1.673.465	1.521.404	3.194.869
		-	27.687.340	27.687.340	1.521.404	29.208.744
		-	525.925.417	538.143.868	1.521.404	539.665.272

31.Dezembro.2008						
	Passivos a justo valor por resultados	Derivados de cobertura	Outros passivos financeiros	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Nota						
Passivos não correntes						
Empréstimos obrigacionistas	20.1	-	497.619.441	497.619.441	-	497.619.441
Outros empréstimos	20.2	4.846.515	-	4.846.515	-	4.846.515
		4.846.515	497.619.441	502.465.956	-	502.465.956
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	20.3	-	138.209.277	138.209.277	-	138.209.277
Fornecedores		-	1.116.009	1.116.009	-	1.116.009
Outras dívidas a terceiros		-	171.430	171.430	-	171.430
Outros passivos correntes	21	-	6.884.750	6.884.750	1.375.745	8.260.495
		-	146.381.466	146.381.466	1.375.745	147.757.211
		4.846.515	644.000.907	648.847.422	1.375.745	650.223.167

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O quadro abaixo detalha os instrumentos financeiros que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado activo;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado;

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

31.Dezembro.2009			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros mensurados a justo valor			
Investimentos em empresas do grupo	1.620.270	614.248.500	-
	1.620.270	614.248.500	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor			
Derivados	-	12.218.451	-
	-	12.218.451	-

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas com impacto relevante nas demonstrações financeiras ou erros materiais de exercícios anteriores.

6 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe dos activos fixos tangíveis e respectivas amortizações era o seguinte:

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total activos fixos tangíveis
Activo bruto						
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	17.352	194.768	2.404.297	723	-	2.617.140
Aumentos	-	-	-	-	696.865	696.865
Diminuições	-	-	(5.046)	-	(563.757)	(568.803)
Transferências / abates	-	-	113.646	-	(114.659)	(1.013)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	17.352	194.768	2.512.897	723	18.449	2.744.189
Aumentos	-	-	-	-	159.131	159.131
Diminuições	-	-	(336.222)	-	-	(336.222)
Transferências / abates	4.696	-	55.580	-	(63.158)	(2.882)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2009	22.048	194.768	2.232.255	723	114.422	2.564.216
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	17.352	194.768	2.309.839	608	-	2.522.567
Aumentos	-	-	45.241	28	-	45.269
Diminuições	-	-	(5.046)	-	-	(5.046)
Transferências / abates	-	-	(98)	-	-	(98)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	17.352	194.768	2.349.936	636	-	2.562.692
Aumentos	587	-	53.077	28	-	53.692
Diminuições	-	-	(317.552)	-	-	(317.552)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2009	17.939	194.768	2.085.461	664	-	2.298.832
Valor líquido						
A 31 de Dezembro de 2008	-	-	162.961	87	18.449	181.497
A 31 de Dezembro de 2009	4.109	-	146.794	59	114.422	265.384

7 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe dos activos intangíveis e respectivas amortizações era o seguinte:

	Software	Activos intangíveis em curso	Total activos intangíveis
Activo bruto			
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	-	-	-
Aumentos	-	399	399
Transferências / abates	1.410	(399)	1.011
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	1.410	-	1.410
Transferências / abates	7.205	-	7.205
Saldo final a 31 de Dezembro de 2009	8.615	-	8.615
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	-	-	-
Aumentos	168	-	168
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	168	-	168
Aumentos	2.671	-	2.671
Saldo final a 31 de Dezembro de 2009	2.839	-	2.839
Valor líquido			
A 31 de Dezembro de 2008	1.242	-	1.242
A 31 de Dezembro de 2009	5.776	-	5.776

8 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe dos investimentos em empresas do grupo era o seguinte:

Empresa	31.Dezembro.2009				
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	106.686
MDS, SGPS, SA	45,71%	17.800.000	12.813.065	2.733.191	27.879.874
Sonae Investimentos, SGPS, SA (a)(b)	82,48%	1.690.800.661	-	-	1.690.800.661
Sonae Investments, BV	100,00%	550.000.000	-	-	550.000.000
Sonae RE, SA	99,92%	500	3.671.559	-	3.672.059
Sonae Sierra SGPS, SA (c)	50,00%	708.051.000	-	-	614.248.500
Sonaecom, SGPS, SA	0,23%	842.842	-	-	1.620.270
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	159.615
Sonaecenter Serviços, SA	100,00%	50.000	538.668	-	588.668
Sontel, BV	42,86%	191.341.400	-	-	191.341.400
Total		3.159.152.704	17.023.292	2.733.191	3.080.417.733
Imparidade		88.500.000	-	-	88.500.000
Total		3.070.652.704	17.023.292	2.733.191	2.991.917.733

31.Dezembro.2008

Empresa	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Saldo final
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	106.686
MDS, SGPS, SA	89,00%	20.000.000	-	2.200.000	-	17.800.000
Sonae Investimentos, SGPS, SA (a)(b)	82,48%	1.690.800.661	-	-	-	1.690.800.661
Sonae Investimentos America Latina	-	25.684	-	25.684	-	-
Sonae Investments, BV	100,00%	18.151	549.981.849	-	-	550.000.000
Sonae RE, SA	0,04%	500	-	-	-	500
Sonae Sierra SGPS, SA (c)	50,00%	856.602.000	-	-	(148.551.000)	708.051.000
Sonaecom, SGPS, SA	0,23%	78.041	812.229	-	(47.428)	842.842
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	159.615
Sonaecenter Serviços, SA	100,00%	-	50.000	-	-	50.000
Sontel, BV	42,86%	100.000	191.241.400	-	-	191.341.400
Total		2.567.891.338	742.085.478	2.225.684	(148.598.428)	3.159.152.704
Imparidade		-	88.500.000	-	-	88.500.000
Total		2.567.891.338	653.585.478	2.225.684	(148.598.428)	3.070.652.704

- (a) Anteriormente denominada Sonae Distribuição, SGPS, SA.
- (b) O valor desta participação é o preço da oferta pública de aquisição tendente ao domínio total realizada em 2006, não tendo sido registada qualquer variação desde então.
- (c) O valor de mercado foi determinado tendo por base a avaliação independente a 31 de Dezembro de 2009 dos activos imobiliários detidos por esta filial, à qual foram deduzidas a correspondente dívida líquida e a quota-parte de minoritários. Os pressupostos da valorização dos activos estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em Julho de 2009, a Sonae celebrou um acordo com a família Feffer relativamente a uma operação de roll-up, envolvendo acções detidas por estes na Lazam-MDS, por contrapartida de acções MDS adquiridas à Sonae e acções subscritas em aumento de capital da MDS. Nos termos desta transacção, a Sonae reduziu a sua participação directa na MDS, SGPS para 45,71%. Durante o exercício verificou-se ainda um aumento de capital daquela filial por conversão de suprimentos.

Durante o exercício a Empresa adquiriu 99,88% das acções representativas do capital social da Sonae, RE, SA.

Durante o exercício findo em 2008 a empresa constatou uma perda de imparidade relativa à participação financeira detida na Sontel, BV no valor de 88.500.000 euros (nota 26) em resultado da aplicação da política contabilística referida em 2.6 k) e com base na avaliação efectuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. Com referência a 31 de Dezembro de 2009 a Empresa efectuou um exercício similar tendo concluído que o valor da imparidade se mantém adequado.

9 OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe dos outros investimentos disponíveis era o seguinte:

31.Dezembro.2009				
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	49.880	-	-	49.880
Magma No. 1 Securitisation Notes	100.000.000	-	22.560.000	77.440.000
Total	100.049.880	-	22.560.000	77.489.880

31.Dezembro.2008				
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	49.880	-	-	49.880
Magma No. 1 Securitisation Notes	-	100.000.000	-	100.000.000
Total	49.880	100.000.000	-	100.049.880

Em Dezembro de 2008, a Empresa procedeu à tomada de obrigações titularizadas através de subscrição particular, no montante de 100.000.000 de euros emitidas por Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, SA denominadas Magma Nº 1 Securitisation Notes.

Estas obrigações foram emitidas pelo período de 5 anos (2009/2013) e são amortizáveis em prestações trimestrais de igual valor, tendo como activos subjacentes os créditos futuros gerados por contratos de clientes empresariais da Sonaecom - Serviços de Comunicações, SA, com um sobrecolateralização confortável que minimiza substancialmente o risco de crédito deste investimento.

Durante o exercício de 2009 o valor da diminuição no montante de 22.560.000 euros corresponde a 19.777.500 euros de amortizações e 2.782.500 euros de alienações.

10 OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe dos outros activos não correntes era o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
MDS, SGPS, SA	30.119.075	69.410.000
Sonae Investments, BV	478.427.710	495.856.978
Sontel, BV	35.388.000	33.271.000
	543.934.785	598.537.978
Cauções	-	4.183
	543.934.785	598.542.161

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma natureza de longo prazo.

Não existiam activos vencidos ou em imparidade em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008. A eventual imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea k) da nota 2.6. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do Grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

11 CLIENTES

O saldo de clientes respectivamente de 1.767.521 euros e 1.626.676 euros em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 respeita exclusivamente a prestação de serviços a empresas do grupo.

À data de balanço, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações que os clientes não cumpram as suas obrigações.

12 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Empresas do grupo - Operações financeiras:		
MDS, SGPS, SA	-	7.510.000
Sonaecenter, Serviços, SA	440.000	737.000
	<u>440.000</u>	<u>8.247.000</u>
Empresas do grupo - Juros:		
MDS, SGPS, SA	556.946	1.660.159
Sonae Investments, BV	5.664.753	19.218.665
Sontel, BV	416.539	1.027.220
	<u>7.078.238</u>	<u>30.153.044</u>
Outros devedores		
Outros	811.826	1.238.837
	<u>7.890.064</u>	<u>31.391.881</u>

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Não existiam activos vencidos ou em imparidade em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do Grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

Saldos devedores:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Pagamentos por conta	29.305	23.958
Retenções na fonte	1.357.959	2.175.667
IVA a recuperar	-	64.101
	<u>1.387.264</u>	<u>2.263.726</u>

Saldos credores:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Imposto estimado	26.744	445.849
Retenções de imposto sobre o rendimento:		
Trabalho dependente	61.539	50.130
Trabalho independente	149	197
Capitais	-	52.192
Outros rendimentos	32	-
Imposto sobre o valor acrescentado	210.029	8.876
Contribuições para a segurança social	49.693	46.279
Imposto de selo	1.507	55
	<u>349.693</u>	<u>603.578</u>

14 OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe dos outros activos correntes era o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Acréscimos de proveitos	501.873	82.075
Custos diferidos	146.771	155.007
	<u>648.644</u>	<u>237.082</u>

15 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Numerário	7.042	4.300
Depósitos bancários	2.762.956	414.150
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>2.769.998</u>	<u>418.450</u>
Descobertos Bancários (Nota 20.3)	-	9.277
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>2.769.998</u>	<u>409.173</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 a sociedade detinha depósitos bancários de curto prazo no valor de 2.705.000 euros (378.000 euros em 31 de Dezembro de 2008) que foram resgatados em princípios de 2010 (2009).

16 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o capital social está representado por 2.000.000.000 de acções ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais detinham 52,983% das acções representativas do capital social da Sociedade.

17 RESERVAS LEGAIS

A sociedade constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais. Em 2009 e 2008 transferiu, respectivamente, para esta rubrica resultados no valor de 1.523.608 euros e 825.157 euros.

18 RESERVAS DE JUSTO VALOR, COBERTURA E OUTRAS RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Reservas livres	349.326.490	380.377.943
Reserva de cobertura	(5.807.343)	307.070
Reserva de justo valor	488.904.537	581.929.609
Responsabilidade por pagamento baseado em acções	357.033	-
	<u>832.780.717</u>	<u>962.614.622</u>

Os movimentos ocorridos em 2009 e em 2008 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio.

As reservas de cobertura reflectem a parcela eficaz de variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

As reservas de justo valor correspondem a variações de justo valor de instrumentos financeiros classificados como activos disponíveis para venda.

As reservas de responsabilidade por pagamento baseado em acções reflectem a responsabilidade com os planos de desempenho diferido a serem liquidados através da entrega de acções.

19 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

A Sonae concedeu em 2009 e em anos anteriores, ao Conselho de Administração e a colaboradores prémios de desempenho diferido sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço na data do vencimento.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Sonae alterou a forma de liquidação dos seus planos, os quais apesar de preverem a liquidação em acções ou numerário, vinham a ser liquidados em numerário até este exercício. A 31 de Dezembro de 2009, os planos de acções Sonae estão contabilizados, no balanço, em capitais próprios por contrapartida de custos com o pessoal no pressuposto que a partir deste exercício os planos irão ser liquidados em acções. A alteração atrás referida teve um impacto na rubrica reserva para planos de pagamento baseado em acções de 357.033 euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 os planos em aberto são os seguintes:

	Período de diferimento		Nº participantes	Nº de acções
	Data de atribuição	Data de vencimento		
Plano 2007	2008	2011	1	340.844
Plano 2008	2009	2012	1	570.258

Durante o exercício, os movimentos ocorridos podem ser resumidos como segue:

	<u>Nº de acções</u>
Saldo a 31.Dezembro.2008	340.844
Movimento do exercício:	
Atribuídas	570.258
Vencidas	-
Saldo a 31.Dezembro.2009	<u>911.102</u>

20 EMPRÉSTIMOS

20.1. Empréstimos obrigacionistas

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	<u>31.Dezembro.2009</u>	<u>31.Dezembro.2008</u>
Valor nominal dos empréstimos obrigacionistas	500.000.000	500.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	<u>(1.761.923)</u>	<u>(2.380.559)</u>
	<u>498.238.077</u>	<u>497.619.441</u>

Empréstimo obrigacionista Sonae / 05 no valor de 100.000.000 euros, reembolsável ao fim de 8 anos, numa única prestação em 31 de Março de 2013; a taxa de juro é variável indexada à taxa Euribor a 6 meses sendo os juros pagos semestralmente.

Empréstimo obrigacionista Sonae 2006/2011 no valor de 250.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos, numa única prestação em 10 de Maio de 2011; a taxa de juro é variável indexada à taxa Euribor a 6 meses sendo os juros pagos semestralmente. A sociedade poderá, sem qualquer penalização, efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial deste empréstimo nas 6ª e 8ª datas de pagamento de juros.

Empréstimo obrigacionista Sonae 2007/2014 no valor de 150.000.000 euros, reembolsável ao fim de 7 anos, numa única prestação em 11 de Abril de 2014; a taxa de juro é variável indexada à taxa Euribor a 6 meses sendo os juros pagos semestralmente. A sociedade poderá, sem qualquer penalização, efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial deste empréstimo nas 10ª e 12ª datas de pagamento de juros.

Os empréstimos acima referidos não se encontram garantidos e o seu justo valor é considerado como estando próximo do seu valor contabilístico tendo em consideração que vencem juros a taxas variáveis e de mercado.

20.2. Outros empréstimos

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros considerados de cobertura correspondem a swaps que convertem taxa variável em taxa fixa contraídas com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 250 milhões de euros (igual montante em 31 de Dezembro de 2008) cujo justo valor ascendia a -12.218.451 euros (-4.846.515 euros em 31 de Dezembro de 2008).

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pela Empresa com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo

do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado, estimada para as datas de fixação de juro com base em curvas de mercado retiradas da Bloomberg.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os derivados tinham os seguintes cash-flows estimados:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
N+1	(6.209.007)	221.084
N+2	(3.777.261)	(3.433.695)
N+3	(1.753.523)	(1.020.834)
N+4	(645.278)	(611.221)
N+5	(95.829)	(289.458)
N+6	-	(35.212)

20.3. Empréstimos bancários de curto prazo

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Papel comercial (a)	24.950.000	138.200.000
Descobertos Bancários (Nota 15)	-	9.277
	<u>24.950.000</u>	<u>138.209.277</u>

(a) Programa de emissões de títulos de papel comercial de curto prazo, por subscrição particular, lançado em 23 de Agosto de 2004, válido por um período de 10 anos com possibilidade de prorrogação por iniciativa da empresa, com um montante máximo de 350.000.000 euros.

Os empréstimos acima referidos não se encontram garantidos e o seu justo valor é considerado como estando próximo do seu valor contabilístico tendo em consideração que vencem juros a taxas variáveis e de mercado.

20.4. Perfil de maturidade da dívida bancária

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o detalhe da análise de maturidade dos empréstimos contraídos excluindo instrumentos derivados era o seguinte:

	31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2008	
	Valor nominal	Juros	Valor nominal	Juros
N+1	24.950.000	8.603.837	138.209.277	31.356.675
N+2	250.000.000	6.447.146	-	28.885.188
N+3	-	4.378.433	250.000.000	22.111.688
N+4	100.000.000	3.409.425	-	15.456.700
N+5	150.000.000	1.225.467	100.000.000	12.297.625
após N+5	-	-	150.000.000	4.586.400

Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor em cada financiamento a 31 de Dezembro.

A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro 2009 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média de 1,67% (5,54% em 31 de Dezembro de 2008).

21 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	1.434.816	1.364.550
Juros a liquidar	1.673.465	6.884.750
Outros	86.588	11.195
	<u>3.194.869</u>	<u>8.260.495</u>

22 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	216.835	1.776.135
por processos judiciais em curso	74.490	425.965
Fiança prestada favor de subsidiária	256.137	-

23 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Vencíveis em:		
2009 renovável automaticamente	-	261.978
2010 renovável automaticamente	261.978	-
2009	-	155.174
2010	157.324	131.309
2011	73.709	41.995
2012	33.916	6.046
2013	1.331	-
	<u>528.258</u>	<u>596.502</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 357.549 euros (438.882 euros em 31 de Dezembro de 2008) relativo a contratos de locação operacional.

24 ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Transacções:		
Empresas subsidiárias	3.794.149	1.922.557
Empresas controladas conjuntamente	709.215	338.460
Entidades parceiras, accionistas e participadas	100.000	12.567
Prestação de serviços	<u>4.603.364</u>	<u>2.273.584</u>
Empresas subsidiárias	710.725	852.481
Empresas controladas conjuntamente	-	375
Entidades parceiras, accionistas e participadas	<u>474.282</u>	<u>762.866</u>
Compras e serviços recebidos	<u>1.185.007</u>	<u>1.615.722</u>
Empresas subsidiárias	<u>19.588.244</u>	<u>64.527.232</u>
Juros auferidos	<u>19.588.244</u>	<u>64.527.232</u>
Empresas subsidiárias	<u>16.853</u>	<u>665.365</u>
Juros suportados	<u>16.853</u>	<u>665.365</u>
Empresas subsidiárias	<u>93.516.449</u>	<u>94.979.579</u>
Dividendos recebidos (Nota 26)	<u>93.516.449</u>	<u>94.979.579</u>
Empresas subsidiárias	-	<u>3.437.439</u>
Alienação investimentos financeiros	-	<u>3.437.439</u>
Empresas subsidiárias	<u>4.210.227</u>	<u>700.000</u>
Aquisição investimentos financeiros	<u>4.210.227</u>	<u>700.000</u>
Saldos:		
Empresas subsidiárias	8.927.985	24.041.601
Empresas controladas conjuntamente	483.632	101.195
Entidades parceiras, accionistas e participadas	<u>133.710</u>	<u>27.551</u>
Contas a receber	<u>9.545.327</u>	<u>24.170.347</u>
Empresas subsidiárias	547.244	403.809
Empresas controladas conjuntamente	-	3.636
Entidades parceiras, accionistas e participadas	<u>106.775</u>	<u>144.492</u>
Contas a pagar	<u>654.019</u>	<u>551.937</u>
Empresas subsidiárias	<u>544.374.785</u>	<u>606.784.978</u>
Empréstimos concedidos (Nota 35)	<u>544.374.785</u>	<u>606.784.978</u>

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA conforme identificadas nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos dominados pela Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, tem a seguinte composição:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Remuneração fixa	1.207.223	1.167.390
Remuneração variável de curto prazo	328.700	297.100
Remuneração variável de médio prazo	<u>313.200</u>	<u>288.100</u>
	<u>1.849.123</u>	<u>1.752.590</u>

Em 2009 e 2008, não foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

No exercício de 2009 foram alienadas a Administradores da sociedade ou a entidades / pessoas com eles relacionadas 51 obrigações Magma Nº 1 Securitisation Notes (Nota 9) pelo valor de 2.245.000 euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 não existiam saldos com os administradores da sociedade.

25 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os montantes de 4.603.363 euros e 2.273.584 euros relativos a 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente, respeitam a serviços técnicos de administração e gestão prestados a subsidiárias, no âmbito da lei das SGPS.

26 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Dividendos recebidos (Nota 24)	93.516.449	94.979.579
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos (Nota 8)	1.464.872	1.211.756
Perdas de imparidade (Nota 8)	-	(88.500.000)
	<u>94.981.321</u>	<u>7.691.335</u>

Os dividendos foram recebidos das filiais Sonae Sierra, SGPS, SA (23.410.080 euros) e Sonae Distribuição, SGPS, SA (70.106.369 euros).

27 PROVEITOS E GANHOS / CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe dos proveitos e ganhos e dos custos e perdas financeiros era o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(2.895.198)	(2.532.611)
Relativos a obrigações não convertíveis	(16.211.768)	(27.929.993)
Outros	(4.095.738)	(675.462)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	(107)
Variação de justo valor	-	(6.192.312)
Encargos com emissão de dívida	(729.655)	(618.636)
Outros custos e perdas financeiras	<u>(624.693)</u>	<u>(385.383)</u>
Custos e perdas financeiras	<u>(24.557.052)</u>	<u>(38.334.504)</u>
Juros obtidos	25.652.860	65.497.493
Variação de justo valor	-	1.428.137
Diferenças de câmbio favoráveis	1.568	991
Outros	<u>-</u>	<u>500.000</u>
Proveitos e ganhos financeiros	<u>25.654.428</u>	<u>67.426.621</u>
Resultados financeiros	<u>1.097.376</u>	<u>29.092.117</u>

28 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Subcontratos	905.888	479.364
Rendas e alugueres	598.075	640.903
Trabalhos especializados	1.387.303	1.607.581
Outros fornecimentos e serviços	839.285	964.644
	<u>3.730.551</u>	<u>3.692.492</u>

29 CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o detalhe dos custos com o pessoal era o seguinte:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Remunerações	4.201.903	3.457.447
Encargos sobre remunerações	470.085	431.134
Outros custos com o pessoal	162.693	305.966
	<u>4.834.681</u>	<u>4.194.547</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o número de trabalhadores ao serviço da Sociedade era de 46 e 55, respectivamente.

30 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento foi de 18.096 euros e 445.849 euros em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente.

30.1. Reconciliação da taxa efectiva de imposto

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 é como se segue:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Resultado antes de Imposto	91.747.144	30.918.004
Acréscimos/(Reduções) à matéria colectável	<u>(94.817.645)</u>	<u>(2.797.671)</u>
Matéria colectável	(3.070.501)	28.120.333
Utilização reportes fiscais	-	(28.120.333)
Prejuízos fiscais para os quais não foram constatados impostos diferidos	<u>3.070.501</u>	-
Matéria colectável corrigida	-	-
Imposto à taxa de 25%	-	-
Excesso de estimativa de imposto	(8.648)	-
Tributações autónomas	26.744	24.044
Derrama	-	421.805
Imposto do exercício	<u>18.096</u>	<u>445.849</u>
Taxa média efectiva de imposto	<u>0,020%</u>	<u>1,442%</u>

30.2. Reportes fiscais

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2009 foram gerados 3.070.501 euros de prejuízos fiscais cuja data limite de utilização termina em 2015.

31 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	91.729.048	30.472.155
Efeito das acções potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	91.729.048	30.472.155
Numero de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	2.000.000.000	2.000.000.000
Efeito das acções potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
Número de acções em aberto relativo a prémios de desempenho diferido	911.102	-
Número de acções que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(606.519)	-
Número médio ponderado de acções para efeito de calculo do resultado líquido por acção diluído	2.000.304.583	2.000.000.000
Resultado por acção		
Básico	0,045865	0,015236
Diluído	0,045858	0,015236

32 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos ocorridos no exercício de 2009 e 2008 foram as seguintes:

Empresas	31.Dezembro.2009			
	Recebimentos		Pagamentos	
	Preço total	Valor recebido	Preço total	Valor pago
Sonae RE, SA	-	-	3.671.559	3.671.559
Sonaecenter, Serviços, SA	-	-	538.668	538.668
Magma Nº 1 Securitisation Notes	22.560.000	22.560.000	-	-
MDS, SGPS, SA	4.198.062	4.198.062	-	-
	26.758.062	26.758.062	4.210.227	4.210.227

31.Dezembro.2008

Empresas	Recebimentos		Pagamentos	
	Preço total	Valor recebido	Preço total	Valor pago
Sonaecom, SGPS, SA	-	-	812.229	812.229
Sonae Investments, BV	-	-	549.981.849	549.981.849
Sontel, BV	-	-	191.241.400	191.241.400
Sonaecenter, Serviços, SA	-	-	50.000	50.000
Magma Nº 1 Securitisation Notes	-	-	100.000.000	100.000.000
MDS, SGPS, SA	3.425.000	3.425.000	-	-
Sonae Investimentos America Latina	12.439	12.439	-	-
	<u>3.437.439</u>	<u>3.437.439</u>	<u>842.085.478</u>	<u>842.085.478</u>

Em Dezembro de 2008 na rubrica de recebimentos de investimentos financeiros, na demonstração de fluxos de caixa, estão incluídos 141.603 euros relativos à alienação de participações em exercícios anteriores.

33 DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 20 de Abril de 2009 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,03 euros por acção os quais foram pagos no dia 20 de Maio de 2009, correspondendo a um valor total de 60.000.000 euros.

Relativamente ao exercício de 2009, o Conselho de Administração irá propor que seja pago um dividendo ilíquido de 0,0315 euros por acção, o valor total de dividendos a pagar será de 63.000.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos accionistas em Assembleia Geral.

34 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de Março de 2010. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

35 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94, art.º 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2009 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

MDS, SGPS, SA

Sontel, BV

Sonae Investments, BV

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2009 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

Edições Book It, SA

Farmácia Selecção, SA

Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, SA

Modelo Continente Seguros, Lda

Modelo Hiper – Imobiliária, SA

Modelo.com – Vendas por Correspondência, SA

Sonaecenter, Serviços, SA

Sonae Investimentos, SGPS, SA

Sonae Specialized Retail, SGPS, SA

Sonaecom, SGPS, SA

Tlantic Portugal – Sistemas de Informação, SA

Valor N, SA

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2009 são as seguintes:

Empresas	Saldo final
MDS, SGPS, SA	30.119.075
Sonae Investments, BV	478.427.710
Sonaecenter, Serviços, SA	440.000
Sontel, BV	35.388.000
	<u>544.374.785</u>

As respectivas posições devedoras em 31 de Dezembro de 2009 eram nulas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo; Presidente do Conselho de Administração

Álvaro Cuervo Garcia; Vogal do Conselho de Administração

Bernd Bothe; Vogal do Conselho de Administração

Christine Cross; Vogal do Conselho de Administração

Michel Marie Bon; Vogal do Conselho de Administração

José Neves Adelino; Vogal do Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo; Presidente da Comissão Executiva

Álvaro Carmona e Costa Portela; Vogal da Comissão Executiva

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério; Vogal da Comissão Executiva

Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão; Vogal da Comissão Executiva

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E
RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 da Sonae, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), as quais compreendem os Balanços Consolidado e Individual (que evidenciam um total de 7.551.624.303 Euros e 3.628.077.049 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 1.701.134.275 Euros e 3.088.062.084 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 93.760.817 Euros e um resultado líquido individual de 91.729.048 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos Resultados e do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e individual das suas operações, o rendimento integral consolidado e individual, as alterações no capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados e rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada e individual contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado e individual das suas operações, o rendimento integral consolidado e individual, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 16 de Março de 2010

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Senhores Accionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com os termos do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício em apreço, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência, a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou, com a extensão aconselhável, a evolução dos negócios sociais, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e das respectivas políticas contabilísticas e critérios valorimétricos, e a observância dos normativos legais e estatutários.

Para o efeito, o Conselho Fiscal efectuou cinco reuniões, nas quais contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos e da Contabilidade, dos Assuntos Fiscais, de Auditoria Interna e Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, Deloitte & Associados, SROC, SA. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório de gestão e as contas do exercício.

O Conselho Fiscal analisou a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da actividade dos auditores interno e externo.

O Conselho Fiscal teve conhecimento da comunicação das irregularidades, tendo efectuado reuniões com o Provedor da Sonae e apreciado os seus relatórios.

O Conselho Fiscal analisou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram o desenvolvimento da actividade, expressa nas demonstrações financeiras em apreço, e exerceu as suas competências quanto às qualificações e independência do auditor externo e do revisor oficial de contas. No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria, que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que o relatório de gestão, as demonstrações financeiras consolidada e individual, bem como a proposta de aplicação dos resultados do exercício, apresentadas pelo Conselho de Administração, estão em conformidade com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação pelos Accionistas.

3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art. 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5 / 2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 245º do Código de Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição

financeira da Sonae, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 25 de Março de 2010

O Conselho Fiscal

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Arlindo Dias Duarte Silva

Jorge Manuel Felizes Morgado

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, indústria, da concorrência e nas condições económicas. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projecta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Nós não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no site Institucional da Sonae
www.sonae.pt

Contactos para os Media e Investidores

Miguel Rangel
Responsável pelas Relações Institucionais e Comunicação
mrangel@sonae.pt
Tel: + 351 22 010 4705

Patrícia Mendes Pinheiro
Responsável pela Relação com Investidores
patricia.mendes@sonae.pt
Tel: + 351 22 010 4794

A Sonae encontra-se admitida à cotação na Euronext Stock Exchange. Informação pode ser obtida na Reuters com o símbolo SONP.IN e na Bloomberg com o símbolo SONPL

Sonae
Lugar do Espido Via Norte
4471-909 Maia
Portugal
Tel.: +351 229487522
Fax: +351 229404634